

Revista

# ATRICON

Gestão  
2020-2021

Revista

ATRICON

Gestão 2020 - 2021







**ASSOCIAÇÃO DOS  
MEMBROS DOS TRIBUNAIS  
DE CONTAS DO BRASIL**

2020-2021



An illustration featuring several hands of different skin tones (brown, tan, pink, yellow) reaching towards the center and holding each other. The hands are adorned with various accessories: a teal cuff with two white buttons, a white cuff with a blue dot, a black bracelet, a gold ring, a blue ring, a black beaded bracelet, a blue ring, a yellow ring, a watch with a brown strap and a yellow face, and a yellow ring. The background is a dark teal color. The word 'TRANSF' is written in large, white, bold, sans-serif capital letters across the center of the image, with small yellow document icons placed over the letters 'T', 'R', 'A', 'N', 'S', and 'F'.

# TRANSF

O MUNDO EM

# FORMAÇÃO

# Editorial

“ A vitalidade é demonstrada não apenas pela persistência, mas pela capacidade de começar de novo. ”

F. Scott Fitzgerald  
escritor americano  
(1896-1940)

## A capacidade de superar desafios

Estamos sendo experimentados em nossa resiliência. Estamos sendo testados em nossa capacidade de começar de novo e, conseqüentemente, comprovando a nossa vitalidade. São dias extremamente desafiadores.

Em 6 de fevereiro de 2020, com grandes expectativas e muitos projetos novos, assumimos um segundo mandato. Não tínhamos, naquela data, nenhum indicador do que estaria por vir – embora, à época, já houvesse sido identificado um novo tipo de coronavírus (SARS-CoV-2), pelas autoridades chinesas. Dias depois da nossa posse, em 20 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde caracterizava a situação de pandemia da Covid-19.

O mundo foi sobressaltado. A população mundial ficou em estado de choque. Tudo se transformou. Projetos tiveram que ser adiados ou alterados. As pessoas tiveram que se isolar socialmente. O comércio foi obrigado a fechar portas, indústrias interromperam suas linhas de produção. Viagens e sonhos foram cancelados ... Enquanto isso, crescia vertiginosamente o número de contaminados pelo vírus e as mortes pela Covid-19 se sucediam, assustadoramente.

Tudo contribuiu para o crescimento das demandas sociais. O tratamento e controle da doença também demandavam iniciativas governamentais. E o Sistema Tribunais de Contas, mais do que em qualquer outra época, precisava cuidar do interesse público. Necessitava assegurar a preservação dos direitos da cidadania. Precisava se reinventar. E assim foi feito.

Com o suporte da tecnologia da informação, adoção do trabalho remoto – entre outras iniciativas – a atuação dos Tribunais de Contas não sofreu solução de continuidade. A Atricon permaneceu na retaguarda, oferecendo todo o apoio institucional necessário à superação das dificuldades.

Em novembro de 2021, pudemos reunir parte dos membros e do corpo técnico dos Tribunais de Contas. O II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas discutiu “o mundo em transformação” e identificou que não são poucas as possibilidades do Controle Externo em contribuir para o bem-estar das pessoas. Portanto, em responder de modo positivo aos desafios interpostos pela crise sanitária e suas graves conseqüências socioeconômicas.

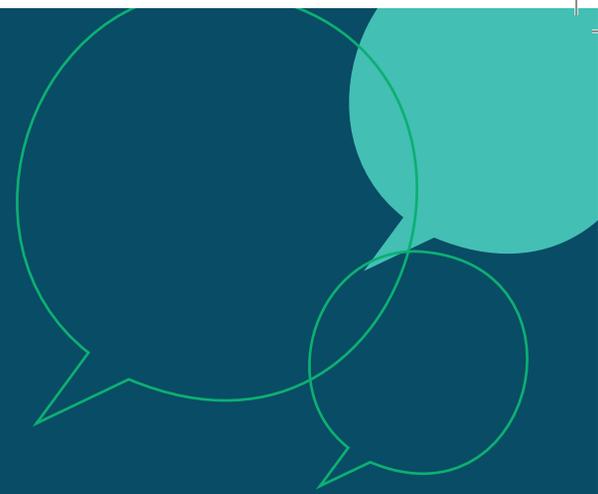
O emprego do verbo no pretérito não indica que estejamos falando de uma situação do passado. A jornada ainda é longa. A vacinação, avançada em alguns países, permitiu a flexibilização de algumas medidas sanitárias de prevenção. O mundo, porém, não está livre da Covid-19. A recente descoberta da cepa ômicron, no continente Africano, coloca o planeta em alerta.

Esta edição da Revista Atricon conta um pouco desse percurso de desafios, mas, também, de superação. Estamos encerrando a gestão, não como traçamos, nem como pretendíamos, mas cientes de que não faltou vitalidade. Não nos faltou compromisso com o presente, nem com o futuro. Com muita esperança e confiança, é o enredo que você, caro leitor, encontrará nestas páginas. Boa leitura!

Fábio Túlio Filgueiras Nogueira  
Presidente

# Sumário

- 12** Atricon, IRB, Abracom e CNPTC empossam dirigentes em cerimônia conjunta
- 16** Quem são os dirigentes
- 18** TCU e Atricon debatem políticas públicas para mulheres com agência da ONU
- 20** Atricon amplia discussões sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Tribunais de Contas
- 24** VII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas foi realizado em formato virtual com grande audiência
- 30** Atricon integra trabalho para a frente parlamentar mista da primeira infância
- 32** Presidente da Atricon se reúne com deputados da bancada federal de Pernambuco e com membros do TCE-PE
- 34** Membros do Sistema Tribunais de Contas participam do fórum Nacional do INAE
- 35** Fórum de Auditoria prepara para uso das NBASP
- 36** Transparência internacional e Atricon firmam parceria para fortalecer o Controle Externo em temas ambientais e de infraestrutura
- 40** Série de Webinars debateu o Controle Interno e Externo na Amazônia
- 43** Grupo constituído pela Portaria nº 09/2021 elabora Resolução Normativa com vistas à atuação do "Controle Externo na Gestão Florestal"
- 44** Atricon participa de série de seminários "Sala de Gestão e Governança na Educação Básica no Brasil"
- 48** Fábio Nogueira participa de evento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção na PB
- 51** Sistema Aprimore: inovação e motivação
- 57** Reunião com coordenadores do MMD-TC e a Fundação Vanzolini
- 58** 4º Encontro Técnico de Governança e de TI dos Tribunais de Contas reúne autoridades de todo o Brasil
- 60** Presidente Fábio Nogueira é homenageado pelo TCE-AM com Colar do Mérito de Contas
- 61** Atricon e IRB reivindicam direito financeiro como disciplina obrigatória e MEC atende pleito
- 62** Atricon, IRB e Articule se unem para avaliar Resultados da educação
- 64** Obras públicas: Atricon e Ibraop discutem projeto
- 66** Destrava Brasil é lançado em Goiás com participação do stf e da Atricon
- 68** Atricon participa de Fórum Internacional
- 70** 'Preço de Referência' do TCE-PB: Atricon sugere expansão do uso da ferramenta
- 72** Projeto 'InterAgir' busca aproximar Tribunais de Contas e controladorias para aperfeiçoar o controle nos municípios brasileiros
- 74** No Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, Tribunais de Contas debatem avanços e desafios das lutas femininas
- 78** Pacto Nacional pela Educação é lançado durante sessão na Câmara dos Deputados
- 80** Atuação no campo corporativo é contemplada no processo de aprimoramento
- 81** Atricon edita Resolução Diretriz e disponibiliza referencial para que os Tribunais de Contas atuem no controle da gestão florestal



- 82** Sistema Tribunais de contas do Brasil esteve presente na assembleia de entidades fiscalizadoras das Américas - Olacefs
- 84** Encontro de representantes do Sistema Tribunais de Contas com controlador-geral da Colômbia aponta para possível parceria institucional entre ambos
- 86** Entidades Parceiras, Abracom e Audicon, também renovaram diretoria em 2021
- 88** Atricon e Sebrae: parcerias que contribuem para o fomento da economia dos municípios
- 97** Sistema Aprimore, nova ferramenta de aplicação do MMD-TC, foi apresentado em reunião do CNPTC
- 99** Como os Tribunais de Contas devem lidar com o 'mundo em transformação'
- 102** Palestra Magna - Auditoria Operacional: um estudo macro fiscal para a boa governança
- 104** Lançamento da 5ª edição da RTTC PAINEL 1 VII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas - Rumo a 2030
- 107** Coleção Irb-Fórum lança novos Títulos durante O II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas
- 109** Modernização e aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas na Fiscalização de Políticas Públicas
- 110** II CITC apresenta painel sobre 'ações das entidades de Controle Externo: avanços e perspectivas'
- 112** Painel AUDICON: O Controle Externo e os ODS
- 113** Entrega de Certificados e de Medalhas de Mérito Rui Barbosa
- 114** Carta de João Pessoa é lida e aprovada no encerramento do Evento II CITC
- 120** Ministro Luiz Fux defende autonomia dos Tribunais de Contas durante palestra proferida no encerramento do II CITC
- 122** Atricon e IRB elegem diretoria para o biênio 2022-2023
- 124** O Conselheiro Edilberto Pontes, membro do TCE-CE, vai presidir o Instituto Rui Barbosa no Biênio 2022-2023
- 126** Cezar Miola é eleito presidente da Atricon
- 130** ATRICON - Informativo contábil e financeiro



# GESTÃO 2020 - 2021

POSSE NA ATRICON





## ATRICON, IRB, ABRACOM E CNPTC EMPOSSAM DIRIGENTES EM CERIMÔNIA CONJUNTA

**U**ma nova gestão se iniciou na Atricon, sob a presidência do Conselheiro Fábio Nogueira, a partir no dia 6 de fevereiro de 2020, quando aconteceu a posse dos novos dirigentes da entidade para o biênio 2020-2021. Na mesma cerimônia, foram empossados os presidentes do IRB, Ivan Bonilha; da Abracom, Thiers Montebello; do CNPTC, Joaquim de Castro Neto; e as respectivas diretorias, para idêntico período.

A mesa de honra do evento foi formada por diversas autoridades, com destaque para o presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre; a ministra Ana Arraes, vice-presidente do Tribunal de Contas da União; o ministro Augusto Nardes e o ministro substituto Weder de Olivera, ambos do TCU; o presidente da AUDICON, Marcos Bemquerer Costa (TCU); o presidente da AMPCOM, Stephenson Oliveira Victer; e o senador pelo Estado da Paraíba, no período de novembro de 2011 a janeiro de 2019, Cássio Cunha Lima, autor da PEC 22/17, sugerida pela Atricon. O ministro Vital do Rêgo Filho, do TCU, estava presente.

## Institucional

# diálogo



Em seu discurso, o presidente Fábio Nogueira falou da capacidade de dialogar institucionalmente, em torno de uma pauta republicana, em todas as esferas. De acordo com ele, a Atricon ampliou a disponibilidade de diálogo institucional com a “disposição soberana em contribuir com a retomada do desenvolvimento do Brasil”. Ele citou ocasiões em que foi recebido no Senado Federal, inclusive pelo presidente Davi Alcolumbre, que revelou “extrema sensibilidade” à necessidade de fortalecimento do Sistema de Controle. Lembrou, ainda, consecutivas idas à Câmara Federal, para tratar de questões inerentes ao Sistema Tribunais de Contas, quando a Atricon foi recebida

com grande cordialidade por deputados de diversas opções partidárias, com igual compreensão acerca da importância do Controle Externo. “Sempre foi ocasião para expressamos o compromisso mais sólido do Sistema Tribunais de Contas com o regime democrático de direito, que tem na Constituição Federal de 1988 a sua peça mais fundamental, brilhante e honrosa”, realçou. Ainda no campo do Diálogo Institucional, Fábio Nogueira destacou a parceria com o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União, da qual frutificou um diagnóstico sobre as grandes obras paralisadas no Brasil, com a intenção de desentravar obstáculos e assegurar a continuidade das construções, “para que o dinheiro público não entre para a contabilização do desperdício”.



## AVANÇOS

Fábio Nogueira falou dos avanços alcançados na gestão anterior (ele presidiu a Atricon no biênio precedente e foi reeleito, por aclamação, durante o I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Foz do Iguaçu, no último mês de novembro, para dirigir a entidade por mais dois anos) e dos desafios, que terá pela frente, para manter o nível de proficiência das ações.

Um desses avanços diz respeito ao ciclo de 2019 do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil. Para ele, foi bastante significativa o acúmulo de experiência, obtida, com as três

aplicações anteriores, mas, classificou como fator preponderante – e “momento histórico” – a avaliação do TCU, que é um Tribunal de referência para as demais.

Reconheceu a sensibilidade do presidente José Mucio e o estendeu aos presidentes das outras 32 Cortes de Contas do país, “a maior demonstração de envolvimento e do desejo comum no aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas. Ou seja, a adesão à ferramenta, embora não haja qualquer caráter impositivo, alcançou os almejados 100%”.

Para Fábio Nogueira, esse percentual superdimensiona o sentido da Certificação, com base na norma de refe-

rência ISO 17021 de Sistema de Gestão, para o Sistema Tribunais de Contas. “Eu diria que é uma conquista com o peso de uma medalha de ouro olímpica”, referindo-se ao Certificado de Conformidade conferido à metodologia do MMD-TC pela Fundação Vanzolini (USP-SP), depois de uma avaliação criteriosa da ferramenta.

## GRATIDÃO

“Descrever sentimentos é tarefa inalcançável”. Com a frase, Fábio Nogueira ilustrou a dificuldade de dimensionar a gratidão e o reconhecimento pelo apoio recebido de cada presidente, de cada uma das 33 Cortes de Contas do Brasil. Destacou o empenho de

cada um dos dirigentes da Atricon, aos quais também agradeceu, lembrando que a diretoria conta com, pelo menos um membro, representantes de cada Estado brasileiro. Fábio Nogueira lembrou, também, quão significativas foram as mensagens de encorajamento que recebeu, depois de confirmada a reeleição, citando duas delas: a primeira da sua mãe, Maria Adília; a segunda, do ex-senador paraibano, Ivandro Cunha Lima.

#### OUTROS PRONUNCIAMENTOS, PELA ORDEM:

##### TCU

a ministra Ana Arraes, falando pelo Tribunal de Contas da União, destacou a importância das instituições e desejou êxito aos dirigentes.

##### CNPTC

O conselheiro Joaquim de Castro, presidente do CNPTC, agradeceu aos presidentes de TCs por lhe terem confiado essa missão e aos servidores do TCM Goiás, pelo incentivo. Fez menção

especial aos demais integrantes da Comissão Executiva, conselheiros Severiano Costandrade e Adircélio de Moraes e citou a integração entre as entidades Atricon, IRB, CNPTC e Abracom como fator preponderante ao fortalecimento do Sistema Tribunais de Contas.

##### ABRACOM

o conselheiro Thiers Montebello, presidente da Abracom, também falou do sentimento de unidade, que prepondera entre as entidades e os membros dos TCs, e da consciência dos serviços que devem prestar à população. Citou a qualificação técnica dos Tribunais de Contas para contribuir com a boa governança dos recursos públicos. Ao se referir às Cortes com jurisdição municipal – os TCMs – disse que são de “um gigantismo” inquestionável.

##### IRB

o conselheiro Ivan Bonilha, presidente do IRB, fez agradecimentos aos pares, principalmente ao TCE-PR

e à equipe de servidores que auxiliam no trabalho à frente do Instituto, enfatizando quão necessário é esse apoio. Destacou que o Instituto Rui Barbosa é referência no desenvolvimento e aplicação de métodos e ferramentas que fortalecem as ações de controle e abordou, ainda, o planejamento estratégico da entidade, com o cumprimento das metas estabelecidas.

##### SENADO

O presidente do senado, Davi Alcolumbre, destacou a importância da atuação da Atricon do ponto de vista da fiscalização do gasto público brasileiro. “Minha presença é para referendar e cumprir”, falou destacando a importância do papel dos Tribunais de Contas, incluindo o de qualificação e orientação da gestão pública, ressaltando que essas Cortes são parceiras do Brasil. Citou o diagnóstico de obras paralisadas e do empenho em destravá-las “para que sirvam à sociedade”.

# Quem são os DIRIGENTES



**PRESIDENTE:**

01 Fábio Túlio Filgueiras Nogueira (TCE-PB)

**VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS:**

02 Antônio Renato Alves Rainha (TCDF)

**DIRETORES DE RELAÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS:**

03 Manoel Pires dos Santos (TCE-TO)

04 Marcos Coelho Loreto (TCE-PE)

05 Michel Hoaut Hard (TCE-AP)

06 Renato Martins Costa (TCE-SP)

**VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES JURÍDICO-INSTITUCIONAIS:**

07 Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho (TCE-GO).

**DIRETORES DE RELAÇÕES JURÍDICO-INSTITUCIONAIS:**

08 Dicler Forestieri Ferreira (TCMRJ)

09 José de Ribamar Caldas Furtado (TCE-MA)

10 Marianna Montebello Willeman (TCE-RJ)

11 Rafael Sousa Fonsêca (TCE-SE)

**VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO:**

12 Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES)

**DIRETORES DE DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO:**

13 Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (TCE-SC)

14 Cláudio Couto Terrão (TCE-MG)

15 Jaylson Fabianh Lopes Campelo (TCE-PI)

16 Odilon Inácio Teixeira (TCE-PA)

17 Soraia Thomaz Dias Victor (TCE-CE)

**VICE-PRESIDENTE DE DEFESA DE DIREITOS E PRERROGATIVAS E ASSUNTOS CORPORATIVOS:**

18 Cezar Miola (TCE-RS)

**DIRETORES DE DEFESA DE DIREITOS E PRERROGATIVAS E ASSUNTOS CORPORATIVOS:**

19 Antônio Gilberto de Oliveira Jales (TCE-RN)

20 Edilson de Sousa Silva (TCE-RO)

21 Luiz Henrique Lima (TCE-MT)

22 Milene Dias da Cunha (TCE-PA)

23 Sebastião Cezar Leão Colares (TCMPA)

**VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS:**

24 João Antônio da Silva Filho (TCMSP)

**DIRETORES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS:**

25 Joaquim Alves de Castro Neto (TCMGO)

26 Marco Antônio Lopes Peixoto (TCE-RS)

27 Marcus Vinícius de Barros Presídio (TCE-BA)

28 Otávio Lessa de Geraldo Santos (TCE-AL)

29 Wanderley Geraldo de Ávila (TCE-MG)

**CONSELHO FISCAL (TITULARES):**

30 Felipe Galvão Puccioni (TCMRJ)

31 Mário Manoel Coelho de Mello (TCE-AM)

32 Plínio Carneiro da Silva Filho (TCMBA)

**CONSELHO FISCAL (SUPLENTES):**

33 Antônio Fernando Jorge Ribeiro de Carvalho Malheiro (TCE-AC)

34 Manoel Dantas Dias (TCE-RR)

35 Telmo Passareli (TCE-MG)

A Vice-Presidência de Relações Jurídico-Institucionais foi inicialmente ocupada pelo Ministro Substituto Weder de Oliveira do TCU, que renunciou ao cargo e foi substituído pela Conselheira Substituta Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho (TCE-GO), que compunha a Diretoria de Relações Jurídico-Institucionais. Para suprir a vacância, o Conselheiro Dicler Forestieri Ferreira (TCM-RJ) foi remanejado do Conselho Fiscal para a Diretoria de Relações Jurídico-Institucionais. A vaga gerada no Conselho Fiscal foi preenchida pelo Conselheiro Telmo Passareli (TCE-MG).

# TCU E ATRICON DEBATEM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES COM AGÊNCIA DA ONU

O Tribunal de Contas da União (TCU) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) realizaram, em 19 de abril de 2021, debate com a agência ONU Mulheres focado em estratégias de implementação de políticas públicas para mulheres a partir da atuação dos 33 Tribunais de Contas que compõem a estrutura de Controle Externo no país. A discussão ocorre como forma de integrar ainda mais essas instituições de Estado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), na Agenda 2030.



Para a agência ONU Mulheres, um braço da ONU de apoio à luta das mulheres em todo o mundo, sua integração a diversas instituições no Brasil e em outros países visa mudar a realidade de mulheres e meninas, ajudando a combater as atividades discriminatórias das forças conservadoras da sociedade. A entidade coordena e promove diversos fóruns que estimulam discussões e apoiam ações sobre questões relacionadas a gênero, trabalho, renda, enfrentamento à

violência, justiça econômica, empreendedorismo, justiça ambiental, saúde sexual e reprodutiva, além do acesso à informação para as mulheres.

A ministra Ana Arraes, que preside o TCU, destacou a importância de pensar em temas que precisam ser melhorados, e citou dentre eles a violência contra a mulher. Ela reforçou ser fundamental listar e identificar prioridades para começar a trabalhar essas questões “com foco e buscando soluções”.





Ana Arraes falou da violência expressa e da violência velada, lembrando que muitas meninas ficam em casa para cuidar dos irmãos mais novos, enquanto os outros irmãos vão à escola. Nesse sentido, é importante que o país adote uma política pública que proporcione educação “para que as meninas não precisem cuidar de seus irmãos pequenos e possam estudar”, frisou.

Numa das intervenções, Anastasia Divinskaya, da ONU Mulheres, fez menção ao processo de integração da entidade aos Tribunais de Contas, ressaltando a importância dos resultados das auditorias, que representam elementos-chave para acelerar e consolidar políticas públicas sobre o tema. Listou ainda vantagens comparativas da instituição que integra, como clareza técnica, experiência, capacidade de contextualizar, aproveitar conhecimento e firmar parceria com sociedade civil.

O presidente do TCMSP e vice-presidente de Relações Internacionais da Atricon, conselheiro João Antonio da Silva Filho, relatou recente conversa com o presidente da Atricon, conselheiro Fábio Nogueira, na qual ambos defenderam maior integra-

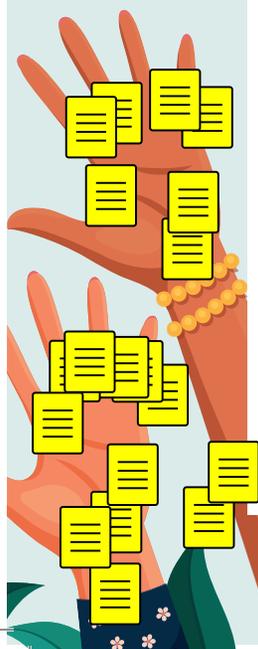
ção dos tribunais de contas às instituições de apoio ao protagonismo feminino no país. “A estrutura da Atricon está dedicada também a esse fim. As mulheres não podem perder a oportunidade de ocupar seu espaço no Sistema Tribunais de Contas, em especial agora que temos a ministra no comando”, afirmou o Conselheiro, dirigindo-se à ministra Ana Arraes.

Ana Carolina Querino, também integrante da ONU Mulheres, pontuou que as instituições de Estado e da sociedade devem estimular ações para que as próximas gerações tenham acesso à igualdade, destacando que o uso das novas tecnologias como ferramentas de apoio ao trabalho pela igualdade de gênero e empoderamento feminino precisa do apoio de todos esses organismos. Ana Carolina também falou da assinatura de um termo de cooperação da ONU Mulheres com a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) que visa ampliar parcerias em diversas partes do mundo, o que não impede, porém, que seja assinado outro termo de entendimento focado mais no Brasil, envolvendo o TCU e a Atricon. “Essas ações não são excludentes”, destacou.

A chefe de Gabinete da Presidência do TCMSP, Angélica Fernandes, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho envolvendo TCU, Atricon (representada pelo TCM de São Paulo) e ONU Mulheres para organizar a discussão e pautar alguma ação ainda neste ano. Segundo ela, a direção desse GT caberia ao TCU.

O encontro virtual, sob a coordenação do conselheiro João Antonio da Silva Filho, presidente do TCMSP e vice-presidente de Relações Internacionais da Atricon, teve como convidadas a ministra e presidente do TCU, Ana Arraes, a representante da ONU Mulheres, Anastasia Divinskaya, além de contar com a participação de integrantes das assessorias do TCU e da Corte de Contas paulistana.

As equipes de assessores dos órgãos participantes da reunião foram integradas por Karen de Oliveira Arraes (TCU), Vanessa Melo do Amaral (TCU), Angélica Fernandes (chefe de Gabinete da Presidência do TCMSP), Luciana Guerra (Assessoria do TCMSP), Ana Carolina Querino (ONU Mulheres) e Larissa Cervi (ONU Mulheres).



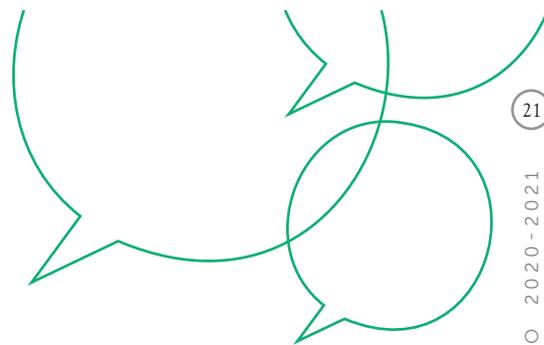
# ATRICON AMPLIA DISCUSSÕES SOBRE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

O Sistema Tribunais de Contas do Brasil incorpora, cada vez mais, os temas da Agenda 2030 – conjunto de 17 iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) – dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ampliação do debate acerca dessas propostas de desenvolvimento faz parte de uma das diversas ações da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) direcionadas aos órgãos de controle externo do país.

Entre fevereiro e abril de 2021, a Atricon realizou debates em ambiente virtual com representantes de dois importantes organismos da ONU: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Agência ONU Mulheres. Ambas engajadas na difusão dos ODS em instituições públicas e privadas em todo o mundo. Um terceiro encontro virtual foi realizado no início deste mês, a partir de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), com participação da Atricon.

As atividades são organizadas pela Vice-Presidência de Relações Internacionais da Atricon, sob coordenação de João Antonio da Silva Filho, Conselheiro e Presi-





dente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP).

### ENCONTRO PNUD

No primeiro encontro, realizado dia 25 de fevereiro de 2021, o debate reuniu a Assessoria de Desenvolvimento Territorial do PNUD, Ieva Lazareviciute, os Conselheiros João Antonio (TCMSP), Júlio Assis Corrêa Pinheiro (TCE-AM), Mário Manoel Coelho de Mello (Presidente do TCE-AM) e Sebastião Carlos Ranna (TCE-ES), além de integrantes das assessorias dos referidos tribunais e da Atricon.

Pelo PNUD, Ieva Lazareviciute destacou o engajamento dos Tribunais de Contas na Agenda 2030, que passam a usar os ODS como referência para seu trabalho. Realçou que muitos Tribunais já estão utilizando a Agenda como ferramenta de ação “É um grande avanço”, frisou, observando, todavia, que algumas instituições conhecem e se interessam pela Agenda 2030, embora ainda a enxerguem como algo externo.

Segundo ela, a Agenda 2030 deve ser “traduzida e trabalhada no contexto local” e em parceria com os governos

federal, estadual e municipal, parlamentos, Tribunais de Contas e Ministérios Públicos. A representante do PNUD deu como exemplo o “FiscNordeste”, realizado em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), que utilizou a Agenda 2030 como referência e envolveu Tribunais Estaduais e Municipais, tendo em vista a importância do engajamento total dos três níveis de governança.

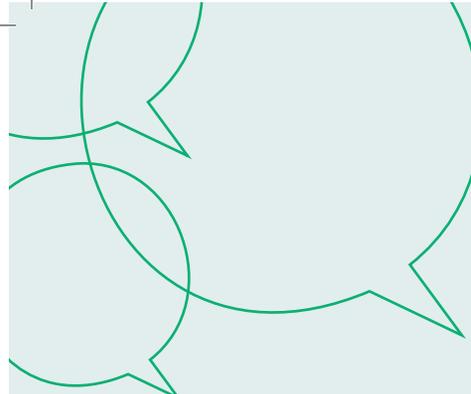
No que toca ao Poder Executivo, Ieva informou que o trabalho do PNUD é mais focado em sensibilização, avaliação e orientação, em especial sobre como os ODS são integrados nos instrumentos de planejamentos, como o PPA e os Planos Diretores, e mencionou alguns exemplos de sucesso, nos estados do Piauí e do Amazonas. Ainda em relação aos Tribunais de Contas, frisou que a colaboração é essencial para garantir que todas as três esferas de governança estejam engajadas e que a Agenda 2030 também é um instrumento importante para avaliar a eficiência dos gastos públicos.

Por fim, acrescentou que é importante acompanharmos debater os processos de “reconstrução do país no pós-pandemia” e que a Agenda

2030 é uma excelente referência de como que essa retomada pode ser feita de forma diferente, pensando como que as nossas ações impactam o planeta. Para Ieva, “a reconstrução deverá garantir maior resiliência, não apenas no sentido de reduzir probabilidades de futuras epidemias, como também na construção de políticas públicas que possam aumentar a resistência da população para futuras crises dessa natureza”.

Em sua intervenção, o Conselheiro João Antonio informou que a missão principal do grupo de trabalho temático da Atricon sob sua coordenação é organizar e sistematizar as iniciativas dos 33 Tribunais de Contas do Brasil relacionadas aos ODS da Agenda 2030. Ele destacou que a entidade abraçou a tarefa de compartilhar as experiências exitosas dos Tribunais, “aperfeiçoando-as e adequando-as à realidade de cada ente federado”.

Na sua visão, os Tribunais de Contas estão plenamente integrados às políticas oficiais no sentido de viabilizar a Agenda 2030 e que o conjunto de iniciativas sistematizadas servirá de referencial futuro para o controle externo e a sua contribuição para a discussão do tema.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Ao falar em nome do TCE-AM, o Conselheiro Mário de Mello disse que o tribunal que ora preside está diretamente comprometido com as ações que fomentam o alcance dos objetivos e das metas do desenvolvimento sustentável em suas 17 esferas de atuação. “O TCE do Amazonas tem atuado de forma integrada e indivisível por meio do controle externo, em consonância com os ODS, com olhar sensível nas três dimensões do desenvolvimento sustentável – meio ambiente, bem-estar da sociedade e economia local e regional, de forma a contribuir para que tais dimensões sejam pujantes para o crescimento e melhorias oportunas”, afirmou Mello.

O Conselheiro Júlio Pinheiro, também integrante do TCE-AM, fez questão de destacar que o TCE amazonense é precursor na questão do controle ambiental preventivo e que já atua nessa área há muito tempo. Para tanto, mencionou alguns temas de auditorias realizadas: resíduos sólidos, unidades de conservação, manejo florestal e abastecimento de água.

Uma dessas auditorias, lembrou Pinheiro, resultou no livro intitulado “Seminário de Gestão Ambiental e Controle das Contas Públicas da Amazônia”, lançado numa parceria entre o Tribunal e diversas instituições de controle externo, governamentais, acadêmicas e de fomento à pesquisa.

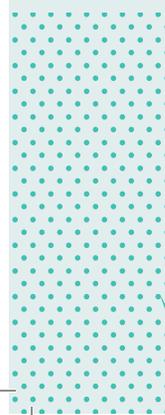
Para Pinheiro, “o Brasil só atingirá minimamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos na Agenda 2030 se os Tribunais de Contas se engajarem efetivamente nesse processo”. Ressaltou que os 17 ODS estão dentro do espectro de atuação dos órgãos de controle, principalmente considerando o que está estabelecido na Constituição Federal, nos artigos 220 e 70, que atribui às Cortes de Contas a competência de fazer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial. Nesse sentido, o integrante do Colegiado do TCE-AM vê a definição de “patrimônio” como algo que engloba tudo aquilo que está contido no § 4º do art. 225 da Constituição, que trata exatamente dos biomas brasileiros – Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pantanal Mato-Grossense, Serra do Mar e Zona Costeira.

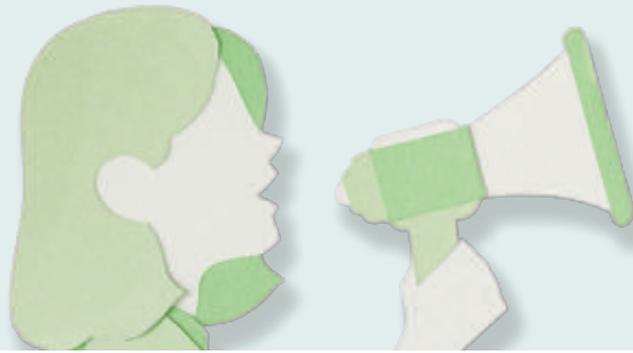
## ODS E MMD-TC

O Conselheiro Carlos Ranna (TCE-ES) foi taxativo ao afirmar que um dos trabalhos mais importantes da Atricon foi o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), um instrumento de avaliação inspirado no SAI-PMF da Intosai. Destacou que o MMD-TC dialoga perfeitamente com os ODS e que, inclusive, alguns dos seus 25 indicadores os refletem diretamente. Lembrou que é um trabalho que pode ser sempre fortalecido e aperfeiçoado.

Ao final do encontro, o Conselheiro João Antonio ressaltou que os Tribunais de Contas brasileiros já têm muita coisa feita e afirmou que o MMD-TC incentivam muito essas iniciativas e que as instituições de controle externo trabalham para aperfeiçoar suas práticas.

João Antonio sublinhou que no Plano Anual de Fiscalização do TCMSP, o marco regulatório ambiental é um critério em todas as auditorias relacionadas e concordou que a questão ambiental tem que ser sistematicamente verificada. “Temos responsabilidade, também, de exercer o controle ambiental relacionado à preservação, indepen-





dentemente de estar vinculado a obras”, aproveitando para citar um tema, muito atual, que é a modernização da coleta seletiva e o que fazer com os resíduos.

O Presidente do TCMSP informou que no município de São Paula, em breve, haverá nova licitação para este objeto e que o Tribunal de Contas paulistano já está se antecipando, atuando preventivamente, sobre o que será feito com os aterros sanitários e como substituí-los por eco parques e tratamentos mais modernizados.

Como coordenador do Grupo de Trabalho responsável pela temática na Atricon, João Antonio determinou que, no levantamento que será feito, sejam conhecidas todas as práticas nestas três áreas: unidades de conservação, licenciamento ambiental e resíduos sólidos. Comentou que podem, inclusive, ser os temas das práticas a serem apresentadas no webinário de lançamento de um hotsite com conteúdo dedicado ao tema – a quinta etapa do projeto tocado pela Atricon no campo dos ODS.

**ATRICON, ONU MULHERES, TC E TCMSP**

Um segundo encontro entre representantes da Atricon e da ONU no Brasil ocorreu no dia 19 de abril, contando com a participação do Tribunal de Conta da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP).

O debate reuniu a presidente do TCU, ministra Ana Arraes, e Anastasia Divinskaya, representante da ONU Mulheres, agência que integra a Organização das Nações Unidas, além de assessorias da Presidência do TCU e do TCMSP. O debate girou em torno de estratégias de implementação de políticas públicas para mulheres a partir da atuação dos 33 Tribunais de Contas que compõem a estrutura de Controle Externo no país.

### WEBCONFERÊNCIA ODS NO TCE-RS

Ampliando esse ciclo de participações da Atricon nos debates que envolvem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Vice-Presidente de Relações Internacionais da entidade, Conselheiro João Antonio, participou de webconferência organizada pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do

Sul (TCE-RS). O foco dos debates foi a tutela dos órgãos de controle externo na questão ambiental.

Na oportunidade, foram reafirmados os trabalhos de disseminação dos ODS em todo o Sistema de Controle Externo. A webconferência do TCE gaúcho contou com a participação dos seguintes Conselheiros, Conselheiras e convidados: Presidente do TCE-RS – Conselheiro Estilac Xavier, João Antonio da Silva Filho (Conselheiro e Presidente do TCMSP), Conselheira Substituta do TCE-RS – Daniela Zago, que também preside a Comissão de Sustentabilidade do TCE-RS e é diretora da AUDICON, Ieva Lazareviciute – Assessora de Desenvolvimento Territorial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Manuela Prado Leitão – Coordenadora do Observatório do Futuro, do TCE-SP, Adriana Lima Domingos – Técnica de Controle Externo do TCE-PR, Nelson Granato – Auditor do TCE-PR e mediação da Conselheira Substituta do TCE-RS, Letícia Ayres Ramos.



## VII ENCONTRO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS FOI REALIZADO EM FORMATO VIRTUAL COM GRANDE AUDIÊNCIA

**O** VII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas foi realizado em novembro de 2020, em formato virtual, em razão da obediência às normas sanitárias de distanciamento social, por conta da pandemia da COVID-19. A modalidade online assegurou uma audiência média de 950 (num universo de 2.217) inscritos, que acompanham a programação nos dias 19 e 20. Pautado no tema “O Tribunal de Contas Contemporâneo e o mundo pós-pandemia: mudanças no controle externo e interação com a sociedade” o ENTC foi realizado em parceria com o IRB, a Abracom e a Audicon, além do apoio do CNPT e o patrocínio do Sebrae, a quem coube, na pessoa de Bruno Quick, diretor técnico do órgão, a primeira mensagem aos participantes.

Bruno Quick Sebrae exaltou a parceria com as entidades, como um fator importante na construção de políticas públicas voltadas para os pequenos negócios, em prol do desenvolvimento brasileiro.

O presidente da Audicon, ministro-substituto do TCU Marcos Bemquerer, ressaltou sua crença na capacidade do Controle Externos “somos craques em superar adversidades”. O presidente da Abracom, Thiers Montebello (TCMRJ), destacou que a união vivida entre as entidades que representam o Sistema Tribunais de Contas tem rendido profícuos resultados. Ele citou o VII ENTC como espelho dessa situação.

O conselheiro Ivan Bonilha (TCE-PR), presidente do IRB, salientou os Tribunais de Contas têm realçado a importância do seu papel institucional nesses tempos de pandemia. De acordo com ele, as Cortes de Contas brasileiras não tardaram em adequar suas ações às novas necessidades.

O presidente do CNPTC, Joaquim Alves de Castro Neto (TCMGO) se manifestou o apoio da entidade às Cortes de Contas: “Durante todo o tempo, temos buscado apoiar os presidentes e as entidades irmãs, com sugestões e suporte institucional para a atuação dos TCs, nesses tempos de pandemia, possam empreender suas ações satisfatoriamente”.

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro José Mucio, falou de “um tempo novo”, em que o inevitável está para acontecer.

“Sabíamos que um dia viraríamos a página, não de forma tão agressiva, mas era previsível”. De acordo com ele, o TCU vinha se preparando, “graças a equipe exemplar de servidores, o TCU modificou sua sistemática de trabalho, concentrando atividades na tecnologia”. Foi uma arrumação para “caminhar no novo caminho”.

A mensagem do presidente da Atricon, Fábio Nogueira



(TCE-PB) seguiu na linha do otimismo, na esperança de que toda a turbulência provocada pela COVID-19 se transforme em empatia, em solidariedade, em cooperação entre os povos.

Para ele, o formato online manteve a importância e a revelou ainda mais necessária a discussão sobre o Tribunal de Contas Contemporâneo e o mundo pós-pandemia: mudanças no Controle Externo e interação com a sociedade.

Conferências de Augusto Aras e Valdecir Pascoal abriram programação.

A primeira Conferência do VII Encontro Nacional dos

Tribunais de Contas coube ao Procurador Geral da República, Augusto Aras, que foi saudado pelo procurador do Ministério público de Contas do Pará, Stephenson Oliveira Victor, à época presidente da Ampcon.

Stephenson Oliveira se reportou à grande magnitude do ENTC e salientou que a temática sob abordagem - O Tribunal de Contas Contemporâneo e o mundo pós-pandemia: mudanças no controle externo e interação com a sociedade -, contribui para o enfrentamento das dificuldades que o Brasil vivencia.

Durante a conferência, Augusto Aras falou a pandemia impôs o afastamento das pessoas, mas, por outro lado, fez as distâncias desaparecerem com o uso massivo da internet para a comunicação, troca de experiências e para a realização das atividades profissionais, dentre outras utilidades. “Durante a pandemia, a tecnologia permitiu continuar com atividades, enquanto obrigou a uma reflexão sobre métodos, além de oferecer resultados efetivos”.

O conselheiro Valdecir Pascoal (TCE-PE), ex-presidente da Atricon por duas gestões consecutivas, apresentou conferência com base no amplo conhecimento que detém do Controle Externo, relatou aspectos da atuação



dos Tribunais de Contas para assegurar a boa gestão dos recursos públicos, enfatizada nos períodos emergenciais. Ao final, deixou uma mensagem de otimismo de que o pós-pandemia trará uma reformulação no modo de vida e de relação entre as pessoas, “que estão desenvolvendo a empatia e a solidariedade, nesta fase de grandes dificuldades”.

ENTC debate desafios do Controle Externo diante da pandemia coube à Audicon um painel acerca dos “desafios do Controle Externo diante da pandemia”. O ministro José Mucio, presidente

do TCU; a conselheira substituta Letícia Ayres Ramos (TCE-RS); e o conselheiro substituto Edvaldo Fernandes de Souza (TCE-PA), se encarregaram da exposição do tema, sob a mediação do conselheiro substituto Luiz Henrique Lima (TCE-MT).

Foram feitas diversas referências ao modo como o Sistema Tribunais de Contas se adaptaram rapidamente à situação de pandemia, não somente na adoção do trabalho remoto, como na oferta de respostas à sociedade e na capacidade de interagir com a gestão para esclarecer dúvidas.

A conselheira substituta Letícia Ayres salientou que os Tribunais de Contas, sobretudo nessa situação de pandemia, têm-se valido do seu caráter orientativo, pedagógico e colaborativo e que, mais do que nunca, a transparência deve ser a regra. Ela também lembrou que, nesse momento, a atuação do Controle Externo para evitar a disseminação de informações falsas, também, é muito importante.

Como exemplo disso, ela citou recente decisão cautelar do TCU, emitida no sentido de que um determinado ente se abstivesse de publicizar em

sites que estariam disseminando notícias inverídicas, as famosas fake News.

Algumas vezes, Letícia Ayres se referiu à obra de Mia Couto para realçar sua exposição acerca da necessidade da humanidade repensar atitudes e ampliar a capacidade de escutar o outro, de ouvir os diferentes. Esses são, de acordo com ela, comportamentos que estão sendo valorizados no ambiente de pandemia e que deverão ser reforçados no pós-pandemia.

A referência ao autor moçambicano inspirou o ministro José Mucio, que havia antecipado a sua saída da sala para atender a um novo compromisso, permanecer mais um pouco. O presidente do TCU se despediu dos demais painelistas com uma citação a Mia Couto e disse que a frase sugere uma reflexão, correlacionada ao Controle Externo: “não podemos reclamar dos estragos do vento se fomos nós que deixamos as janelas abertas”.

IRB apresenta painel sobre políticas públicas. O Instituto Rui Barbosa (IRB) fez uma avaliação de Políticas Públicas pelos Tribunais de Contas. O painel contou com a participação do presidente da Corte de Contas da França Pierre Moscovici; Estela Souto, consultora de políticas públicas na OCDE; Conselheiro Sebastião Helvécio (TCE-MG) e Edgar Guima-

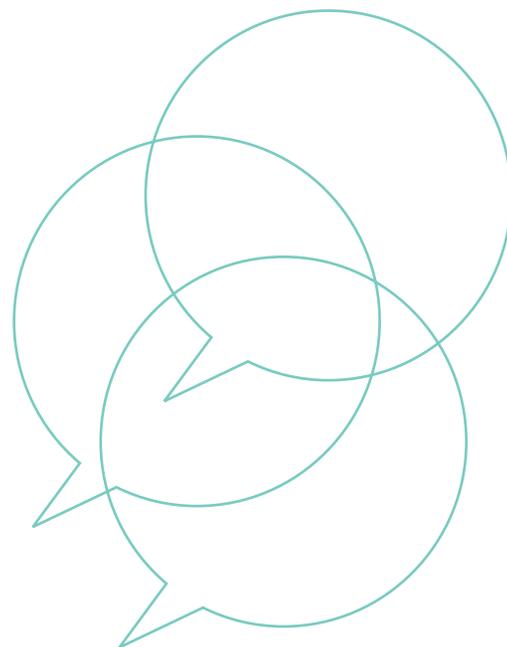
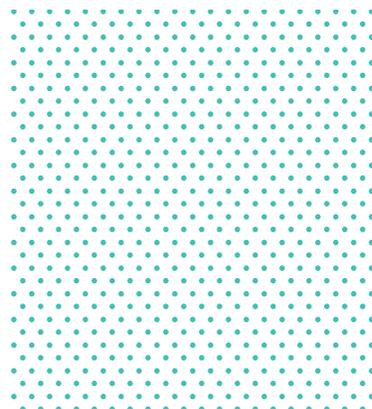
rães, presidente do IPDA.

Em sua exposição, o presidente Pierre Moscovici discorreu sobre a sistemática de atuação da Corte de Contas da França que, além da fiscalização, também avalia as políticas públicas. Para o conselheiro Sebastião Helvécio, isso é um modelo que se assemelha ao brasileiro. Ele complementou dizendo que “o Brasil tem nível de liderança no modelo de auditoria”.

Os Tribunais de Contas são constitucionalmente legitimados para a fiscalização das políticas públicas e da boa aplicação dos recursos públicos, que devem materializar os direitos assegurados a todos os cidadãos brasileiros. Foi o que disse o presidente do IPDA, Edgar Guimarães. A consultora de políticas públicas na OCDE Estela Souto, em determinado ponto da sua participação, disse que é preciso selecionar as auditorias em ordem prioritária, como quesito fundamental para o alcance da efetividade das políticas públicas.

### Abracom aborda visão das Associações de Classes Jurídicas sobre os Tribunais de Contas

A Abracom apresentou uma abordagem sobre a visão das Associações de Classes Jurídicas sobre os Tribunais de Contas. Participaram do painel da Abracom: o Desembargador Marcelo Lima





Buhatem; o advogado Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; o procurador-geral do Rio de Janeiro, Bruno Teixeira Dubeux; sob a mediação do conselheiro presidente do TCMRJ, Thiers Vianna Montebello.

### Compromisso com a educação

A fiscalização e o acompanhamento das ações desenvolvidas pelos gestores públicos para minimizar os impactos da pandemia na educação é um dos compromissos destacados pelos TCs na Carta do VII Encontro Nacional

dos Tribunais de Contas (ENTC). O documento também destaca o monitoramento da execução das metas dos planos de educação e da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

De acordo com o presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Conselheiro Cezar Miola, os Tribunais de Contas vêm aperfeiçoando a análise dos investimentos em educação, com prioridade para a qualidade do gasto público. “Além das exigên-

cias formais, ou seja, se os mínimos constitucionais são aplicados, o foco é avaliar o desempenho material, isto é, se estão sendo observados os requisitos básicos da universalidade do acesso, da qualidade e da equidade; se todas as crianças e jovens estão na escola, na idade certa e aprendendo”, disse.

Para o presidente do CTE-IRB, durante a pandemia, esse foco se mantém, considerando o longo período de fechamento das escolas e um retorno ainda marcado por dúvidas e insegurança. “A falta de acesso a condições básicas de aprendizagem im-

pacta o presente e terá reflexos no futuro”, afirmou.

Além das ações de fiscalização, os TCs têm procurado atuar de forma colaborativa com os gestores públicos, incluindo orientações e ações de articulação interinstitucional. O objetivo é induzir a construção de ambientes de segurança jurídica, em respeito às famílias e à comunidade escolar, visando à efetividade de todos os processos, nas áreas pedagógica e de gestão.

A Carta foi divulgada no encerramento do ENTC, realizado nos dias 19 e 20, em formato online com o tema ‘O Tribunal de Contas Contemporâneo e o mundo pós-pandemia: mudanças no controle externo e interação com a sociedade’. O evento foi acompanhado por mais de 2,2 mil participantes. O Encontro foi promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

Confira o documento em: <https://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Carta-do-VII-Encontro-Nacional-dos-T-Cs.pdf>

### VII ENTC encerrado com uma mensagem de esperança

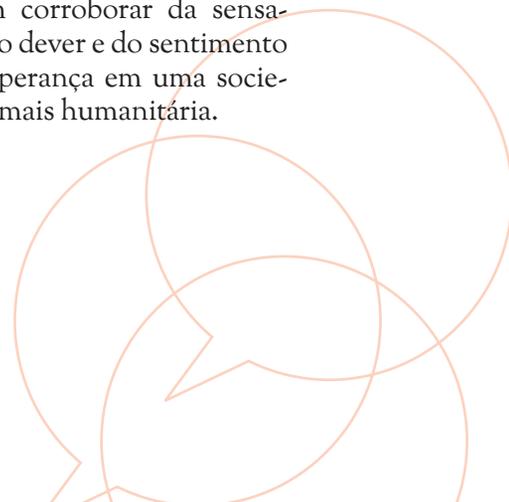
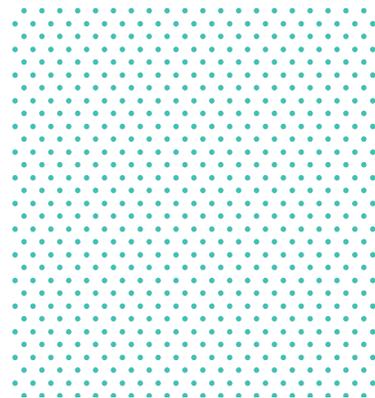
A sétima edição do Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, pautado no tema ‘O Tribunal de Contas Contemporâneo e o mundo pós-pandemia: mudanças no controle externo e interação com a sociedade’, foi encerrado com uma mensagem de esperança. Ao agradecer e reconhecer a importância da união entre as entidades - IRB, Abracom, Audicon e CNPTC, o presidente Fábio Nogueira disse que os resultados do VII ENTC superaram as melhores expectativas.

Fábio Nogueira disse: “Manifestamos a esperança de que a turbulência, provocada pela pandemia, será substituída por um mundo mais empático e justo”. O presidente da Atricon disse que o VII ENTC “serviu para pensar e traçar horizontes”, mas, também, para mostrar que os Tribunais de Contas do Brasil não tardaram em responder à situação. “As tradicionais

auditorias não sofreram percalços. Para além delas, foram absorvidas novas demandas, que exigem um verdadeiro estado de alerta para que os recursos emergenciais de enfrentamento à Covid-19 sejam aplicados legal e efetivamente”, comentou.

Para Fábio Nogueira, o processo de aperfeiçoamento por que passam os Tribunais de Contas contribui para que as Cortes pudessem passar uma rápida adaptação. “Temos os mais qualificados recursos humanos; os mais avançados recursos tecnológicos de que se pode dispor; temos, acima de tudo, uma imensa boa vontade, o mais absoluto compromisso com o Brasil”, salientou.

A mensagem de encerramento do presidente Fábio Nogueira foi acompanhada pelos presidentes Ivan Bonilha (IRB), Thiers Montebello (Abracom), Marcos Bemquerer (Audicon) e Joaquim de Castro (CNPTC). Todos disseram corroborar da sensação do dever e do sentimento de esperança em uma sociedade mais humanitária.



# ATRICON INTEGRA TRABALHO PARA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA primeira infância



NOTA PÚBLICA Nº2/2021 - FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA PRIMEIRA INFÂNCIA - RECOMENDAÇÃO ÀS CÂMARAS DOS VEREADORES ACERCA DA INCLUSÃO DA PRIORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NOS PROJETOS DE LEI DOS PLANOS PLURIANUAIS MUNICIPAIS - 2022-2025

**E**m Nota Pública emitida aos legislativos municipais, a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância enumera uma série de quesitos e sugere que sejam observados, durante a tramitação dos Planos Plurianuais 2022-2025 nas Câmaras, pelos vereadores das cidades brasileiras. O objetivo é assegurar que esses projetos contemplem a primeira infância entre as temáticas prioritárias.

A iniciativa é uma das ações do Grupo de Trabalho de Orçamento Público pela Primeira Infância da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, do qual fazem parte a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa. O conselheiro Cezar Miola, vice-presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos da Atricon e presidente do CTE-IRB, representa as entidades no GT.

De acordo com ele, as fontes de investimentos, que irão as-

segurar o atendimento à primeira infância, precisam estar “literalmente” previstas nos textos dos Planos Plurianuais dos municípios. “Estamos buscando a garantia dos direitos estabelecidos na Constituição Federal e no Marco Legal - Lei Federal 13.357/2016. É um assunto que tem a sua importância elevada no contexto da pandemia, em que as crianças estão sendo muito afetadas, sobretudo no seu direito à educação”, resumiu.

A apreciação dos Planos Plurianuais nas Câmaras Municipais é considerado um momento estratégico para o alcance dessa meta. Em um segundo momento, segundo Cezar Miola, a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância atuará para a garantia dos recursos nos orçamentos anuais. “Isso porque, obviamente, sem dinheiro não se consegue concretizar direitos”, disse.

Teor – Um dos pontos, incluídos na Nota Pública, sugere que os vereadores verifiquem se a primeira infância está merecendo tratamento prioritário no texto do Proje-

to de Lei do Plano Plurianual 2022-2025. A sugestão é de que essa prioridade conste de maneira expressa e identificável, “como um único programa intersetorial, ou um conjunto de programas do município, que conste num anexo com metas e indicadores”. Caso contrário, a indicação é de devolução do PL ao Executivo, “para a devida inclusão”.

Composição do Grupo de Trabalho de Orçamento Público pela Primeira Infância da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância: ANDI – Comunicação e Direitos; Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON); Centro de Estudos da Metrópole (CEM/USP); Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (CONORF) - Senado Federal; Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (CONOF) – Câmara dos Deputados; Controladoria Geral da União (CGU); Fundação Abrinq; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF);

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); - Instituto Alana; Instituto da Infância (IFAN); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Rui Barbosa (IRB); Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); Subsecretaria de Planejamento Governamental (SEPLA) – Ministério da Economia (ME).

Frente Parlamentar quer primeira infância com garantias nos Planos Plurianuais. Em Nota Pública (confira o teor) emitida aos legislativos municipais, a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância enumera uma série de quesitos e sugere que sejam observados, durante a tramitação dos Planos Plurianuais 2022-2025 nas Câmaras, pelos vereadores das cidades brasileiras. O objetivo é assegurar que esses projetos contemplem a primeira infância entre as temáticas prioritárias.

A iniciativa é uma das ações do Grupo de Trabalho de Orçamento Público pela Primeira Infância da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, do qual fazem parte a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa. O conselheiro Cezar Miola, vice-presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos da Atricon e presidente do CTE-IRB, representa as entidades no GT, contando também com a atuação do assistente técnico Leo Arno Richter (TCE-RS).

De acordo com ele, as fontes de investimentos, que irão assegurar o atendimento à primeira infância, precisam estar “literalmente” previstas nos textos dos Planos Plurianuais dos Municípios e nas demais normas orçamentárias. “Estamos buscando a garantia dos direitos estabelecidos na Constituição Federal e no Marco Legal - Lei Federal 13.357/2016. É um assunto que tem a sua importância elevada no contexto da pandemia, em que as crianças estão sendo muito afetadas, sobretudo no seu direito à educação”, resumiu.

A apreciação dos Planos Plurianuais nas Câmaras Municipais é considerado um momento estratégico para o alcance dessa meta. Em um segundo momento, segundo Cezar Miola, a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância atuará para a garantia dos recursos nos orçamentos anuais. “Isso porque, obviamente, sem dinheiro não se consegue concretizar direitos”, disse.

Teor – Um dos pontos, incluídos na Nota Pública, sugere que os vereadores verifiquem se a primeira infância está merecendo tratamento prioritário no texto do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2022-2025. A sugestão é de que essa prioridade conste de maneira expressa e identificável, “como um único programa intersetorial, ou um conjunto de programas do município, que conste num anexo com metas e indicadores”. Caso contrário, a

indicação é de devolução do PL ao Executivo, “para a devida inclusão”.

Composição do Grupo de Trabalho de Orçamento Público pela Primeira Infância da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância: ANDI – Comunicação e Direitos; Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON); Centro de Estudos da Metrópole (CEM/USP); Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (CONORF) - Senado Federal; Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (CONOF) – Câmara dos Deputados; Controladoria Geral da União (CGU); Fundação Abrinq; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); - Instituto Alana; Instituto da Infância (IFAN); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Rui Barbosa (IRB); Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); Subsecretaria de Planejamento Governamental (SEPLA) – Ministério da Economia (ME).





## PRESIDENTE DA ATRICON SE REÚNE COM DEPUTADOS DA BANCADA FEDERAL DE PERNAMBUCO E COM MEMBROS DO TCE-PE

O presidente Fábio Nogueira manteve encontro institucional com conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e deputados da bancada pernambucana na Câmara Federal, com a intenção de discutir a Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Poder Executivo, que trata da reforma administrativa.

A PEC nº 32/2020 tramita na Câmara Federal e os deputados Fernando Monteiro, que preside a Comissão Especial da Reforma Administrativa; e os deputados Danilo Cabral e Milton Coelho - auditores de Controle Externo do TCE-PE - integrantes da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público

(contrária à PEC nº 32) participaram da discussão.

Fábio Nogueira reputou o encontro, que aconteceu (8/09) na sede do TCE-PE, como “extremamente proveitoso”, em razão da visível sensibilização dos deputados, em relação aos argumentos da Atricon. Houve o compromisso de análise atenta dos estudos, apresentados pela entidade, sobre possíveis impactos da reforma no âmbito dos Tribunais de Contas e dos jurisdicionados destes.

## PARTICIPAÇÃO

Participaram o presidente do TCE-PE, Dirceu Rodolfo de Melo Júnior; e os conselheiros Carlos Neves, Carlos Porto, Marcos Loreto, Ranilson Ramos e Valdecir Pascoal. A única ausência, entre os conselheiros da Corte, a conselheira Teresa Duere, foi justificada.

## A PEC Nº32

A Proposta de Emenda Constitucional do Poder Executivo trata da reforma administrativa que, dentre outros pontos, muda as regras para o funcionalismo público e altera a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Chamada pelo governo de PEC da Nova Administração Pública, a proposta altera 27 trechos da Constituição e introduz 87 novos, sendo quatro artigos inteiros. Os termos da proposta começaram a ser lidos e discutidos pelos membros da comissão especial na última quarta-feira (1º). O texto deve ser votado entre os dias 15 e 16 de setembro na comissão especial. Após esta fase, seguirá para o plenário da Câmara.



## MQB FERRAMENTA QUE MEDE BENEFÍCIOS DA AÇÃO DOS TCS É ATUALIZADA

**Atualização:** Ferramenta com mecanismos de obtenção de informações, consolidação e padronização de dados é apresentada aos presidentes dos TCS

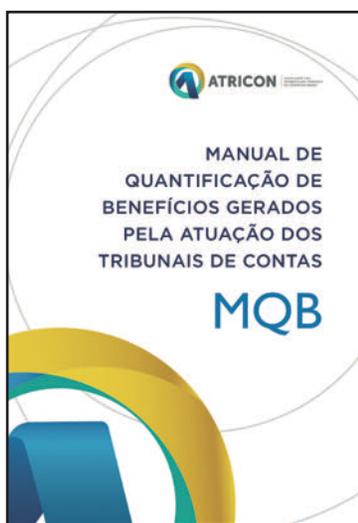
A Atricon e o CNPTC reuniram-se com presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil, no dia 5 de abril de 2021 para discutir sobre o desenvolvimento de mecanismos que farão avançar na implantação do Manual de Quantificação de Benefícios Gerados pela Atuação dos Tribunais de Contas.

A reunião foi conduzida pelo presidente Fábio Nogueira, que referendou a importância da interação dos Tribunais de Contas com a sociedade brasileira, “que precisa conhecer mais intimamente o trabalho dessas Cortes”. Ele disse que esse é o fundamento precípua do programa MQB, “em cuja concepção está o interesse de informar à população sobre como atuam, quanto custa e o que essa atuação reverte aos cofres públicos ou economiza do erário”, realçou.

O conselheiro Joaquim de Castro, presidente do TCM-GO e do CNPTC, tem sido denodado na missão de mo-

bilizar os Tribunais de Contas. Esse reconhecimento foi expressado pelo presidente Fábio Nogueira, ao ressaltar a profícua parceria que tem se estabelecido entre as entidades que representam o Sistema.

**Apresentação -** O conselheiro Felipe Galvão Puccioni



(TCMRJ), que coordena o projeto da Atricon na concepção do MQB, explicou em linhas gerais que o instrumento amplia a possibilidade de auferir os resultados gerados em favor da sociedade. “A ferramenta vai possibilitar uma tradução, por meio de números e de forma incontestável, os benefícios da nossa atuação. Isso será possível graças a uma uniformização de métricas - para não gerar distorções - e à consolidação e integração dos dados”, ressaltou.

O Manual Quantificação dos Benefícios – MQB é um tutorial de procedimentos,

que visam à padronização da forma como se quantificam os benefícios derivados das ações de Controle Externo. Felipe Puccioni explicou o MQB passa por constante atualização e apresentou o instrumento (em desenvolvimento), que vai facilitar, tanto a obtenção, quanto a padronização das informações e a mensuração dos quantitativos.

Na reunião desta segunda-feira, além de demonstrar as especificações técnicas necessárias à implantação do formato de mensuração uniforme, os presidentes dos Tribunais de Contas foram motivados a aderir à sistemática.

A confecção da ferramenta envolve uma denodada equipe. Além do conselheiro Felipe Puccioni, conta com integrantes de diversas Cortes do Brasil. Mais diretamente atuam: Leonardo Rodrigues da Silveira, assessor técnico da Atricon; Carlos Fernando das Chagas e Fábio Tessinari, auditores de controle externo do TCMRJ; e Donato VolKers, auditor de controle externo do TCE-ES.

O MQB – é um instrumento de mensuração dos benefícios auferidos pela sociedade em decorrência das ações do Controle Externo. A intenção é revelar o resultado dos trabalhos realizados pelos Tribunais de Contas brasileiros.





## MEMBROS DO SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS PARTICIPAM DO FÓRUM NACIONAL DO INAE

“A Questão Fiscal e Previdência Estadual” foi o tema da 4ª Sessão do do XXXIII Fórum Nacional do INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos, no dia 25/6/21, às 11 horas, com palestra do conselheiro Edilberto Pontes (TCE-CE). O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio Nogueira esteve na mesa de debate, compartilhada pelo presidente do Fórum Nacional, Raul Velloso; pelo conselheiro do TCE de Minas Gerais, Sebastião Helvecio; e pelo ex-secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, Guilherme Mercês.

O XXXIII Fórum Nacional do INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos, cuja programação se estendeu no período de 3 a 25 de junho, contou com a participação de diversos integrantes do Sistema Tribunais de Contas. Além dos já referenciados, estão na programação: o con-

selheiro Adircélio Moraes, presidente do TCE-SC, que integrará a mesa de debates sobre ‘Pandemia e Crise Estadual – Visão do Piauí e Santa Catarina’; o presidente do instituto Rui Barbosa, Ivan Bonilha (TCE-PR), e o ministro substituto do TCU, Weder de Oliveira, na sessão do dia 21/06, com uma abordagem sobre o tema ‘Papel dos Tribunais de Contas nas Concessões’.

O XXXIII Fórum Nacional do INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos foi realizado no formato virtual, com transmissão pelo canal do INAE no Youtube, e debateu temas como: (1ª Sessão) Pandemia e a Crise Estadual – Visão do Piauí e Santa Catarina; (2ª Sessão) Pandemia e a Crise Estadual – Visão de São Paul; (3ª Sessão) Papel dos Tribunais de Contas nas Concessões; (4ª Sessão) – A Questão Fiscal e a Previdência Estadual.



### SAIBA MAIS

O Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Brasília-DF. A entidade tem por finalidades o debate de ideias e a formulação de políticas e estratégias voltadas para o desenvolvimento e a modernização do Brasil em suas dimensões econômico-social, político-institucional e cultural. O Fórum Nacional é a associação dos principais economistas, sociólogos e cientistas políticos do país, e tem a finalidade de oferecer propostas concretas para a modernização da sociedade brasileira.



## FÓRUM DE AUDITORIA PREPARA PARA USO DAS NBASP



A 1ª edição de 2020 do Fórum Nacional de Auditoria aconteceu na sede do TCDF (Brasília), nestes dias 4 e 5 de março. O presidente Fábio Nogueira destacou, na solenidade de abertura, a importância das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), que são a razão central do evento, realizado Instituto Rui Barbosa em parceria com o Tribunal de Contas do Distrito Federal, com o apoio institucional da Atricon, da Abracom e do TCE-PR.

Os presidentes anfitriões, Ivan Bonilha (IRB) e Anilcéia Machado (TCDF), também falaram sobre a importância de capacitar servidores dos Tribunais de Contas do Brasil para a utilização das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Nesta 1ª edição de 2020 estão sendo focalizadas as Auditorias Operacionais – instrumento utilizado pelos Tribunais de Contas - e o Processo Estruturado – instrumento

utilizado pelo Ministério Público. Os conselheiros Edilberto Pontes (TCE-CE) e Inaldo Paixão (TCE-BA), foram os expositores da manhã. Abordaram, respectivamente, sobre “Os desafios do Controle no século XXI e auditoria operacional” e “Apresentação do nível 3-NBASP; NBASP 3000 Requisitos de Auditoria”.

Participação – A solenidade de abertura contou com a presença do presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, conselheiro Joaquim de Castro; o conselheiro substituto do TCMRJ, Emil Leite Ibrahim, que representou o presidente da Abracom, Thiers Montebello; o procurador do MPTC-MG, Marcílio Barenco, representando o presidente da Ampcon, Stepheson Oliveira Victor; e o presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, Francisco José Gominho Rosa, participa.



# TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL E ATRICON FIRMAM PARCERIA

## PARA FORTALECER O CONTROLE EXTERNO EM TEMAS AMBIENTAIS E DE INFRAESTRUTURA\*

Durante a 3ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, ocorrida em 16 de agosto de 2021, foi formalizado oficialmente o Acordo de Cooperação Técnica entre a Atricon e a Transparência Internacional Brasil. Os termos da parceria foram apresentados pelo diretor da ONG, Bruno Andrade Brandão.

A base da parceria da Atricon com a Transparência Internacional - Organização Não Governamental que representa mais de 100 países – é a Sustentabilidade ambiental e climática (com ênfase no bioma Amazônia), conforme consta no termo assinado pelo presidente Fábio Nogueira e pelo diretor Bruno Brandão: “união de esforços para criar e implementar projeto de cooperação e uma agenda técnico-institucional a fim de realizar ações para o fortalecimento do controle externo em temas ambientais, de uso da terra e de grandes obras de infraestrutura”.

A parceria reconhece a importância da atuação dos Tribunais de Contas brasileiros no controle externo, no combate à corrupção e no estímulo à integridade nos temas de

meio ambiente, uso da terra e infraestrutura. Com foco na Amazônia, as ações do projeto também contribuirão com Tribunais de contas de outras regiões.

“Por meio dessa cooperação técnica com a Atricon, buscamos estimular a atuação dos Tribunais de Contas em temas urgentes para a promoção da sustentabilidade e do enfrentamento da corrupção, como o combate ao desmatamento e a execução de obras de infraestrutura”, explica Renato Morgado, gerente de Meio Ambiente e Clima da Transparência Internacional – Brasil.

O acordo também reflete o entendimento de que apenas com ações coordenadas entre os vários setores da sociedade civil, juntamente com o poder público, será possível construir mecanismos que possam inibir irregularidades e promover mudanças que incentivem uma cultura de transparência e integridade na gestão ambiental e de infraestrutura do país.

“Esse acordo fortalece o controle externo em temas ambientais e de infraestrutura e aproxima o Sistema de Tribunais de Contas das organizações da sociedade civil, estimulando o controle social”

explica Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, presidente da Atricon.

Nesse sentido, a experiência de quase 20 anos da Atricon no apoio ao desenvolvimento de estratégias e ferramentas para aprimorar a eficácia dos sistemas de controle do poder público vai ao encontro da atuação da Transparência Internacional – Brasil, que, entre outras atividades, trabalha por uma administração pública mais transparente e livre da corrupção.

## AÇÕES PREVISTAS

O plano de trabalho do acordo de cooperação prevê ações que buscam fortalecer a atuação dos Tribunais de Contas no controle externo florestal e de obras de infraestrutura, no uso de tecnologias para o controle ambiental, assim como a promoção de debates públicos sobre esses temas. Para isso, quatro ações irão nortear o plano de trabalho:

1. Elaboração de resolução com diretrizes para o “controle externo na gestão florestal”: construção de recomendações para que os Tribunais de Contas aprimorem seus regulamentos, procedimentos, ferramentas e práticas de controle em temas como Código Florestal, prevenção e combate ao desmatamento e exploração ilegal de madeira;
2. Fortalecimento das ações de controle externo em obras públicas: inclusão e aprimoramento das dimensões de transparência, integridade e meio ambiente na resolução da Atricon (Resolução n°

4/2015) sobre obras e serviços de engenharia;

3. Série de webinars “O Papel do Controle Interno e Externo na Amazônia: infraestrutura, meio ambiente e uso da terra: apresentação e discussão das várias formas de atuação das Controladorias e Tribunais de Contas no controle das políticas, órgãos e gastos públicos relacionados a temas ambientais, de uso da terra e de infraestrutura na Amazônia;

4. Promoção do uso de tecnologias para o controle externo ambiental: disseminação entre os Tribunais de Contas de ferramentas e plataformas tecnológicas que possam apoiar o controle externo de órgãos ambientais, de políticas de combate ao desmatamento e crimes ambientais.

As ações previstas na parceria estão inseridas no projeto “Fortalecendo o controle interno e externo na Amazônia: infraestrutura, meio ambiente e uso da terra”, implementado pela Transparência Internacional – Brasil, com apoio da Fundação Moore. O projeto visa fomentar redes e órgãos de controle para que atuem de forma mais estruturada e sistemática nos temas citados, com foco principal no bioma Amazônico. Renato Morgado e Amanda Lima, também representantes da Transparência Internacional, participaram da reunião.

(\*) com informações da Transparência Internacional Brasil



## CRONOLOGIA DO ACORDO

### Transparência Internacional inclui Atricon em Projeto ambiental

A Transparência Internacional, principal Organização Não Governamental de combate à corrupção no mundo, incluiu a Atricon no projeto 'Fortalecendo o controle interno e externo na Amazônia: meio ambiente, uso da terra e infraestrutura'. A pretensão é fomentar redes de atuação sistemática nas agendas de meio ambiente, em especial, no bioma Amazônico.

A ONG reconhece que os Tribunais de Contas são instituições que "podem desempenhar papel fundamental no controle de órgãos e políticas ambientais e de uso da terra". A Transparência Internacional, também, considera importante a atuação dos TCs em grandes projetos de infraestrutura e seus impactos socioambientais.

Estão previstas contribuições/parcerias mútuas como: promoção da integridade pública nos órgãos ambientais, fundiários e de infraestrutura; melhoria da efetividade e eficiência das políticas ambientais, de uso da terra e da gestão de impactos de infraestrutura; promoção da transparência e da abertura de dados; criação e fortalecimento de canais de denúncias; criação e fortalecimento de instrumentos de controle social.

Trabalhos executados pelo Sistema Tribunais de Contas são citados no projeto da Transparência Internacional: Auditoria Coordenada 'Objetivos do Desenvolvimento Sustentável' – entre TCU e TCs da região amazônica -; documentos produzidos pelos Tribunais de Contas do Estado do Amazonas e do Estado de Rondônia, além da Controladoria Geral do Estado de Rondônia (as Controladorias também são citadas como potenciais parceiras).

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - o presidente Fábio Nogueira destacou que a iniciativa da Transparência Internacional coincide com o propósito da Atricon que, dentre outras iniciativas na área ambiental, adota pauta permanente de discussão acerca dos ODS, com previsões de ações no Plano de Gestão da entidade, que estão sob a coordenação do conselheiro João Antonio (TCMSP).

TCE-AM integrado - O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, conselheiro Mário de Mello, em contato com o presidente Fábio Nogueira relatou que esse reconhecimento é uma motivação adicional para que o TCE-AM continue atuando pela proteção do bioma amazônico. “Incluindo o fomento e a promoção de eventos de temática ambiental, com propósito pedagógico e de definição de políticas ambientais”, completou.

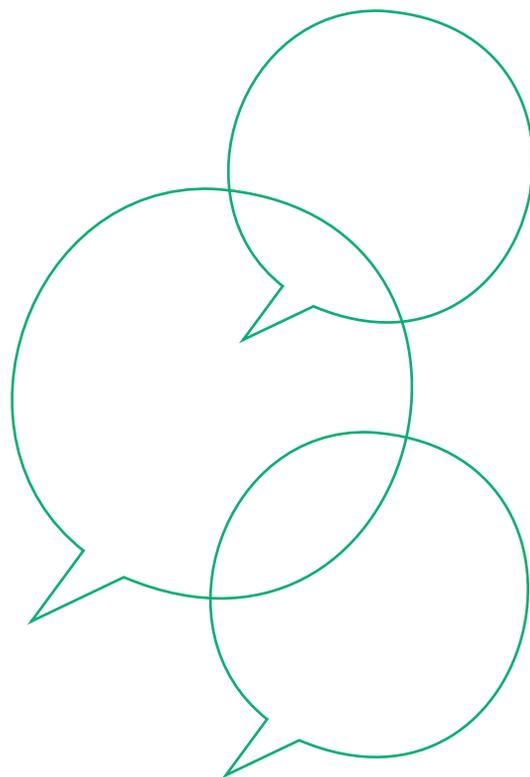
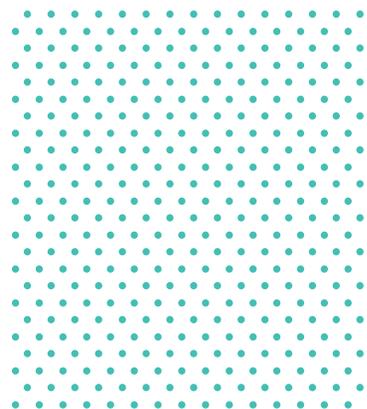
### Termos gerais do Acordo Técnico de Cooperação de Cooperação foram delineados durante reunião

Acertos sobre os termos gerais de um futuro Acordo Técnico de Cooperação entre a Atricon a Transparência Internacional foram definidos durante reunião entre as duas entidades no dia 4 de abril de 2021. A ideia inicial da parceria é elencar ações prioritárias de Controle Externo na Amazônia Legal e fomentá-las junto ao Sistema Tribunais de Contas. O objetivo específico é uma atuação voltada à preservação ambiental, baseada em temáticas como gestão florestal, destinação de resíduos sólidos e obras públicas, dentre outros.

A Atricon foi representada pelo Conselheiro Júlio Pinheiro (TCE AM) e pelo assessor técnico Leonardo Silveira. Pela Transparência Internacional Brasil, participaram Renato Morgado e Amanda Faria Lima, coordenador e consultora do Programa de Integridade Socioambiental da, respectivamente.

Na ocasião, o conselheiro Júlio Pinheiro ressaltou que, para além dos essenciais requisitos formais do pacto, há necessidade de dar agilidade as intenções propostas, dando a elas a esperada concretude. “Não basta apenas arrolar um robusto paiol de projetos e iniciativas e deixá-los armazenados em arquivos, é imprescindível fazê-los caminhar com a urgência que cada um requer, pois, o futuro do meio-ambiente e do planeta não pode aguarda indefinidamente ações práticas de salvaguarda”, afirmou.

Sensibilizados com a constatação do conselheiro Júlio Pinheiro, os demais participantes concordaram em estabelecer uma agenda ágil para dar substância prática ao acordo. A pretensão é apresentar, nas próximas semanas, uma minuta do termo cooperativo. Num segundo momento serão estabelecidos contatos com os presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil, com vistas à exposição do planejamento estratégico da parceria e à proposição de ações de implantação imediata.

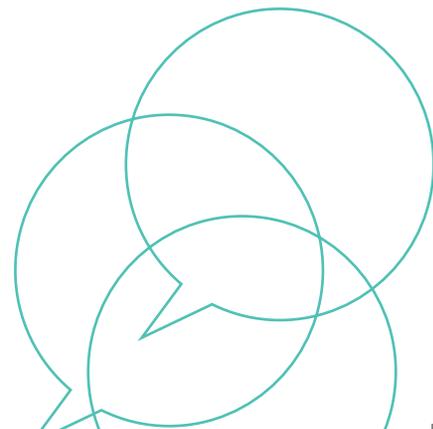




## SÉRIE DE WEBINARS DEBATEU O CONTROLE INTERNO E EXTERNO NA AMAZÔNIA\*

Os quatro webinars contaram com representantes de órgãos de controle, da academia e da sociedade civil. Entre os dias 24 de agosto a 02 de setembro de 2021, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), a Transparência Internacional – Brasil e o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) promoveram uma série de quatro webinars com o tema “O papel do controle interno e externo na Amazônia: infraestrutura, meio ambiente e uso da terra”.

As discussões abordaram o papel do controle na promoção da integridade, da transparência e da sustentabilidade de políticas ambientais e de infraestrutura na região, dando visibilidade ao trabalho de Tribunais de Contas e Controladorias. Com participação de representantes de órgãos de controle, academia e sociedade, os webinars foram um momento oportuno para o diálogo e a troca de experiências entre atores importantes no combate à corrupção e redução de impactos socioambientais na floresta.



## CONFIRA COMO FOI CADA WEBINAR



### O CONTROLE NA PROMOÇÃO DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

<https://www.youtube.com/embed/UrQooXykjIQ>  
(transmitido em 24/08/2021)

#### Abertura:

Leonardo de Araújo Ferraz - presidente do CONACI  
Fábio Túlio Filgueiras Nogueira  
– presidente da Atricon  
Bruno Brandão - diretor executivo da  
Transparência Internacional – Brasil

#### Participantes:

Hugo Chudyson Araújo Freire – secretário de  
Controle Externo da Agricultura e do Meio  
Ambiente do Tribunal de Contas da União (TCU)  
Leonardo de Araújo Ferraz – presidente do CONACI  
Vivi Niemenmaa – diretora adjunta do Gabinete  
Nacional de Auditoria da Finlândia e chefa  
o Secretariado do Grupo de Trabalho de  
Auditoria Ambiental da INTOSAI (WGEA)

#### Mediação:

Re Morgado, gerente de Meio Ambiente e Clima  
da Transparência Internacional – Brasil

#### SOBRE A INICIATIVA

A série faz parte de um projeto mais amplo implementado pela Transparência Internacional – Brasil, que conta com o apoio da Fundação Moore, chamado: 'Fortalecendo o Controle Interno e Externo na Amazônia: meio ambiente, uso da terra e infraestrutura'. Além dos webinars, estão previstas outras ações que subsidiarão os órgãos de controle (especialmente Tribunais de Contas e Controladorias) para uma atuação mais estruturada e sistemática nas agendas de meio ambiente, uso da terra e infraestrutura, em especial os situados na Amazônia Legal.

(\*) com informações da Transparência Internacional



### OS ÓRGÃOS DE CONTROLE E O COMBATE AO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

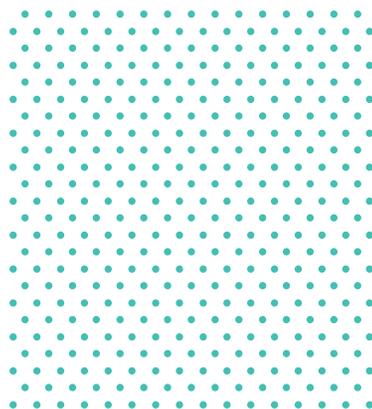
<https://www.youtube.com/embed/rGfE6gxqrCg>  
(transmitido em 31/08/2021)

#### Participantes:

Francisco Lopes – controlador-geral  
do Estado de Rondônia (CGE RO)  
Julio Pinheiro – conselheiro do Tribunal de  
Contas do Estado do Amazonas (TCE AM)  
Bruno Vello – analista de Políticas  
Públicas do IMAFLORA

#### Mediação:

Amanda Faria Lima, consultora para governo  
aberto da Transparência Internacional – Brasil

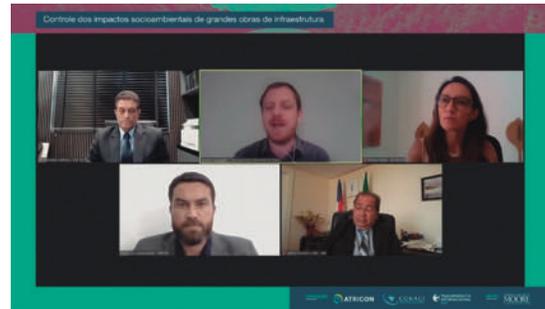




## PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA

<https://www.youtube.com/embed/URmGk5KhtY8>  
(transmitido em 02/09/2021)

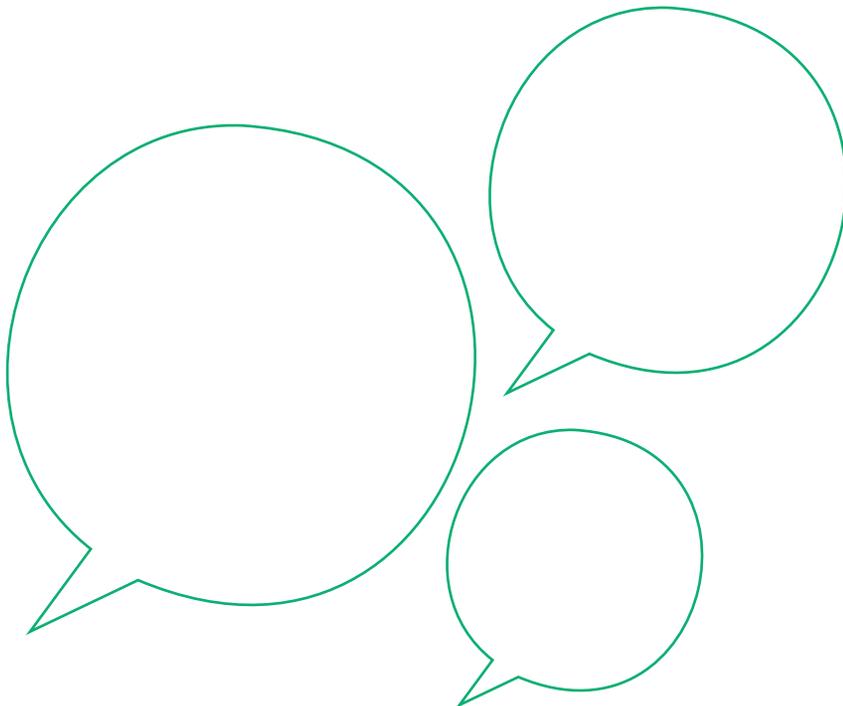
Participantes:  
Rafael Di Bello – secretário de Operações Especiais em Infraestrutura do TCU  
Professor Raoni Rajão – professor no Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
César Leão Colares – conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM PA)  
Mediação:  
Amanda Faria Lima, consultora para governo aberto da Transparência Internacional – Brasil



## CONTROLE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA

<https://www.youtube.com/embed/URmGk5KhtY8>  
(transmitido em 02/09/2021)

Participantes:  
Benedito Antônio Alves – conselheiro do Tribunal de Contas de Rondônia (TCE RO)  
Otávio de Souza Gomes – controlador-geral do Estado do Amazonas (CGE AM)  
Biviany Rojas Garzon - coordenadora do Programa Xingu do ISA – Instituto Socioambiental  
Anderson Uliana Rolim - presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas (IBRAOP)  
Mediação:  
Renato Morgado, gerente de Meio Ambiente e Clima da Transparência Internacional – Brasil



## GRUPO CONSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 09/2021 ELABORA RESOLUÇÃO NORMATIVA COM VISTAS À ATUAÇÃO DO "CONTROLE EXTERNO NA GESTÃO FLORESTAL"

O presidente Fábio Nogueira constituiu uma comissão multissetorial - por meio da Portaria nº 09/2021 -, que está encarregada de formular estudos a partir dos quais será elaborada uma Resolução Normativa. A RN deverá ser “capaz de balizar as intervenções do Controle Externo no tocante à gestão florestal”, nos moldes previstos em Acordo de Cooperação firmado entre a Atricon e a Transparência Internacional Brasil.

Entre as ações pactuadas no Plano de Trabalho há a previsão da elaboração de diretri-

zes para o Controle Externo na gestão florestal, com recomendações e orientações para que os Tribunais de Contas “aprimorem seus regulamentos, procedimentos, ferramentas e práticas de controle em temas como Código Florestal, prevenção e combate ao desmatamento e exploração florestal madeireira”.

A comissão deverá apresentar os resultados do estudo, com a respectiva minuta de Resolução Normativa, dentro de sessenta dias. A propositura será submetida a Assembleia-Geral da Atricon, que acontecerá durante o II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, no próximo mês de novembro.

Integram a comissão: Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (coordenador); Anete Jeane Marques Ferreira, Diretora de Controle Externo Ambiental – DICAMB (TCE AM); Bruno Vello, Analista de Políticas Públicas do Imaflora; Ana Paula Valdiones, Representante do Observatório do Código Florestal; Dário Rodrigues Cardoso Júnior, Consultor de Integridade Socioambiental da Transparência Internacional – Brasil.



PORTARIA nº 09/2021 - Constitui comissão responsável pela discussão e elaboração de Resolução a propósito da atuação do Controle Externo na Gestão Florestal.

**ATRICON**

ASSOCIAÇÃO DOS  
MEMBROS DOS TRIBUNAIS  
DE CONTAS DO BRASIL

# ATRICON PARTICIPA DE SÉRIE DE SEMINÁRIOS "SALA DE GESTÃO E GOVERNANÇA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL"

O presidente Fábio Nogueira participou – representando a Atricon e o TCE-PB - do seminário de apresentação do Seminário Sala de Gestão e Governança na Educação Básica no Brasil - Região Nordeste, instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica SEB/MEC, em parceria com a Universidade de Brasília. O evento virtual aconteceu no dia 14 de abril de 2021 e contou com a participação de diversas autoridades, dentre as quais Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do MEC.

O Sistema Tribunais de Contas tem direcionado atenção, com especial preocupação nestes últimos meses, à área da educação. Foi o que disse o presidente Fábio Nogueira, que complementou: “neste momento de pandemia temos percebido, com grande nitidez, as desigualdades que têm impedido parcela considerável das crianças e jovens em idade escolar de manter uma rotina de estudos na modalidade virtual”.

Para Fábio Nogueira, isso revela uma grave situação de abandono ou de mau aproveitamento dos estudos. De acordo com ele, este é um desafio que se repete no país inteiro e que, portanto, demanda uma grande mobilização das instituições “para que a educação brasileira não sofra revezes de difícil solução”. Ele salientou que os Tribunais de Contas têm grande interesse nessa temática e ressaltou a grande atuação do vice-presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos da Atricon, conselheiro Cezar Miola (TCE-RS), que também preside o Comitê de Educação do IRB.

Fábio Nogueira reafirmou a disposição que o Sistema Tribunais de Contas mantém em contribuir para que o Brasil possa retomar uma rotina crescimento socioeconômico, “em que a educação figura como elemento primordial”. O presidente informou, por exemplo, que a Atricon e o IRB têm se associado a instituições – como o Unicef – para contribuir com um mapeamento da situação e buscar soluções para os entraves no ensino público brasileiro.

## O PROJETO

‘Sala de Situação da Educação Básica: Gestão e Governança’ tem a intenção de construir uma relação de comunicação, baseado em evidências auditáveis de custos,

entre a Secretaria de Educação Básica SEB/MEC e as Secretarias de Educação dos municípios a fim de apoiá-las na gestão e na governança das redes de educação.

### Joaquim de Castro representa TCs na edição Centro-Oeste

Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, presidente do TCM-GO e do CNPTC, representou o Sistema Tribunais de Contas no edição Centro-Oeste do Seminário Sala de Gestão e Governança na Educação Básica no Brasil (12 de abr. de 2021). Ele falou sobre o empenho dos TCs na busca por uma educação de qualidade e universal para os brasileiros, lembrando que essa é uma das áreas mais sensíveis aos impactos da pandemia.

### Conselheiro Edilson Silva participa do webinário destacando ações dos Tribunais de Contas em relação às políticas públicas voltadas à educação

O conselheiro do Tribunal de Contas de Rondônia (TCE-RO), Edilson de Sousa Silva, como representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), participou (dia 13/4) da etapa regional Norte do seminário de lançamento do Projeto Sala de Gestão e Governança da Educação Básica, uma iniciativa da Secretaria de Educa-

ção Básica (Seb) do Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB).

O programa tem como objetivo a atuação eficiente e moderna da gestão da política educacional, a partir da implementação de instrumento de governança denominado REAGBr, desenvolvido para traduzir informações contábeis – já de domínio de todos os gestores municipais –, transformando-as em uma informação de custos, em linguagem compartilhada que sirva para a tomada de decisão sobre a melhor alocação de recursos e sua execução (veja aqui mais informações sobre o projeto).

Esse foi um ponto citado pelo ministro da Educação, Milton Ribeiro, ao abrir o seminário, que teve transmissão online pelo YouTube. “A ideia é que haja um processo de comunicação simples, rápido e objetivo, em que as informações compartilhadas pelos gestores percorram toda a cadeia de decisão chegando até o MEC”, disse o ministro.

Lembrou ainda que o projeto, que não possui custos para o município, atuará, nesta primeira etapa, na secretaria de educação dos primeiros 3.000 municípios que realizarem a adesão ao projeto (veja aqui o manual de adesão para os municípios). Os seminários regionais acontecerão ao longo da semana, abrangendo

todas as regiões do país (aqui a programação).

## PARTICIPAÇÃO DOS TCS

Em todas as etapas do seminário, a Atricon nomeou um representante para abordar as ações dos TCs em relação à temática. Na região Norte, coube ao conselheiro Edilson de Sousa (TCE-RO) participar da ação, destacando, inicialmente, a disposição da Atricon em apoiar o projeto, uma vez que a temática da governança é muito cara ao Sistema Tribunais de Contas.

O conselheiro Edilson citou ações que estão sendo empreendidas pelos TCs em prol de melhorias nas políticas públicas educacionais. Entre as iniciativas locais e nacionais dos TCs, o conselheiro Edilson lembrou que, desde 2018, em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), são feitos exames das melhores evidências para aprimorar a governança multinível de políticas públicas descentralizadas, tendo a política educacional como piloto.

“Esses estudos resultaram na criação, em 2021, da Rede Integrar de Fiscalização de Políticas Públicas Descentralizadas, que pretende alavancar a atuação cooperativa e coordenada dos órgãos nacionais de controle externo, em prol da maior efetividade dos serviços públicos”, acrescentou.

Quanto à análise da governança, citou sua relevância em face não só da pandemia, mas da necessidade de conjugação de esforços, entre todos os entes federativos, para enfrentar os prejuízos advindos do grande período de suspensão das atividades escolares presenciais – situação que, segundo a Unesco, implicará em prejuízos irreversíveis à materialização do direito à educação das crianças e adolescentes brasileiros.

Sobre essa questão, citou duas ações do Sistema de Tribunal de Contas. Uma delas a parceria entre o Instituto Articule, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Atricon para a criação de Gabinetes de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação (Gaepes), que funcionam como sede para o diálogo em benefício da governança interinstitucional da política educacional local.

“No caso de Rondônia, o Gaepe é composto pelo Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, além de contar com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Educação, da Undime, da Uncme, e outros atores, visando aprimorar o debate e definir diretrizes sobre as melhores soluções para a mitigação dos efeitos da crise educacional”, disse o conselheiro.

A outra ação é o memorando de entendimento firma-

do entre o Conselho Nacional dos Ministérios Públicos (CNMP), a ATRICON, o IRB e o UNICEF, a fim de conjugar suas capacidades institucionais e prestar auxílio aos gestores públicos estaduais e municipais no enfrentamento da exclusão escolar, agravada em razão da pandemia.

Busca-se incentivar a adoção de práticas de Busca Ativa Escolar, para que os alunos retornem às escolas e possam nelas se desenvolver. No caso de Rondônia, os órgãos de controle estão, nesse momento, priorizando ações no sentido de fortalecer o regime de colaboração entre o Estado e os municípios, assim como a governança intersetorial entre as áreas da educação, saúde e assistência social.

## PLANO ESTRATÉGICO

Entusiasta da matéria, o conselheiro Edilson ainda falou da preocupação do TCE rondoniense, por meio de sua Alta Direção e corpo técnico, relativamente à Educação, priorizada, juntamente com o Desenvolvimento Regional e a Integridade, como eixos basilares do Plano Estratégico da instituição, cujo ciclo inicia-se neste ano.

“O nosso Tribunal de Contas, por seus membros e equipe, desenvolve desde 2020, com a contribuição de consultores, experts na área, ação voltada ao controle e à

melhoria das políticas públicas educacionais, pois entendemos que é através da educação que vamos transformar o Brasil, colocando-o no lugar que sempre deveria e merece estar”, completou.

### Conselheiro Cezar Miola representou a Atricon no seminário da região Sul

O Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos, conselheiro Cezar Miola (TCE-RS), representou a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), na edição da região sul (16/04) do seminário que apresentou o Projeto Sala de Gestão e Governança da Educação Básica. Trata-se de iniciativa da Secretaria de Educação Básica (Seb) do Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), por meio do Laboratório de Inteligência Pública (PILab), já apresentada em todas as regiões brasileiras.

Segundo os realizadores, o objetivo geral do programa é promover a atuação eficiente e moderna a partir da implementação de modelos de informação que sejam capazes de acompanhar e apoiar os gestores e secretários de educação no contexto da pandemia de COVID-19.

De acordo com Cezar Miola, o trabalho dos Tribunais de Contas, além da atuação fiscalizatória, tem se pautado pela orientação e pelo processo de acompanhamento e de avaliação de resultados. “Utilizamos três eixos normativos para isso: os direitos e garantias constitucionais, a LDB, o Plano Nacional de Educação e os planos locais. É uma ação indutora às boas práticas, trabalhando com evidências para que os resultados dessa agenda sejam potencializados”, disse.

O projeto desenvolvido pelo MEC e parceiros deve ser implementado, nesta primeira etapa, nas secretarias de educação dos primeiros 3 mil municípios que realizarem a adesão à iniciativa. Participaram do encontro virtual, o secretário da Educação Básica do MEC, Mauro Luiz Rabelo, o reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Paulo Afonso Burmann, a reitora da universidade de Blumenau, Marcia Cristina Sardá Espindola, o reitor da Universidade Federal do Paraná e a vice-reitora, Ricardo Marcelo Fonseca e Graciela Bolzon de Muniz, o prefeito de Blumenau, Mário Hildebrandt, e a representante da Confederação Nacional dos Municípios, Mônica Serafim Cardoso.



Carlos Ranna  
TCE-ES



Cezar Miola  
TCE-RS



Edilson Silva  
TCE-RO



Fábio Nogueira  
Presidente ATRICON

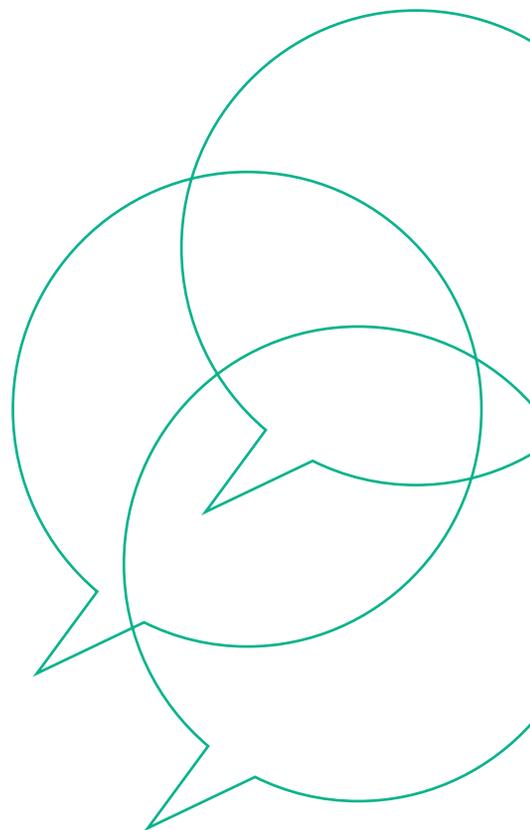


Joaquim de Castro  
TCM-GO

# FÁBIO NOGUEIRA PARTICIPA DE EVENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO NA PB

O presidente Fábio Nogueira participou, (no dia 08/07/2021), da sessão de abertura de Webinário sobre o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) - 'Sistema e-Prevenção: ferramenta de Governança, Integridade e Gestão de Risco'. O evento, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba em parceria com o Tribunal de Contas da União na PB (TCU), teve como público alvo gestores, assessores técnicos, servidores público e dirigentes da área de Controle Interno dos municípios paraibanos.

Fábio Nogueira ressaltou a importância do programa dizendo que “as ações pedagógicas são a prevenção para a boa gestão dos recursos da sociedade e lembrou que as crescentes demandas sociais são a motivação pela busca incessante da boa governança”.



# PRESIDENTES DO TCE E DO TJ DA PARAÍBA FALAM NO EVENTO

O Presidente do TCE-PB, conselheiro Fernando Catão, destacou o uso de ferramentas das ferramentas de controle e da inteligência artificial, que possibilitam resultados mais efetivos e ainda favorecem o controle social. De acordo com ele, qualquer cidadão pode acompanhar o gasto do dinheiro público. “Todos podem identificar onde o município comprou medicamento, por exemplo; quem forneceu e quanto custou. Está tudo disponível no site do Tribunal de Contas do Estado”.

O Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, esteve presente. Em seu pronunciamento, parabenizou o Tribunal de Contas, na pessoa do Presidente Fernando Catão, pelo trabalho educativo, de orientação e aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização e auditoria, sempre procurando preservar o interesse público. Ele estendeu o cumprimento ao representante do Tribunal de Contas da União na Paraíba, Márcio Sueth, co-parceiro do Tribunal de Contas na realização do evento.

Sobre o evento - O webinar, coordenado pelo secretário de Controle Externo na Paraíba (TCU), Márcio Sueth e pela procuradora do Ministério Público de Contas da PB, Sheyla Barreto Braga de Queiroz, teve como proposta oportunizar aos gestores paraibanos informações sobre o Programa de Prevenção à Corrupção e mostrar como podem se apropriar e se beneficiar da ferramenta de controle.

## CONFERÊNCIA

O tema “Por que é importante patrocinar a agenda anticorrupção?” foi apresentado pelo auditor federal de Finanças e Controle, doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marcus Vinícius de Azevedo Braga. A Procuradora do Ministério Público de Contas junto ao TCE, Sheyla Barreto Braga de Queiroz, fez a apresentação do conferencista.

Programação - Com mais de 300 inscritos, a programação do webinar seguiu até as 17 horas. No início da tarde, o primeiro painel tratou sobre ‘Governança, Integridade e

Gestão’, com as auditoras de contas públicas do TCE-PB, Adriana do Rêgo e Lúcia Patrício, a advogada Regina Santos e o auditor da Controladoria Geral de União, Rodrigo Paiva, da CGU na Paraíba.

Já o segundo painel abordou ‘As Funcionalidades da Plataforma E-Prevenção (da teoria à prática)’, com Eudes Toscano, da Controladoria Geral do Município de João Pessoa e Arthur José de Araújo Guimarães, da Controladoria Geral do Estado e mediado pelo auditor Federal de Controle Externo, Joscelino Mendes, do TCU.

## PRESENCAS VIRTUAIS

Do presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado Adriano Galdino; do presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides; do representante do governador da Paraíba, João Azevedo; o secretário Chefe da Controladoria Geral do Estado, Letácio Tenório Guedes Junior, Representando o Procurador Geral de Justiça da Paraíba, Francisco Seráfico Nóbrega Filho, o promotor de Justiça, Reynaldo di Lorenzo Serpa Filho; do procurador Geral do Ministério Público de Contas, Manoel Antônio Dos Santos Neto; representando a Procuradora da República, Janaína Andrade De Souza (coordenadora do

Focco-PB); o Auditor Walber Alexandre de Oliveira e Silva, da Controladoria Geral da União e o Conselheiro TCE do Paraná, Ivan Bonilha, Presidente do Instituto Rui Barbosa.

Também, o chefe da Delegacia da Receita Federal na Paraíba, Hamilton Sobral Guedes; do presidente da Associação Paraibana de Contadores Público, Alexandre Aureliano e do presidente da Federação da Associação de Municípios da Paraíba (Famup) George José Pereira Coelho.

PNPC - Nesta etapa inicial do Programa, as organizações de todos os poderes e das três esferas terão acesso à plataforma e-Prevenção, no conceito de autosserviço, em que a organização avaliará seu próprio desempenho em seis mecanismos: Prevenção, Detecção, Investigação, Correção, Monitoramento e Transparência e Participação Social. São cerca de 18 mil organizações públicas em todo o país.

O PNPC integra as ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla 2021) e conta com o apoio de instituições nacionais como o TCU, a Controladoria Geral da União (CGU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, (CNPTC), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Instituto Rui Barbosa (IRB).



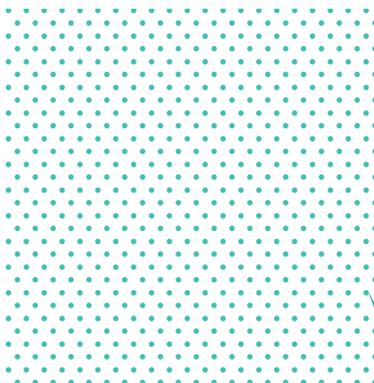
Conselheiro Fernando Catão  
Presidente do TCE-PB.



Desembargador  
Saulo Henriques de Sá e Benevides  
Presidente do TJPB.



Fábio Nogueira  
Presidente ATRICON





## SISTEMA APRIMORE: INOVAÇÃO E MOTIVAÇÃO



**FERRAMENTA CONCEBIDA PARA MODERNIZAR APLICAÇÃO DO MARCO DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL – MMD-TC PASSOU POR VÁRIOS TESTES**



O Sistema Aprimore foi concebido para elevar o grau de precisão na avaliação dos Tribunais do MMD-TC. Com a implementação, uma vez alimentados os dados, o Sistema, de forma automatizada, fará o tratamento estatístico das informações inseridas, com a indicação dos pontos a serem destacados por cada uma delas. A partir daí, oferecerá ainda a possibilidade de socialização de boas práticas entre as Cortes de Contas.

O Aprimore é uma nova solução tecnológica voltada à modernização do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-TC), cujo quinto ciclo de aplicação acontecerá em 2022. Os ciclos anteriores do MMD aconteceram em 2013, 2015, 2017 e 2019. O ciclo 2021 foi adiado para 2022 em virtude da pandemia de Covid-19.

A solução tecnológica foi desenvolvida numa parceria entre a Atricon e o TCE-RO. Os testes realizados em Porto Velho (RO) confirmaram que a ferramenta estava apta a ser avaliada em projeto-piloto.

O Sistema Aprimore, que passará a ser utilizado do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, a partir de 2022, quando ocorrerá a 5ª aferição (aplicação) do MMD-TC, foi testado em diferentes Tribunais de Contas, selecionados regionalmente como "projeto-piloto".



# FORAM EXECUTADOS TESTES DO SISTEMA APRIMORE NOS SEGUINTE TRIBUNAIS DE CONTAS:

TCE-RO  
(Teste de Aptidão)  
20 a 23/09/2021



TCM-GO  
(Representando os TC dos municípios)  
7 e 8 de outubro



TCE-ES  
(Região Sudeste)  
18 e 19 de outubro



TCE-PI  
(Região Nordeste)  
21 e 22 de outubro



TCE-AM  
(Região Norte)  
4 e 5 de outubro

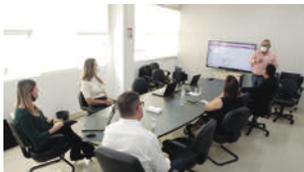
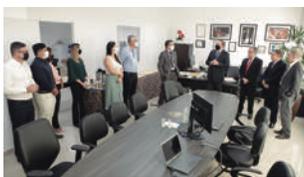


TCE-SC  
(Região Sul)  
14 e 15 de outubro



### TCE-MT

Região Centro-Oeste  
25 e 26 de outubro



TCE-PB – 9 a 12/11/2021 (Durante o II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas - reunião de avaliação dos resultados, elaboração do relatório e proposição de cronograma de implementação de melhorias).

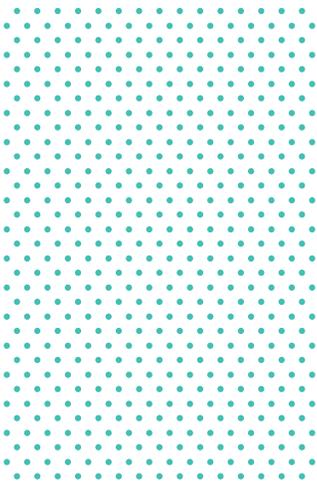
As visitas técnicas de testagem do Sistema Aprimore, que incluem treinamentos sobre o uso do software aos técnicos locais, que passam a atuar como multiplicadores de conhecimento, são realizadas por uma Comissão da Atricon, composta basicamente por membros e técnicos da Comissão de Coordenação Geral do Marco de Medição de Desempenho.

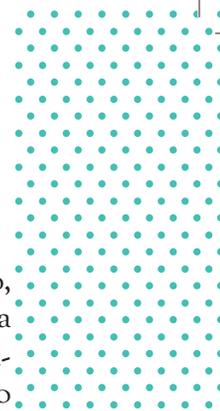
Composição da equipe: conselheiro Carlos Ranna (TCE-ES), coordenador geral do MMD-TC; conselheiro Edilson Silva (TCE-RO); conselheiro substituto Jaylson Campelo (TCE-PI); os auditores de Controle Externo Luciano Andrade (TCE-PB); Luiz Genédio (TCDF); Risodalva Castro (TCE-MT); além dos assessores técnicos Juscelino Vieira e Hugo Viana, do TCE-RO; Paula Fontes e Amanda Agostinho (TCE-MT).

No TCE-RO - Coube ao presidente da comissão, conselheiro Carlos Ranna, repassar os detalhes da atividade ao conselheiro presidente do TCE-RO, Paulo Curi Neto. A importância da consolidação do Marco de Medição de Desempenho, como instrumento de autoconhecimento dos TCs e de compartilhamento de boas práticas, foi o principal aspecto da abordagem.

O conselheiro Paulo Curi, por sua vez, disse que o TCE-RO está à disposição da Atricon para as atividades necessárias à testagem do sistema. Ele salientou que o Tribunal de Rondônia se orgulha em participar do MMD-TC, desde o princípio, não apenas como avaliado, mas também como avaliador, por meio de membros e de servidores, que integram ou integraram comissões de avaliação em visitas técnicas a outros TCs do Brasil.

Paulo Curi fez questão de destacar a participação de três agentes públicos do TCE-RO na elaboração e na confecção da ferramenta tecnológica, que permitirá mais esse avanço da





Atricon no projeto de fortalecimento do controle externo no Brasil, especialmente no MMD-TC. São eles: o conselheiro Edilson de Sousa Silva e os servidores Juscelino Vieira e Hugo Viana Oliveira.

Na fase de testes foi aferida a eficácia do Sistema Aprimore, antes de sua plena homologação (em novembro/2021): a funcionalidade, a usabilidade e o desempenho do novo sistema eletrônico, com vistas a identificar eventuais fragilidades e possíveis oportunidades de melhorias.

O Tribunais de Contas selecionados - para a fase de testes - tiveram suas equipes técnicas treinadas (remotamente) com a incumbência de replicar o novo sistema eletrônico; na fase seguinte, acompanharam a comissão da Atricon (durante a visita presencial) para contribuir no processo de avaliação do novo sistema eletrônico.

Além do sistema eletrônico, o MMD-TC 2022 terá mais duas novidades: a adequação/atualização do Manual das orientações técnicas e dos modelos, visando melhorar a compreensão dos avaliadores; e a atualização dos indicadores e critérios aos termos da legislação vi-

gente, sem descaracterizar a sua linha de base, de modo a preservar a comparabilidade histórica.

No TCE-AM - Na Corte amazonense a equipe técnica foi recebida pelo presidente do Mário de Mello, que elogiou o Aprimore e o empenho da Atricon na persecução pelo aprimoramento das ações do Sistema Tribunais de Contas. De acordo com ele, é um estímulo adicional que a Corte recebe da entidade para melhorar o próprio desempenho. Ele também falou da importância da expertise técnica empregada no processo de aperfeiçoamento: “É bom termos um conjunto técnico capaz e unido para evoluirmos nossas atividades a nível nacional”, destacou.

O conselheiro Júlio Pinheiro também participou da recepção à equipe: “Recebemos os técnicos da Atricon e colocamos a Corte de Contas à disposição para implantação do projeto que iniciará uma nova era de medição de desempenho dos Tribunais de Contas no Brasil”, disse.

No Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás a comissão foi recebida pelo presidente da Corte e do CNPTC, conse-

lheiro Joaquim de Castro, que falou da importância da qualificação dos servidores do TCMGO “como multiplicadores”.

No TCMGO foram avaliados itens factuais, como auditorias (de conformidade, de obras, ambiental, financeira, etc), gestão de pessoas, gestão de tecnologia, planejamento geral, planejamento de fiscalização, organização, celeridade, tempestividades, comunicação, produção científica, súmulas, jurisprudências, controle interno e ouvidoria, só para listar alguns.

O ganho de visibilidade e credibilidade valoriza o controle social, uma vez que os Tribunais de Contas disponibilizam aos seus membros, servidores e à toda a sociedade um meio fácil e confiável de verificar o alcance e a relevância dos trabalhos realizados.

No Tribunal de Contas de Santa Catarina a comissão foi recebida pelo presidente do TCE/SC, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior. Ele salientou que o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD.TC) “é uma ferramenta importantíssima, que auxilia no desenvolvi-

mento e aprimoramento dos tribunais de contas como um todo”. E ressaltou que “é uma honra para nós, de Santa Catarina, fazermos parte desse projeto-piloto que tem por objetivo aprimorar ainda mais o MMD.TC e trazer mais tecnologia à informação aplicada a esse instrumento de aperfeiçoamento dos tribunais de contas”.

Pelo TCE/SC, participaram da abertura dos trabalhos o diretor-geral de Controle Externo, Marcelo Brognoli, a diretora-geral de Administração, Thais Schmitz Serpa, a chefe de Gabinete da Presidência, Juliana Francisconi Cardoso, o assessor de governança de TI, Rafael Queiroz, a assessora da Presidência, Karine Zeferino Fonseca de Andrade, e a coordenadora da comissão do TCE/SC, auditora fiscal de controle externo, Adriana Luz. Também fazem parte da comissão catarinense a secretária-geral Flávia Letícia Fernandes Baesso Martins e os auditores fiscais de controle externo Michele Fernanda De Conto El Achkar e Claudio Cherem de Abreu.

No Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) a nova ferramenta de avaliação foi apresentada pelo conselheiro Carlos Ranna, coordenador-geral do MMD-

-TC, e pelo coordenador técnico, conselheiro do TCE-RO Edilson de Sousa Silva. Pelo TCE-ES, participaram o presidente, Rodrigo Chamoun, o vice-presidente, Domingos Taufner, e o corregedor, Rodrigo Coelho do Carmo.

Ranna explicou que a “Aprimore” considera a cultura organizacional e os seus trabalhos de cada tribunal, ao avaliá-lo. “A ferramenta terá rastreabilidade, mais confiabilidade do sistema, a possibilidade de um painel de gerenciamento de B.I. Nós já temos aqui algumas ferramentas, e esta da Atricon vai nos ajudar ainda mais nesse acompanhamento. Fico muito orgulhoso do nosso Tribunal estar como referência nacional, é fruto do trabalho de todos”.

No âmbito do TCE-ES, já há também o Observatório de Desempenho Institucional (ODI), painel que integra o sistema e-Tcees, e que permite o acompanhamento, monitoramento e avaliação do fluxo de processos que tramitam no Tribunal, e também verificar o cumprimento de prazos estabelecidos na Resolução 300/2016 do TCE-ES e no Marco de Medição do Desempenho (MMD) dos TCs, conforme destacou o conselheiro Rodrigo Coelho.

## RELEVÂNCIA

O presidente do TCE-ES, Rodrigo Chamoun, salientou que o Marco permite mostrar para a sociedade os fluxos do trabalho da instituição. “É uma honra para nós fazer parte desse projeto-piloto, que tem por objetivo aprimorar ainda mais essa ferramenta. A orientação dada ao TCE-ES sempre foi que tivéssemos uma atuação para evoluir em todos os indicadores, e ao observar que tínhamos alguma deficiência na capacidade de desdobramento, mudar a orientação. Daremos toda nossa contribuição para o MMD”, disse.

No TCE-PI - a presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Lilian Martins recebeu a comitiva, que fez uma apresentação sobre o Sistema Aprimore. “Ficamos muito felizes com a participação do TCE-PI nesse projeto piloto que pretende melhorar a autoavaliação dos Tribunais de Contas de todo Brasil. O sistema vai deixar as ações dos Tribunais de Contas em evidência e facilitar o MMD.”, destacou a presidente Lilian Martins.

No TCE-MT (berço do MMD-TC, cuja concepção teve início durante a gestão do conselheiro Antonio Joaquim) o trabalho foi iniciado

pela comissão de implantação da ferramenta junto à equipe da Secretaria Geral da Presidência (Segepres) do órgão.

Na ocasião, o conselheiro Valter Albano chamou a atenção para a funcionalidade da proposta, que deve começar a ser utilizada em novembro deste ano. “É uma honra para nós receber esta visita. Este é um instrumento que vai permitir avaliar o desempenho de todos nós muito mais tecnicamente e com muito mais justeza, por isso a implantação no TCE-MT representa uma alegria e uma grande responsabilidade também.”

## OPINIÕES SOBRE O APRIMORE

Segundo o presidente Fábio Nogueira, a automação vai permitir o acompanhamento dos índices de forma simultânea pela Atricon. “O processo passará a ser totalmente eletrônico, dando mais segurança, confiabilidade, rastreabilidade e praticidade na consolidação dos resultados”, reforçou.

“O Aprimore segue os padrões da INTOSAI, uma organização internacional de entidades fiscalizadoras, que congrega EUA, Inglaterra, China, Rússia, e vários países da América Latina, inclusive o Brasil. Ele (o Aprimore) vai substituir as planilhas de excell, com uma oferta muito grande de recursos, além de ser mais seguro, amigável

e rastreável.” – Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES) – Coordenador Geral da Comissão de Coordenação Geral do MMD.

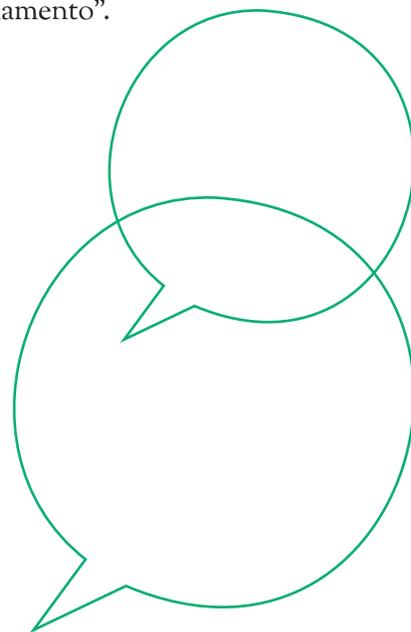
“O Aprimore vai impactar a rotina dos tribunais na medida em que é uma ferramenta de condensação e análise de dados interativa e de fácil manuseio, que vai aprimorar o MMD, dando mais transparência, segurança, agilidade e controle, tudo em tempo real. Esse nome (Aprimore) não é por acaso”. Conselheiro Edilson de Sousa Silva (TCE-RO) – Coordenador Técnico da Comissão de Coordenação Geral do MMD.

“Trata-se de uma ferramenta única, que vai consolidar ainda mais o Sistema Tribunais de Contas e fortalecer o controle social. Um projeto que existe já há dois anos, foi impulsionado pela pandemia e agora se torna realidade”. Conselheiro-substituto Jaylson Lopes Campelo (TCE-PI) – Coordenador Técnico da Comissão de Coordenação Geral do MMD.

“É motivo de muita satisfação e alegria para todos do TCMGO participar desse projeto, que vai impactar de maneira tão positiva o dia a dia dos tribunais de contas. Nós queremos agradecer ao presidente da ATRICON, conselheiro Fábio Nogueira, aos conselheiros Edilson de Sousa, Carlos Ranna, ao conselheiro-substituto Jaylson Campelo, a todos os demais integrantes

da comissão, ao nossos servidores, técnicos e assessores, pela compreensão da importância dessa iniciativa e pela disposição em participar dos testes e da implantação do Aprimore. Essa ferramenta vai permitir que a gente possa se avaliar e vai mostrar com mais clareza a organização, a efetividade e o trabalho de qualidade realizado por todos os tribunais de contas, sempre em benefício da sociedade”. Conselheiro Joaquim de Castro – Presidente do TCMGO e do CNPTC.

De acordo com o Conselheiro Substituto Jaylson Campelo, a ferramenta vai possibilitar uma maior agilidade, segurança e transparência no processo de avaliação do Tribunal de Contas e do próprio Tribunal de Contas da União (TCU). “O Aprimore vai propiciar mais segurança e transparência, além de permitir uma visualização de todos os setores em tempo real. À medida que a avaliação vai sendo realizada, a presidência poderá fazer todo acompanhamento”.





## REUNIÃO COM COORDENADORES DO MMD-TC E A FUNDAÇÃO VANZOLINI

O presidente Fábio Nogueira reuniu-se (27/09/2021), com a equipe de coordenação geral do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas e integrantes da Fundação Vanzolini (USP-SP), em São Paulo. A apresentação de uma ferramenta de aperfeiçoamento do sistema de aplicação do MMD-TC, desenvolvido por meio de parceria entre a Atricon e o TCE-RO, foi o intuito do encontro.

Fábio Nogueira destacou o empenho da comissão geral do MMD-TC que, mesmo diante das inúmeras dificuldades ocasionadas pela pandemia, não mediu esforços para manter o desenvolvimento dessa importante ferramenta de qualificação do Controle Externo exercido pelos Tribunais de Contas do Brasil.

O presidente da Atricon ressaltou, ainda, os méritos da parceria com a Fundação Vanzolini, responsável pela certificação metodológica do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas. De acordo com Fábio Nogueira, a certificadora mais bem conceituada da

América Latina contribuiu, “com grande capacidade técnica”, para que a melhoria do programa de aferição de qualidade dos TCs brasileiros.

Além da certificação, obtida depois de uma submissão criteriosa da ferramenta à Fundação Vanzolini (que permanece acompanhando o processo) o MMD-TC, segundo Fábio Nogueira, contará, em sua 5ª aplicação, em 2022, com o reforço desse sis-



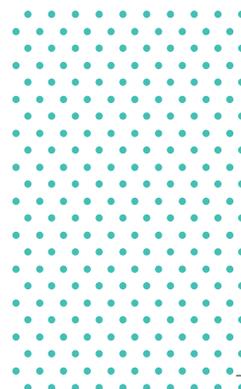
tema, que contempla todas as fases do ciclo. “As planilhas dos ciclos anteriores agora serão substituídas por uma metodologia mais bem estruturada e facilitada, o que vai assegurar, ainda mais, credibilidade aos resultados obtidos”, comentou.

O sistema, além de facilitar o preenchimento das informações pelos Tribunais de

Contas - que será efetuado virtualmente -, contemplará sugestões de melhoramentos apresentadas pela Fundação Vanzolini, quando da realização do ciclo anterior. Além do que, possibilitará o controle gerencial dos dados coletados no MMD-TC.

Participação – Além do presidente da Atricon, Fábio Nogueira, estavam presentes o conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC); os conselheiros Edilson de Sousa e Silva (TCE-RO) e Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES) e conselheiro substituto Jaylson Campelo (TCE-PI), membros da comissão

de Coordenação Geral do MMD-TC; o auditor de Controle Externo, Luciano Andrade (TCE-PB) assessor de Planejamento da Atricon; e os representantes da Fundação Vazonili (USP-SP): Paulo Bertolini, Fernando Berssaneti, Fabrício Carvalho e Leopoldo Luz.



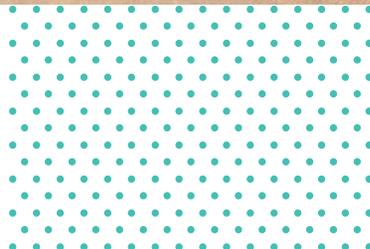


## **4º ENCONTRO TÉCNICO DE GOVERNANÇA E DE TI DOS TRIBUNAIS DE CONTAS REÚNE AUTORIDADES DE TODO O BRASIL**

Com o propósito de debater e compartilhar boas práticas e soluções de tecnologia aplicadas às atividades de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizou, nos dias 14 e 15 de outubro de 2021, o 4º Encontro Técnico de Governança e de Tecnologia da Informação (TI) dos Tribunais de Contas do Brasil. As atividades, que ocorreram no modelo híbrido em virtude das restrições impostas pela pandemia, tiveram palestras e painéis no Auditório Nobre 'Professor José Luiz de Anhaia Mello' e transmissão aberta ao público em geral pela internet.

O evento teve mais de 1,8 mil visualizações. A abertura do encontro foi realizada pela Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, e contou com a participação do Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), Conselheiro Fábio Túlio Nogueira; e do Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO) e do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto.

Ainda prestigiaram o início dos trabalhos o Secretário-Diretor Geral do TCESP, Sérgio Ciquera Rossi; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará



(TCECEARÁ), Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), Conselheiro Michel Houat Harb; o Presidente do Tribunal de Contas de Roraima (TCERR), Conselheiro Manoel Dantas Dias; o Vice-Presidente do TCE-CE, Edilberto Carlos Pontes Lima; o Ouvidor-Geral do TCE-AP, Conselheiro Reginaldo Parnow Ennes; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo (MPC-SP), Procurador Thiago Pinheiro Lima, e o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do TCESP, Fabio Xavier.

Ao dar as boas-vindas ao público e agradecer a participação dos palestrantes, a Presidente do TCESP destacou a importância dos temas abordados durante o encontro, citando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as tecnologias em uso pelas Cortes de Contas do país, a Inteligência Artificial nas auditorias concomitantes e as sessões virtuais nos julgamentos dos TCs, entre outros.

“Tenho certeza de que será uma grande oportunidade para construirmos um conhecimento que aprimorará e fortalecerá cada vez mais

o sistema de controle externo para o bem da sociedade”, destacou a Presidente.

Painéis - Nos debates técnicos foram discutidos temas como: ‘Comitê de Tecnologia – o Poder da União’ em painel apresentado pelo Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e embaixador da Rede Governança Brasil (RGB), Augusto Nardes, que abordou a importância da governança no país.

O Vice-Presidente do TCE-CE, Conselheiro Edilberto Pontes Lima, fez uma avaliação de políticas públicas e a Tecnologia da Informação; a palestra final foi ministrada pelo Ministro do TCU Aroldo Cedraz, que abordou o tema ‘Controle 4.0 – Digital, integrado e tempestivo’.

O 4º Encontro Técnico de Governança e de TI dos Tribunais de Contas do Brasil é realizado pelo TCESP em conjunto com o Comitê de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação dos TCs. Encontre outras informações sobre o evento em <https://bit.ly/2Y5emac>.

Com informações do TCE-SP.

# PRESIDENTE FÁBIO NOGUEIRA É HOMENAGEADO PELO TCE-AM COM COLAR DO MÉRITO DE CONTAS

O presidente Fábio Nogueira foi uma das 23 autoridades homenageadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas com Colar do Mérito de Contas. A honraria reconhece autoridades que contribuíram para o fortalecimento do Controle Externo e Social e, consequentemente, para o fortalecimento da sociedade amazonense. A entrega aconteceu durante a solenidade que encerrou o calendário de comemorações pelos 71 anos de fundação do TCE-AM (dia 15 de outubro de 2021). O presidente da Corte, conselheiro Mário de Mello, ressaltou a importância da homenagem e o merecimento das autoridades agraciadas: “Entregamos o Colar pelas realizações e os méritos destes cidadãos amazonenses. São merecedores do especial reconhecimento do nosso querido Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. O momento exigia sacrifícios, dedicação e solidariedade, coisas que os agraciados se esmeraram em fazer”.

O Colar do Mérito de Contas do TCE-AM é tradicionalmente concedido a autoridades e a representantes sociedade civil, “por relevantes serviços prestados ao povo do Amazonas”. Entre os 23 homenageados estão gestores públicos, membros do judiciário, professores, profissionais da saúde e membros da sociedade civil.

“Com o Colar do Mérito de Contas cria-se um elo institucional com os homenageados, o que fortalece a instituição Controle Externo. Hoje estamos dizendo que nós, como Tribunal de Contas, temos elos com pessoas que representam valores respeitáveis e admiráveis”, destacou o conselheiro Josué Cláudio, ao realizar a outorga.

O ex-governador do estado, Amazonino Mendes, representou os agraciados.

“O TCE-AM fez uma demonstração de grande significado para as personalidades que receberam o colar. Quero agradecer, também, aos gestores e figuras homenageadas, pela dedicação que os trouxeram até aqui”, afirmou o ex-governador do Amazonas e agraciado no evento, Amazonino Mendes.

As honrarias marcaram o último dia de solenidades alusivas ao 71º aniversário da Corte de Contas. Foram três dias de comemorações, homenagens, e inaugurações na sede do Tribunal. Os eventos foram transmitidos, ao vivo, pelas redes sociais do TCE-AM, e estão disponíveis para visualização no canal do YouTube (TCE-AM).

Com informações da DICOM-TCE-AM



# ATRICON E IRB REIVINDICAM DIREITO FINANCEIRO COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA E MEC ATENDE PLEITO

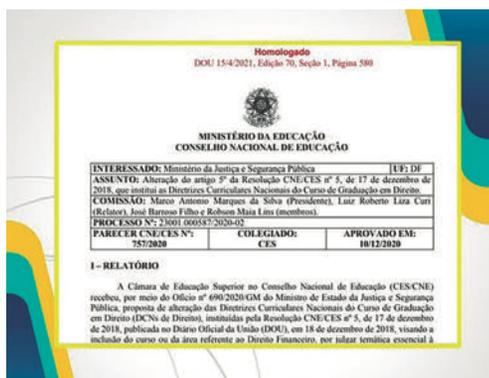
**A**tricon e o IRB apresentaram ao Ministério da Educação uma proposta de alteração na Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Os presidentes das entidades, Fábio Nogueira e Ivan Bonilha, enviaram ofício - nº 0124/2020, 6 de outubro de 2020 - ao ministro da Educação, Milton Ribeiro, e ao presidente da Câmara de Educação Superior do CNE-MEC, Ivan Cláudio Pereira Siqueira, com argumentos que apontam a importância de tornar obrigatória a disciplina de direito financeiro na graduação.

Por meio de Projeto de Resolução, com o parecer já homologado pelo ministro Milton Ribeiro, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação votou favoravelmente à alteração do art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Deste modo, foi confirmada a pretensão das entidades e direito financeiro deixa de figurar como disciplina facultativa para se tornar obrigatória na grade curricular dos cursos de direito.

Importância – As entidades justificam que o interesse do Sistema Tribunais de Contas, dentre outros apresentados, com os seguintes argumentos:

- 1** A inclusão da área de Direito Financeiro como área do Direito obrigatória no PPC tem por intuito subsidiar a formação técnico-jurídica dos alunos do Curso de Graduação em Direito em temática essencial ao exercício de quaisquer atividades jurídicas vindouras à formação jurídica, uma vez que constitui ramo do Direito Público que estuda as relações jurídicas decorrentes da atividade financeira do Estado tanto entre entes públicos como entre entes públicos e privados.
- 2** Ademais, justifica a referida inclusão: (i) o alto impacto das questões de Direito Financeiro para as contas públicas, a gestão, a governança pública e a efetividade das políticas públicas da União, dos Estados e dos Municípios, ressaltando-se que a boa governança pública é um direito fundamental do cidadão; (ii) a relevância dos temas relacionados ao Direito Financeiro nos tribunais para a solução de conflitos nessa área, inclusive os conflitos interfederativos sob análise do Supremo Tribunal Federal; (iii) a importância dada na Constituição Federal e em leis complementares sobre a área do Direito Financeiro e (iv) o destaque da matéria para garantir o desenvolvimento sustentável do país como um todo.

Release Ascom Atricon (Ridismar Moraes),  
19 de abril de 2021.



# ATRICON, IRB E ARTICULE SE UNEM PARA AVALIAR RESULTADOS DA EDUCAÇÃO





**A**tricon e o Instituto Rui Barbosa (IRB) se associaram ao Instituto Articule, por meio de um acordo de cooperação técnico-científica, para o desenvolvimento de metodologias de melhoria dos instrumentos de avaliação da política pública de educação. O documento, com os termos da parceria, foi assinado em fevereiro de 2020, na sede do TCDF, pelos presidentes das entidades, Fábio Nogueira e Ivan Bonilha, e pela coordenadora do Articule, Alessandra Passos Gotti.

A cooperação técnico-científica também prevê a criação de um Laboratório de Inovação para Articulação Interinstitucional, “com o objetivo de aperfeiçoar a governança multissetorial e multinível, em especial mediante diálogo, pactuação e monitoramento entre os atores responsáveis por sua execução e controle”.

A expectativa é de que esse Laboratório de Inovação se torne um espaço administrativo de diálogo e articu-

lação multinível e multissetorial para pactuação e monitoramento periódicos dos resultados alcançados pela política pública de educação. Entre as atividades da cooperação, ainda estão previstos Planos de Trabalho específicos, que estabelecerão as responsabilidades das entidades e dos Planais de Contas aderentes.

Avanço – para Fábio Nogueira, a cooperação é bastante representativa, porque contempla uma das áreas mais sensíveis da administração pública. “O Brasil precisa avançar na qualidade do ensino público para produzir resultados efetivos. A educação é a chave que abrirá portas para o desenvolvimento do país”.

Instrumento - De acordo com o presidente do IRB, trata-se de mais um instrumento, dentre os que vêm sendo utilizados pelo Comitê Técnico de Educação, para monitorar o ensino e buscar um melhor desempenho da gestão pública nessa área “imprescindível à cidadania”.

## QUEM É O INSTITUTO ARTICULE, SEGUNDO PERFIL APRESENTADO EM

<https://articule.org.br/governanca-e-gestao/>

Fundado em 2017, o Instituto Articule tem a missão de promover o diálogo e a articulação interinstitucionais para aprimorar a gestão pública e acelerar a promoção dos direitos sociais.

Apartidário, o Instituto Articule possui a multidisciplinaridade e interinstitucionalidade impregnadas em seu DNA e é composto por profissionais da área do Direito, Administração, Estatística, Matemática, Engenharia, Economia e Jornalismo, que integram instituições como o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Advocacia, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o Tribunal de Contas da União, a Associação Paulista de Município e conceituadas universidades.

Para a consecução das suas atividades, estão em andamento dois subgrupos de especialistas (Taxonomia dos assuntos de educação e Controle de Resultados – Cortes de Contas), e estão sendo formados dois novos grupos (Controle Judicial de Políticas Públicas e Saúde).

# OBRAS PÚBLICAS: ATRICON E IBRAOP DISCUTEM PROJETO

O vice-presidente de Relações Político-Institucionais, Renato Rainha, reuniu-se com dirigentes do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop). O encontro, que aconteceu no gabinete do conselheiro, no Tribunal de Contas do Distrito Federal, no último dia 11, propiciou uma discussão em torno de obras públicas, temática sobre a qual a Atricon tem dedicado especial atenção e que está inserida no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas.

O presidente do Ibraop, Anderson Uliana Rolim (TCE-ES), esteve acompanhado do diretor Técnico, Pedro Jorge Rocha de Oliveira (TCE-SC); do diretor de Relações Institucionais, Pedro Paulo Piovesan de Farias (TCE-PR); e da diretora de Comunicação, Adriana Cuoco Portugal (TC-DF). Os dirigentes apresentaram ao vice-presidente Renato Rainha um projeto, elaborado pelo Instituto, que defende a criação de um Registro Nacional de Obras Públicas.

Além de inserida no MMD-TC, com diretrizes de padronização dos procedimentos de fiscalização, para que não haja desperdício de recursos públicos, para assegurar a qualidade das obras públicas e a entrega tempestiva dos serviços, Renato Rainha mencionou a produtiva parceria que a Atricon mantém com o IBRAOP. “São aspectos que convergem para a proposta”, salientou.

## COOPERAÇÃO

A cooperação entre a Atricon, representando o Sistema Tribunais de Contas, e o IBRAOP remonta ao ano de 2009, quando foi assinado um protocolo de intenções que, além da previsão de uniformização de procedimentos de auditoria de obras públicas e serviços de engenharia, prevê o incentivo à filiação dos TCs ao IBRAOP.

## EXPLICAÇÃO

“Criar um registro para cada obra pública no país seria o primeiro passo para a geração de um cadastro de obras que, por sua vez, irá gerar a programação desse Sistema Nacional de Obras Públicas”, disse Pedro Jorge. O diretor Pedro Paulo completou explicando que o registro de obras seria similar ao Renavan – Registro Nacional de Veículos Automotores, ou seja, “um número que identificará cada obra individual e definitivamente”.

Para se conseguir essa identidade, serão usadas as coordenadas geográficas dos vértices da poligonal que delimita o terreno onde se localiza a construção. O avanço tecnológico e as facilidades de utilização de coordenadas georreferenciadas permitem a criação de sistemas amigáveis e de simples manuseio para o desenho e localização dos terrenos, com base em mapas digitais já amplamente utilizados pela população. “Basta agora viabilizar economicamente o desenvolvimento de aplicativos específicos”, completou Adriana Portugal.

Uma vez que um terreno, ou qualquer propriedade pública, esteja registrado por meio de um número único, todas as atos administrativos pertinentes a ele podem ser gradativamente relacionados e conectados aos bancos de dados de diversas entidades de planejamento, da administração e de controle. “Seria possível, por exemplo, o fornecimento, em tempo real, de uma ampla gama de infor-

mações para aprimorar todas as ações voltadas à realização de obras públicas, com mais eficiência, eficácia e efetividade.”, concluiu o presidente do Ibraop, Anderson Rolim.

## DELIBERAÇÃO

Depois de discutir com os dirigentes do Ibraop, o vice-presidente Renato Rainha tratou sobre o projeto com o presidente Fábio Nogueira. Ambos decidiram que a questão será fruto de uma discussão mais aprofundada, no âmbito da diretoria da Atricon. “Temos todo o interesse em acatar sugestões que possam contribuir com o processo de aperfeiçoamento as ações de fiscalização das obras públicas”, salientou Fábio Nogueira.





## DESTRAVA BRASIL É LANÇADO EM GOIÁS COM PARTICIPAÇÃO DO STF E DA ATRICON

O presidente Fábio Nogueira participou, 17 de fevereiro de 2020, em Goiânia (GO), do lançamento do programa Destrava Brasil. Trata-se de uma iniciativa do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, que conta com a cooperação da Atricon e do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de retomar obras paralisadas no Brasil. O Estado de Goiás foi escolhido, pelo presidente do STF e do CNJ, ministro Dias Toffoli, para sediar a experiência piloto, que será focada em creches.

Durante o lançamento, o ministro Dias Toffoli mencionou a participação da Atricon, destacando o total envolvimento e o empenho com que coordenou o trabalho realizado pelo Sistema Tribunais de Contas, quando produziu um diagnóstico das obras paralisadas no Brasil. O ministro Raimundo Carrêro, que representou o TCU na solenidade, também fez referência ao trabalho realizado pelos TCs, sob a coordenação da entidade.

DESTRAVA  
2020



O presidente Fábio Nogueira destacou que a Atricon tem compromisso com a retomada do desenvolvimento do Brasil e que tem se dedicado a uma pauta republicana para que os cidadãos brasileiros possam usufruir de políticas públicas satisfatórias. “É importante para o país a articulação de Órgãos em torno de temas relevantes, como a retomada de obras paralisadas, que significa, por um lado, a entrega de serviços à sociedade e, por outro, uma injeção de recursos na economia brasileira”.

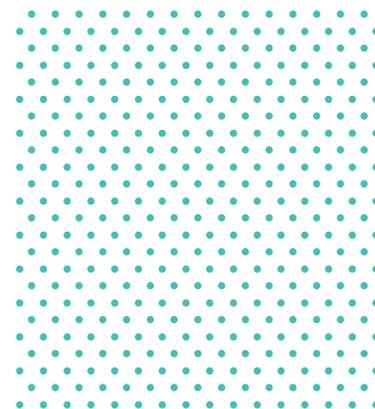
TCM-GO - O presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Joaquim de Castro, ressaltou a cooperação institucional que pautou o processo de diagnóstico das obras paralisadas. “O Destrava Brasil é fruto de parcerias institucionais que foca sempre no atendimento à sociedade”.

Cooperação – O Termo de Cooperação Técnica, envolvendo a Atricon, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União, com fundamento na Lei n. 8.666, de 1993, foi assinado em junho de 2019. O documento foi subscrito pelos presidentes das Instituições signatárias do acordo: Ministro Dias Toffoli, Supremo Tribunal Federal e CNJ; Ministro José Mucio Monteiro, TCU; e Fábio Nogueira, Atricon.

Levantamento - Os Tribunais de Contas foram responsáveis pela elaboração de um diagnóstico das grandes obras suspensas e paralisadas no Brasil. O levantamento foi produzido a partir de uma pesquisa declaratória com os jurisdicionados, entre 15 de fevereiro e 15 de março de 2019, considerando uma margem de corte nos valores de contrato acima de R\$ 1,5 milhão e execução a partir do ano de 2009.

Com base nesses critérios de referência, os Tribunais de Contas do Brasil detectaram 2.555 obras (paralisadas ou suspensas), com valores contratados que atingem a cifra de R\$ 89.559.633.165,90. Nesse montante, foram identificadas 543 obras de creches e escolas paralisadas em todo o país, com financiamentos públicos que superam, somente nesses casos, a cifra de R\$ 3,6 bilhões.

Autoridades presentes – Pelo Sistema Tribunais de Contas, o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Celmar Rech; o governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM); o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas; o Procurador-Geral da República, Augusto Aras; o Ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário; Tarcísio Freitas; o Advogado-Geral da União, Ministro André Luiz de Almeida Mendonça o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargador Walter Carlos Lemes; além de senadores, deputados federais, deputados estaduais; dentre outras.



# ATRICON PARTICIPA DE FÓRUM INTERNACIONAL



Conselheiro João Antonio  
(TCMSP)



Ministro-substituto Marcos Bemquerer  
(TCU)



Conselheiro Joaquim de Castro  
(CNPTC/TCM-GO)



Conselheiro Estilac Xavier  
(TCE-RS)



Conselheiro Ivan Bonilha  
(IRB/TCE-PR)



Ministro Vital de Rêgo  
(TCU)

O conselho João Antonio da Silva Filho, Vice-Presidente de Relações Internacionais da Atricon e presidente do TCMSP, representou a entidade na abertura do I Fórum Internacional de Auditoria do Setor Público, nesta quinta-feira (24/06), por meio de videoconferência.

O evento, que debaterá hoje e amanhã o tema “Fiscalização das ações de combate à Covid-19”, foi organizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCERS) em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON), o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon).

A abertura do evento contou ainda com convidados internacionais e representantes de instituições que têm envolvimento e interesse no Controle Externo da Administração Pública.

O conselho Estilac Martins Rodrigues Xavier, presidente do TCERS, deu início oficial ao I Fórum Internacional de Auditoria do Setor Público, ressaltando os impactos causados pela Covid-19 e a morte de mais de 500 mil brasileiros por conta da pandemia. Em sua intervenção, destacou as medidas tomadas pelo TCERS em relação à pandemia e frisou que as mais de 200 fiscalizações simultâneas realizadas nesse período pelo Tribunal, envolvendo as medidas do poder público relacionadas ao enfrentamento da Covid-19 resultaram numa economia de R\$ 600 milhões aos cofres públicos do Rio Grande do Sul.

Em seguida, o presidente da Audicon, Marcos Bemquerer, ministro-substituto do TCU, ressaltou que o tema abordado no Fórum trará uma grande colaboração tanto para os órgãos fiscalizadores quanto para os fiscalizados, com compartilhamento de experiências e intercâmbio de informações que aperfeiçoem a aplicação dos recursos públicos. Segundo

Bemquerer “os Tribunais de Contas não pararam durante a pandemia, continuando seu trabalho de fiscalizar os gastos públicos”.

O conselheiro Ivan Bonilha, presidente o IRB, salientou que “considera o tema da Covid capital para atuação dos Tribunais de Contas hoje”, citando ao final de sua intervenção o escritor israelense Yuval Harari, que escreveu recentemente uma obra tecendo considerações sobre a pandemia: “Toda essa situação, todo esse percalço da humanidade, será combatido e vencido com duas características fundamentais: liderança e solidariedade”.

Em sua intervenção, o conselheiro João Antonio da Silva Filho ressaltou a importância da realização do I Fórum Internacional de Auditoria do Setor Público para o futuro do controle externo no Brasil. Em referência à pandemia, João Antonio afirmou que “a despeito dos esforços que parte considerável da sociedade fez e faz para minimizar os efeitos da pandemia de Coronavírus, é inegável que estamos diante de uma persistente e longa fase de desafios representada pelos números desta crise sanitária mundial”.

O conselheiro presidente João Antonio salientou ainda a importância da participação de outros países no Fórum, pois com isso todos poderão conhecer os mecanismos de enfrentamento aos efeitos da pandemia, em particular o acompanhamento das ações de

governo feitas pelos diversos órgãos de Controle Externo de cada Nação.

Em seguida, fez um breve apanhado do trabalho desenvolvido pelo TCMSP desde o início da pandemia, enfatizando que se buscou sempre atuar de forma integrada com diversos órgãos de Estado, com o intuito de compartilhar informações, acompanhar gastos e a destinação de recursos emergenciais e ações voltadas para minorar os efeitos da crise sanitária. Neste sentido, mencionou a criação da Câmara de Integração Institucional, um grupo tripartite que reuniu Prefeitura, Câmara Municipal e a Corte de Contas do município.

No âmbito das competências do Tribunal de Contas, o conselheiro presidente João Antonio mencionou o trabalho desenvolvido pelo Grupo Especial de Acompanhamento das Medidas de Combate ao Covid-19 no Tribunal de Contas do Município de São Paulo que, em meados de abril de 2020, produziu relatório listando ações de governo, compra de equipamentos, montagem de hospitais de campanha, necessidades de testes de Covid, ações assistenciais, atividades do Serviço Funerário, dentre outras, que demandavam uma atenção primária naqueles meses do ano passado. “Nosso compromisso de ação, com rigor na análise dos gastos públicos, amplia nossas responsabilidades, pois a sociedade cobrará de todos os organismos, indistintamente”, ressaltou.

O participante seguinte foi o presidente do TCMGO, Joaquim de Castro, que também destacou os desafios impostos a toda a sociedade pela Covid-19. Segundo ele “os Tribunais de Contas deram, neste momento de dificuldade, um exemplo de que se pode fiscalizar e exercer suas funções”. Encerrando sua intervenção, o conselheiro Joaquim de Castro externou que o conselho dos Tribunais de Contas está sempre à disposição para que se encontrem soluções conjuntas para minimizar os sofrimentos causados pela pandemia da Covid-19.

O ministro do TCU, Vital do Rêgo Filho, por sua vez, também manifestou pesar pelas vítimas da pandemia e lembrou que o Tribunal de Contas da União desde os primeiros sinais da disseminação do vírus prontamente organizou-se para desempenhar seu trabalho de órgão de Controle. Vital do Rêgo Filho lembrou que até hoje já foram gastos R\$ 635 bilhões no combate à pandemia em todo o país. “Devido a falta de planejamento no Brasil para enfrentar esse momento complicado, ficou a cargo do TCU e de todos os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios a missão de controle de gastos para prevenir irregularidades e orientar a gestão pública.

Após a abertura iniciou-se o primeiro painel do evento, com o tema Organizações Municipais.

Com informações do TCM-SP



## 'PREÇO DE REFERÊNCIA' DO TCE-PB: ATRICON SUGERE EXPANSÃO DO USO DA FERRAMENTA

O presidente Fábio Nogueira está recomendando aos presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil a utilização de uma ferramenta desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, em parceria com o Governo paraibano e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O instrumento inédito, capaz de realizar cotações de preços em tempo real, foi batizado pelo TCE-PB de 'Preço de Referência'.

Fábio Nogueira, membro do TCE-PB, acompanhou o lançamento da ferramenta, durante sessão extraordinária remota do Pleno, nesta quarta-feira (22). O presidente da Atricon reconheceu a importância da plataforma como dispositivo auxiliar para as aquisições públicas, sobretudo nas situações emergenciais, como a pandemia da COVID-19, que “demandam procedimentos céleres, enquanto mantêm as formalidades inerentes à transparência e à eficiência do gasto público”.

Com esse reconhecimento, Fábio Nogueira pediu ao conselheiro Arnóbio Viana, presidente do TCE-PB, autorização para sugerir a expansão da ferramenta para os demais Tribunais de Contas. Ele explicou que fará a sugestão de uso, imediatamente, por meio de contato virtual, com posterior reforço em ofício aos presidentes das Cortes.

Ao concordar com a proposta, o presidente do TCE-PB, conselheiro Arnóbio Viana, destacou que a ferramenta foi desenvolvida para auxiliar na melhoria do desempenho da gestão pública e que o Tribunal de Contas da Paraíba sempre se orgulhou da sua capacidade de inovação e, sobretudo, que essa aptidão possa se propagar para todo o território nacional.

De acordo com Fábio Nogueira, a recomendação inicial é de que os acordos de parceria ocorram entre as partes, para facilitar possíveis acordos. “Numa situação de crise, em que a urgência é inquestionável, o ideal é encurtar caminhos”, ponderou.

Uma característica do 'Preço de Referência', segundo destacou o presidente Fábio Nogueira, é a possibilidade de realizar cotações de preço em tempo real. Importante lembrar que não apenas os órgãos públicos podem obter vantagem da ferramenta. Pessoas físicas e jurídicas, também podem realizar suas cotações de preço por intermédio da plataforma.

### 'PREÇO DE REFERÊNCIA': NOVA PLATAFORMA PERMITE COTAÇÕES EM TEMPO REAL PARA COMPRAS PÚBLICAS

Tribunal de Contas, em parceria com Governo do Estado e UFPB, lança consulta online que evita sobrepreço ou superfaturamento em licitações

Para imprimir celeridade, transparência e eficiência às aquisições, inclusive para enfrentamento da emergência de saúde pública na Paraíba decorrente do coronavírus (Covid-19), o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, em parceria com o Governo

do Estado, lançou nesta quarta-feira (22), durante sessão extraordinária remota do Pleno, o 'Preço de Referência'. É a primeira ferramenta do país capaz de fazer cotações, em tempo real, de preços considerando os três perfis de consumidor: pessoa física, pessoa jurídica e órgãos públicos.

A partir de agora, todos os gestores públicos poderão utilizar o 'Preço de Referência' como ferramenta auxiliar em seus processos de cotação de preços (mapas e planilhas de valores), para itens que serão adquiridos pelos órgãos. Um banco de dados foi criado a partir de informações de cupons e notas fiscais eletrônicas registradas na Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba.

Nas contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório, sejam de contratação direta, a pesquisa de preços demanda em torno de 45% do tempo total gasto em todo o processo de aquisição. Com a nova plataforma de consulta 'Preço de Referência', lançada pelo TCE-PB em parceria com o Governo do Estado e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), além de mais celeridade, também se busca evitar a ocorrência de sobrepreços e superfaturamento nas aquisições, além de oportunizar aos gestores uma forma de corrigir eventuais impropriedades.

A nova plataforma é um projeto de melhoria dos controles internos municipais e estadual. O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arnóbio Viana destacou que "o sistema foi

desenvolvido para auxiliar os gestores públicos, especialmente as divisões de licitações e compras dos órgãos públicos em todas as cidades da Paraíba, na fase de elaboração dos mapas de preços, colaborando na geração dos valores de referência praticados nos processos licitatórios".

A partir do 'Preço de Referência' as equipes terão acesso às cotações de preços médio, mínimo e máximo, praticados no mercado nos últimos doze meses, a partir do banco de dados de todos os cupons e notas fiscais emitidos para consumidores na Paraíba, seja pessoa física ou jurídica, inclusive órgãos públicos. "Com isso, haverá um balizamento de valores, para que não haja distorções em processos relativos à compra pelas gestões", frisou o conselheiro Arnóbio Viana.

O coordenador do projeto 'Preço de Referência', o auditor de contas públicas do TCE-PB, Aguinaldo Macedo, explicou que as cotações de preços são geradas a partir do processamento de quase 1,4 bilhão de cupons e notas fiscais eletrônicas, considerando mais de 4 milhões de tipos de produtos distintos vendidos na Paraíba. "A geração automática de cotação de preços para até 20 produtos é feita simultaneamente, sejam eles material de consumo ou bens permanentes, com cálculo de preços mínimo, máximo e diversos tipos de média. Tudo está estatisticamente fundamentado", detalhou.

A nova plataforma lançada pelo Tribunal de Contas do Estado também permite a ge-

ração automática de Certificado Eletrônico de Cotação de Preços, com reconhecimento digital por QRCode. Essa verificação por esse tipo de código de barras garante total segurança às futuras validações do documento.

O conselheiro Arnóbio Viana enfatiza que a nova plataforma não altera as normas de licitações. Todas as leis e normas vigentes relacionadas aos processos licitatórios devem continuar sendo observadas, sejam elas referentes aos preços, convites, tomada de preços, concorrências, dispensas, inexigibilidades entre outros.

"E nesse período, para enfrentamento da emergência em saúde decorrente do coronavírus (Covid-19), devem ser tomadas as devidas cautelas para que atenda satisfatoriamente as necessidades da administração. O preço praticado tem que estar sempre de acordo com o mercado, evitando possível sobrepreço ou superfaturamento. Em tempos de gastos extraordinários e recursos escassos, a correta aplicação dos recursos públicos se mostra ainda mais importante", alertou o presidente do TCE-PB.

Todos os preços apresentados pela plataforma são oriundos da Base de Dados de Notas e Cupons Fiscais Eletrônicos (Sefaz-PB), emitidos sempre que um estabelecimento vende para consumidores localizados no estado da Paraíba, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

Tenha acesso à ferramenta do TCE-PB em:  
<http://precodereferencia.tce.pb.gov.br>



## **PROJETO 'INTERAGIR' BUSCA APROXIMAR TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLADORIAS PARA APERFEIÇOAR O CONTROLE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

O 'InterAgir' está previsto no Plano de Gestão 2020-2021 da Atricon para estreitar a interação do Controle Externo com as Controladorias Internas – ou fomentar a constituição destas – nos municípios brasileiros. O projeto é coordenado pelo Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (TCE-SC), membro da diretoria de Controle Externo da Atricon.

**N**o projeto 3,3 – inserido do Plano de Gestão – a Atricon defende o fortalecimento do sistema de controle interno dos municípios brasileiros e do monitoramento da arrecadação de receitas e execução de despesas, além da disponibilização tempestiva de informações qualificadas. A pretensão é dar continuidade aos esforços já empreendidos a partir do projeto Observatório da Despesa Pública – Tribunais de Contas (ODP.TC).

Como primeira iniciativa do projeto, a equipe de coordenação do InterAgir elaborou um questionário eletrônico, para aplicação nos municípios brasileiros, a fim de obter um perfil da estrutura e do funcionamento do sistema de controle interno de cada ente.

Para viabilizar a aplicação dos questionários e o desenvolvimento subsequente do projeto, cada Tribunal de Contas indicou um servidor, denominado “enlace”, para se comunicar com o Grupo de Trabalho técnico. Os representantes das Cortes receberam orientações sobre os objetivos da iniciativa e instruções para a obtenção de resultados efetivos.

O Tribunal de Contas de Santa Catarina ficou com a incumbência de oferecer esse treinamento aos servidores. O presidente da Corte e coordenador do projeto, Conselheiro Adircélio Moraes, dirigiu uma reunião virtual (ocorrida em 29 de julho de 2021) com o grupo e ressaltou a importância dessa aproximação do Controle Externo com o controle interno dos municípios. Para ele, isso reflete uma “busca por tornar mais célere e eficiente a fiscalização, mas, também, possibilita a construção de um canal para a contribuição dos Tribunais de Contas com a melhoria da gestão pública municipal”.

O treinamento foi conduzido pelo Diretor de Informações Estratégicas (DIE), Nilsom Zanatto, pela assessora da presidência, Andreza de Moraes Machado, e pelo auditor fiscal de controle externo, Rafael Maia Pinto. Eles explicaram que a aplicação do questionário será seguida da elaboração de um relatório, com um diagnóstico do sistema de controle interno municipal no país e uma avaliação dos resultados junto com os demais TCs.

### QUEM ATUA NO GRUPO DE TRABALHO DO INTERAGIR:

#### Responsável:

Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (TCE/SC).

#### Membros:

Conselheiro Marcus Vinícius de Barros Presídio (TCE/BA)

Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE/ES)

André Carlo Torres Pontes (TCE/PB).

#### Técnicos:

Nilsom Zanatto (TCE/SC)

Andreza de Moraes Machado (TCE/SC)

Rafael Maia Pinto (TCE/SC)

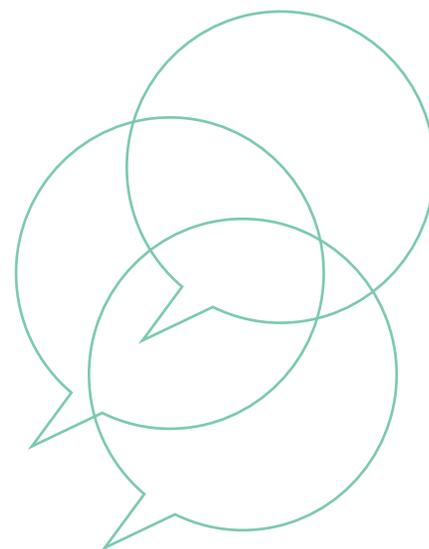
Fabiano Domingos Bernardo (TCE/SC)

Leonardo Valente Favaretto (TCE/SC)

Ricardo Augusto Seróes Ravazano (TCE/BA)

Márcio Batista Marinot (TCE/ES)

André Agra Gomes de Lira (TCE/PB)



HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DE  
LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA À MULHER

ENCONTRO

desafios  
e avanços  
das políticas  
para as

MULHERES



**NO DIA INTERNACIONAL PELA  
ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA  
CONTRA A MULHER, TRIBUNAIS  
DE CONTAS DEBATEM AVANÇOS E  
DESAFIOS DAS LUTAS FEMININAS**



A Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Atricon, Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho (TCE-GO), representou a entidade no evento, que foi realizado em ambiente virtual

**A** Para celebrar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, 25 de novembro - data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi promovido o encontro “Desafios e avanços das políticas para mulheres”. O evento foi fruto de uma parceria entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), o Tribunal de Contas da União (TCU), e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

Na abertura do evento, a presidente do TCU, ministra Ana Arraes, destacou a importância de ações dos órgãos de controle no combate à desigualdade de gênero. “A pandemia acabou por revelar uma triste realidade: o aumento de 40% dos episódios de violência doméstica. Em muitos lares, mulheres foram subjugadas pela força por companheiros que apostaram em seu silêncio. Como medida inaugural de minha

gestão, ampliei às servidoras dessa Casa o acesso aos cargos de liderança, conseguindo dobrar, em relação ao ano anterior, as chefias de direção estratégica com mulheres à frente, equalizando a proporção do nosso corpo funcional”, revelou a ministra.

Ana Arraes também reforçou que o TCU vem realizando diversas iniciativas com potencial de impacto nas políticas públicas para mulheres em âmbito regional e nacional.

A Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Atricon, a conselheira substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Heloísa Helena Godinho, destacou que não faltam leis e programas em prol das mulheres, mas sim um pacto coletivo público e privado para a implementação de medidas efetivas sobre o tema. “O sucesso das políticas públicas para as mulheres acontecerá somente quando superarmos o triste índice de violência de gênero e tivermos ofertas suficientes de oportunidades para que exerçamos nossa independência financeira, social e de ideias. Os Tribunais de Contas, capitaneados pelo TCU, são atores importantes nesse aspecto, reunindo esforços e conclamando a sociedade, os governos e as autoridades para atuar conjuntamente em torno do objetivo de não dei-

xar nenhuma mulher e menina para trás”, disse ela.

O presidente do TCMSP, conselheiro João Antonio da Silva Filho, afirmou que para o Sistema de Controle dos Tribunais de Contas o desafio é assumir e incorporar o tema como um marcador no desenvolvimento das suas atividades de fiscalização das contas públicas. “Esse debate requer ações pontuais dos poderes públicos e também políticas públicas que possam incidir na construção de uma sociedade na qual a igualdade entre homens e mulheres seja uma premissa. É papel do Estado e dos demais agentes garantir uma abordagem intersetorial, em que todas as dimensões da violência possam ser reconhecidas e enfrentadas”, completou.

João Antonio enfatizou, também, que é fundamental garantir programas e recursos públicos no ciclo orçamentário para a efetivação do direito das mulheres em situação de violência. “Se faz necessário que o Estado brasileiro adote políticas públicas acessíveis a todas as mulheres, englobando as diferentes modalidades pelas quais a violência se expressa. Cabe aos Tribunais de Contas fiscalizar, não somente sob o prisma da legalidade, economicidade e legitimidade, mas também a partir da análise dos resultados concretos dessas políticas públicas. O pa-

pel do Estado é determinante na construção da igualdade, mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres”, reforçou o conselheiro.

Anastasia Divinskaya, representante da ONU Mulheres Brasil, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, falou sobre o lançamento da campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, ação da ONU Brasil sobre o processo de invisibilidade e violência que as mulheres e meninas têm enfrentado antes e durante a pandemia da Covid-19. A campanha é inspirada na canção “O que se Cala”, de autoria de Douglas Germano, e interpretada por Elza Soares.

A representante da ONU reforçou que o clamor deve ser acompanhado de ação. “É desolador saber que a violência é sistemática no Brasil. Em 2020, 16 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de algum tipo de violência, seja física, psicológica ou sexual. Desse total, 44,9% delas reportaram que nada fizeram em relação à agressão sofrida e apenas 11,8% buscaram as autoridades competentes. De acordo com Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe,

o Brasil é o país com o maior número absoluto de feminicídios na região. A violência é amplamente difundida e se manifesta de múltiplas formas e em todas as esferas”, completou.

Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, a economista Cristina Buarque, militante feminista que atuou em exílio no Chile e na Alemanha na década de 1970, destacou que a violência contra as mulheres não é característica da contemporaneidade, mas da civilização masculina no mundo. “Precisamos mudar a civilização para mudar a violência. O início do enfrentamento está no movimento organizado da sociedade civil que se traduz no feminismo. Precisamos mensurar os avanços a partir da demanda do movimento feminista. Não nos damos conta do quanto estamos sendo contra o movimento e é ele que constrói a organização das mulheres. Todas as questões levantadas pelas mulheres foram maneiras de enfrentamento à violência civilizatória do patriarcado. As mulheres foram as grandes protagonistas da luta contra as desigualdades”, avaliou a especialista, que é doutora em Antropologia Social e mestre em Políticas Públicas.

Com relação à atuação do TCU no auxílio ao aperfeiçoamento das políticas públicas de combate à violência con-

tra as mulheres, a auditora de Controle Externo do órgão, Dione Mary de Cerqueira Barbosa, apresentou algumas iniciativas realizadas, como a auditoria operacional sobre ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar, desenvolvida em 2012. “A ideia da auditoria é que fossem identificadas as boas práticas e que fossem registrados e acompanhados os espaços, as instalações e os equipamentos existentes nos centros de referência e nas casas de abrigo e de reabilitação de agressores”, ressaltou.

Especialista em Políticas Públicas, Gestão da Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento e mestre em Novas Tecnologias Educacionais, Dione também mencionou a auditoria operacional sobre a preparação do Governo Federal para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, que trata da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas.

“O poder Executivo tem por função a formulação das políticas públicas, enquanto o Judiciário atua na garantia de direitos e resolução de conflitos e o Legislativo avalia e fiscaliza as ações. Do ponto de vista de organização, o tema de políticas públicas para as mulheres perpassa todos os poderes do Estado”, assegurou a auditora.

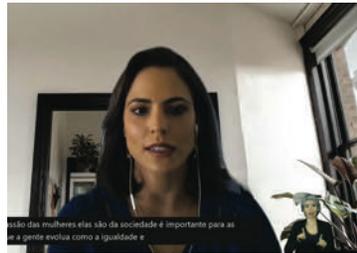
A coordenadora do grupo de trabalho sobre igualdade de gênero e não discriminação da Olacefs - Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores, Daniela Santana Silva, falou da pesquisa que realizaram acerca da percepção de gênero das pessoas que trabalhavam nas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS). “O diagnóstico mostrou que as pessoas não entendiam o que exatamente se inseria na temática de igualdade de gênero e que se nas suas unidades haviam protocolos institucionais para denúncias de violência sexual, não eram utilizados por não acreditarem que seria a melhor forma de reparação. Os resultados mostraram a necessidade de capacitação para melhorar os canais de comunicação e denúncia”, avaliou.

De acordo com Daniela, o grupo, criado pelo Conselho Diretivo em 2020, a partir da junção dessa pesquisa com informações de outro levantamento em torno do tema, iniciou a construção de uma Política sobre Igualdade de Gênero e Não Discriminação. “Esperamos que o documento seja um instrumento orientador para o planejamento institucional tanto da Olacefs como das Entidades Fiscalizadoras que a compõem. É uma diretriz que gera um estudo de factibilidade e reúne 103 recomendações, estruturadas em

recomendações transversais e seis eixos de trabalho, entre eles: cultura ética, organizacional e gestão de pessoas. Também faremos o acompanhamento e monitoramento da aplicabilidade dessa política, para que as recomendações não fiquem só no papel e sejam realmente efetivas”, avaliou a palestrante, que atua como advogada na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e é especialista em Igualdade e Não discriminação, com enfoque em grupos vulneráveis.

O presidente do CNPTC, Joaquim Alves de Castro Neto, ressaltou que o encontro trouxe temas instigantes, que poderão gerar iniciativas valiosas e norteadoras de projetos de implementação de políticas pautadas na valorização da mulher.

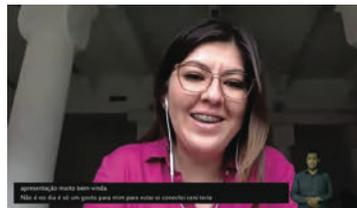
Após as exposições, foi realizado um debate a partir de questionamentos enviados pelos internautas ao chat do evento. A chefe de gabinete da Corregedoria do TCU, Ana Paula Sampaio Pereira, realizou a mediação do encontro, que foi transmitido pelo canal oficial do TCU no Youtube.



Ana Paula Sampaio Pereira  
é chefe de gabinete da  
Corregedoria do TCU



Anastasia Divinskaya,  
representante da ONU Mulheres



Dione Mary de Cerqueira Barbosa  
Auditora do TCU



Cristina Buarque  
Economista



Joaquim Alves de Castro  
Neto, presidente do CNPTC



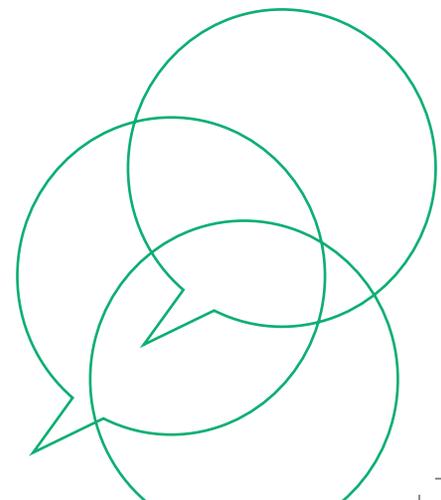
Conselheiro João Antonio  
Presidente do TCMSP



Ministra Ana Arraes  
Presidente do TCU



Heloísa Helena  
vice-presidente da Atricon



# PACTO NACIONAL PELA EDUCAÇÃO É LANÇADO DURANTE SESSÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

## INICIATIVA TEM O APOIO DO SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL, QUE ESTÁ REPRESENTADO POR INTERMÉDIO DA ATRICON E DO IRB

O Pacto Nacional pela Educação foi lançado, na manhã do dia 17 de novembro de 2021, durante sessão da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. A iniciativa tem a participação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Instituto Articule, em parceria com representantes de entidades e instituições, de gestores municipais e estaduais de educação, de conselhos de educação, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como dos Ministérios Públicos Estaduais e de Contas, das Defensorias Públicas e das organizações da sociedade civil. A sessão foi transmitida pela TV Câmara (Portal da Câmara dos Deputados) e pode ser vista em <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/64055>.

De acordo com o presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezar Miola, o Pacto consolida esforços de atores comprometidos com a causa da educação. “O ato simboliza a reafirmação do compromisso dos Tribunais de Contas brasileiros pela concretização do direito fundamental à educação para todos e todas com garantia de qualidade e de equidade. Para os órgãos de controle e para os gestores públicos há o dever, um encargo indelegável e inadiável nessa quadra da história, que demanda um trabalho continuado de fiscalização e de orientação”, disse.

Para a presidente executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti, o Pacto Nacional pela Educação concretiza o compromisso de diversas instituições em participar do Gaepe-Brasil, uma instância de diálogo e cooperação que visa proporcionar respostas mais efetivas para os desafios da Educação brasileira, tanto os ocasionados ou aprofundados pela pandemia da Covid-19, quanto aqueles que já existiam anteriormente. “Os desafios históricos da educação brasileira se tornaram ainda maiores com a crise sanitária. Para reverter esse quadro, precisamos de uma aliança que una todos os atores que atuam nas diferentes etapas, desde o planejamento das ações até a fiscalização dessa política pública, em prol da educação”, destacou.

O Gaepe-Brasil, nomeado inicialmente Gabinete de Articulação para o Enfrentamento da Pandemia na Educação, foi instituído em abril de 2021 já com o objetivo de se tornar permanente. Nesse sentido, a governança passará agora a se chamar “Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Brasil”.

Representante da Atricon, o conselheiro Fabrício Motta, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO), lembrou que as prioridades e os objetivos para a área da educação já foram definidos e muitos dos caminhos já foram traçados na Constituição. “O Pacto é um instrumento para tratarmos das formas de percorrer e de alcançar esses compromissos, e, sobretudo, para que as diversas entidades que assinam o documento e que passam a compor o Gaepe Brasil possam se comprometer sem qualquer hierarquia no exercício do diálogo, do escutar, do contribuir dentro das suas competências”.

A presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, deputada Dorinha Seabra Rezende, enalteceu o trabalho conjunto realizado com o Gaepe Brasil e lembrou que o grupo teve uma forte atuação que resultou na inclusão da oferta de internet para as escolas no leilão para a contratação do serviço de internet 5G.

Já o deputado Danilo Cabral parabenizou a iniciativa e registrou que é servidor do Tribunal de Contas de Pernambuco. “É muito importante que os órgãos de controle atuem ainda mais na prevenção e na orientação e, principalmente, na análise dos resultados dos investimentos públicos”, ressaltou.

No encerramento da abertura da sessão da Comissão, a

deputada Rosa Neide pontuou que muito mais do que fiscalizar e punir, os Tribunais de Contas, são órgãos orientadores. “Fui secretária de Estado e pude contar com o apoio dos membros e técnicos do TCE de Mato Grosso, discutindo situações na busca de soluções”, concluiu.



### SOBRE O PACTO NACIONAL PELA EDUCAÇÃO

Objetiva ser um instrumento formal que rege a sua atuação e as atribuições das organizações-membro, destacando-se no documento:

- O entendimento de que as deliberações acordadas entre os Pactuantes, de forma horizontal e desprovida de hierarquia, podem proporcionar maior eficiência na superação dos desafios e incrementar a segurança jurídica na tomada de decisão dos gestores públicos, minimizando a judicialização das questões relativas à gestão da educação no período de pandemia e pós-pandemia.
- O compromisso em compartilhar informações e dados, de forma que evidências possam contribuir para decisões referentes a ações do grupo;
- O compromisso em dar publicidade ao conhecimento

produzido no âmbito do Gaepe-Brasil, de forma que notas técnicas e recomendações possam chegar a todos e todas que atuam no campo da Educação. O documento estabelece, ainda, que são os coordenadores do Gaepe-Brasil o Instituto Articule, idealizador do modelo dos Gaepes e responsável pela mediação das reuniões, o Instituto Rui Barbosa, por meio do seu Comitê Técnico de Educação, e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

A metodologia de trabalho dos Gaepes estão em operação nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia e no município de Mogi das Cruzes-SP.

Confira as entidades que manifestaram adesão ao Pacto Nacional pela Educação, até o momento:

- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Conselho Nacional das Defensoras Públicas e Defensores Públicos-Gerais (Condege)
- Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)
- Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)
- Instituto Articule
- Instituto Rui Barbosa (IRB)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

Texto: Priscila Oliveira

# ATUAÇÃO NO CAMPO CORPORATIVO É CONTEMPLADA NO PROCESSO DE APRIMORAMENTO



## ATRICON CONTRATA BANCA ADVOCATÍCIA PARA ASSEGURAR A DEFESA DOS SEUS MEMBROS EM EVENTUAIS DEMANDAS DECORRENTES DA ATUAÇÃO

**A** contratação de serviços advocatícios do Escritório Boschi & Boschi Advogados Associados para resguardar os associados da Atricon em eventuais demandas na esfera penal – originárias no exercício do Controle Externo – foi um passo importante na observância dos princípios corporativos - previstos no Estatuto da entidade (artigo 24) -, sob a competência da Vice-Presidência de Defesa dos Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos.

De acordo com os termos avençados no contrato, a cobertura da prestação advocatícia engloba a defesa em eventuais crimes contra a honra ou de abuso de autoridade (Lei 13.869/19), em causas decorrentes ou relacionadas ao exercício da judicatura de contas.

O presidente Fábio Nogueira destacou que a prestação desse serviços aos associados representa o fechamento de lacuna ainda existente no campo corporativo. De acordo com ele, a Atricon vem se dedicando com grande denodo e muitos avanços à representação institucional, enquanto a questão corporativa mantinha essa pendência, “agora equacionada

com a contratação do Escritório Boschi & Boschi Advogados Associados”.

O conselheiro Cezar Miola (TCE-RS), diretor de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos da Atricon, foi quem intermediou os entendimentos com o escritório de advogados. Ele declarou que as missões institucionais são muito relevantes, mas que “é igualmente importante o apoio que a entidade se propõe a oferecer aos associados, quando do exercício do seu mister”.

O presidente do IRB, Ivan Bonilha (TCE-PR) também cumprimentou o presidente Fábio Nogueira pela iniciativa. Ele disse que a Atricon “atende aos desígnios associativos quando procura dar essa guarida técnico-jurídico aos associados”.

O conselheiro Thiers Montebello, presidente da Abracom, declarou que a Atricon atende a um anseio antigo dos seus sócios e comentou sobre situações desconfortáveis, às quais estão sujeitos aqueles que exercem função pública, “por éticos e equilibrados que sejam”.

Joaquim de Castro, em nome do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, falou sobre a necessidade

de atendimento à pretensão corporativa dos associados da Atricon, lembrando que o exercício da atividade de controle é muito complexo.

Quem é Boschi & Boschi Advogados Associados - reúne profissionais de grande expressão e é presidido por José Antônio Paganella Boschi. O advogado disse que a prestação de serviço à Atricon é uma imensa responsabilidade, “pela grande história que entidade carrega”. De acordo com ele, o escritório se sente distinguido em atender ao importante “projeto de representação dos conselheiros dos Tribunais de Contas do Brasil”.

A formalização do contrato ocorreu durante um encontro virtual, em dezembro de 2020, e, além dos presidentes das entidades, contou com a participação de membros de diversos Tribunais de Contas do Brasil, dentre os quais Cílele Salomão (TCE-RR); Edgar Camargo (TCE-SP); João Antonio, presidente (TCMSP); Manoel Dantas (TCE-RR); Odilon Teixeira (TCE-PA); Celmar Reich (TCE-GO) Estilac Xavier (TCE-RS); Iran Coelho (TCE-MS); Gilberto Jales (TCE-RN).



## CONFIRA AS NOVAS DIRETRIZES DE CONTROLE EXTERNO NA **GESTÃO FLORESTAL** RESOLUÇÃO DIRETRIZ Nº 02/2021

# ATRICON EDITA RESOLUÇÃO DIRETRIZ E DISPONIBILIZA REFERENCIAL PARA QUE OS TRIBUNAIS DE CONTAS ATUEM NO CONTROLE DA GESTÃO FLORESTAL

**A** Resolução Diretriz nº 02/2021 foi publicada neste 1º de dezembro de 2021, depois de aprovada pela assembleia geral da Atricon, ocorrida durante o II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. O documento final é fruto do trabalho de uma comissão multissetorial, constituída em 1º de setembro de 2021 pelo presidente Fábio Nogueira - Portaria Atricon nº 09/2021 – com o propósito de uniformizar procedimentos e efetivar o Controle Externo na gestão florestal.

Por intermédio da norma, a Atricon disponibiliza referencial “para que os Tribunais de Contas, de modo uniforme, aprimorem seus regulamentos, procedimentos, ferramentas e práticas de controle externo e atuem efetivamente no controle da gestão florestal”. A Resolução Diretriz é embasada em princípios constitucionais e legais, que regem a administração pública, além de conter inspiração em referenciais de desenvolvimento sustentável, precaução, prevenção, solidariedade intrageracional e intergeracional, legalidade, integridade, transparência e de controle social.

Com a publicação da Resolução Diretriz, a Atricon cumpre etapa prevista no Acordo de Cooperação firmado com a Transparência Internacional Brasil, em agosto de 2021. A parceria reconhece a importância da atuação dos Tribunais de Contas brasileiros no combate à corrupção e no estímulo à integridade nos temas de meio ambiente, uso da terra e infraestrutura. Com foco na Amazônia, as ações do projeto se estendem a outras regiões do país.

Colaboraram na elaboração do documento os seguintes membros da comissão: Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (coordenador); Anete Jeane Marques Ferreira, Diretora de Controle Externo Ambiental – DICAMB (TCE AM); Bruno Vello, Analista de Políticas Públicas do Imaflora; Ana Paula Valdiones, Representante do Observatório do Código Florestal; Dário Rodrigues Cardoso Júnior, Consultor de Integridade Socioambiental da Transparência Internacional – Brasil.

Ascom Atricon (Ridismar Moraes)



## SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL ESTEVE PRESENTE NA ASSEMBLEIA DE ENTIDADES FISCALIZADORAS DAS AMÉRICAS - OLACEFS

### PRESIDENTE FÁBIO NOGUEIRA INTEGROU A REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO EVENTO

O presidente Fábio Nogueira participou da 30ª Assembleia Ordinária da Organização Latino-Americana e do Caribe das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), em Cartagena das Índias, cidade colombiana. O evento reuniu membros do Controle Externo mundial, além de expositores da ONU, Controladoria Geral dos Estados Unidos (GAO), BID, OCDE, UNODC, GIZ, CAF, CEPAL e INTOSAI, entre outras organizações internacionais.

Representantes do Sistema Tribunais de Contas do Brasil acompanham a assembleia, que se estendeu do 1º ao dia 3 de dezembro de 2021. Integraram a representação dos TCs brasileiros, além do presidente da Atricon, Fábio Nogueira, estão em Cartagena o presidente do Instituto Rui Barbosa, Ivan Bonilha; o presidente da ASUR, Marco Peixoto; os presidentes do TCE-AM, do TCE-RS e do TCE-SC, respectivamente conselheiro Marcos de Mello, Estilac Xavier e Adircélio de Moraes; e o ministro do TCU, Augusto Nasrdes.

Anfitrião – O Controlador Geral da República da Colômbia, Felipe Córdoba, é o anfitrião do evento. Na abertura, neste dia 1º de dezembro, os presentes assistiram a uma apresentação do Controlador Geral da República do Peru e presidente da Olacefs, Nelson Shack Yalta, que abriu o Ciclo de Conferências e a Assembleia Ordinária do órgão.

O presidente da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI) e presidente da Câmara de Contas da Federação Russa, Alekséi Kudrin fez uma saudação inicial aos mais de cem presentes e aos que assistiam pelo canal do YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=Z-LhW7yRqXkY>

Primeira Conferência – o tema inicial do ciclo de conferências foi “Superando as barreiras à implementação das TIC para o Controle Externo”, que foi ministrada por Roberto De Michele, Especialista Líder em Modernização do



Estado do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O final da manhã, ficou sob a responsabilidade do cientista-chefe de dados e diretor do Laboratório de Inovação, Ciência, Avaliação e Análise de Tecnologia do US Comptroller General (GAO), Taka Ariga, que fez uma apresentação sobre a metodologia de pesquisa em inteligência artificial para Controle Externo.

Na sequência, houve a apresentação da diretora da Direção de Informação, Análise e Reação Imediata (DIARI), María Fernanda Rangel, que abordou sobre o caso de sucesso que o CGR tem obtido do controle preventivo com a aplicação das TICs e do controle social.

A programação deste dia 1º inclui, ainda, uma sessão onde dois funcionários da Corporação Andina de Fomento (CAF), Marcos Allende e Camilo Cetina, farão uma palestra sobre computação quântica; além de uma reunião do Conselho de Administração da OLACEFS.

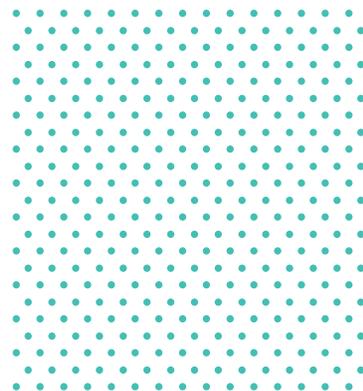
A assembleia da Olacefs debate temas como: inteligência artificial e computação quântica no trabalho de controle fiscal, bem como a gestão de instituições supremas de auditoria em direitos humanos, proteção ambiental, objetivos de desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero e não discriminação, entre outros assuntos da área de controle.

No segundo dia de programação: Na quinta-feira (2),

às 9h00, o presidente da Olacefs e Controlador Geral da República do Peru, Nelson Shack Yalta, abriu os trabalhos e técnicos.

Houve palestra de Frédéric Boehm, Analista da Divisão de Integridade Pública da OCDE e perito investigativo em questões de corrupção e governança, e de Daniela Santana Silva, Chefe da Unidade de Cooperação e Relações Internacionais da Controladoria Geral da República do Chile. O tema “A perspectiva da ciência comportamental aplicada à auditoria externa como ferramenta eficaz contra irregularidades na administração pública”.

Um dos painéis mais importantes teve como tema a “Articulação com a Organização das Nações Unidas para o cumprimento do ODS 16, da UNCAC e da Declaração Política”. Entre os painelistas estão Mauro Orefice (SAI da Itália), Sumaya AL Marzooqui (SAI Emirados Árabes Unidos), Juan Martín Ortiz (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) e Lorena Figueroa (Controladora Geral do Estado do Equador).



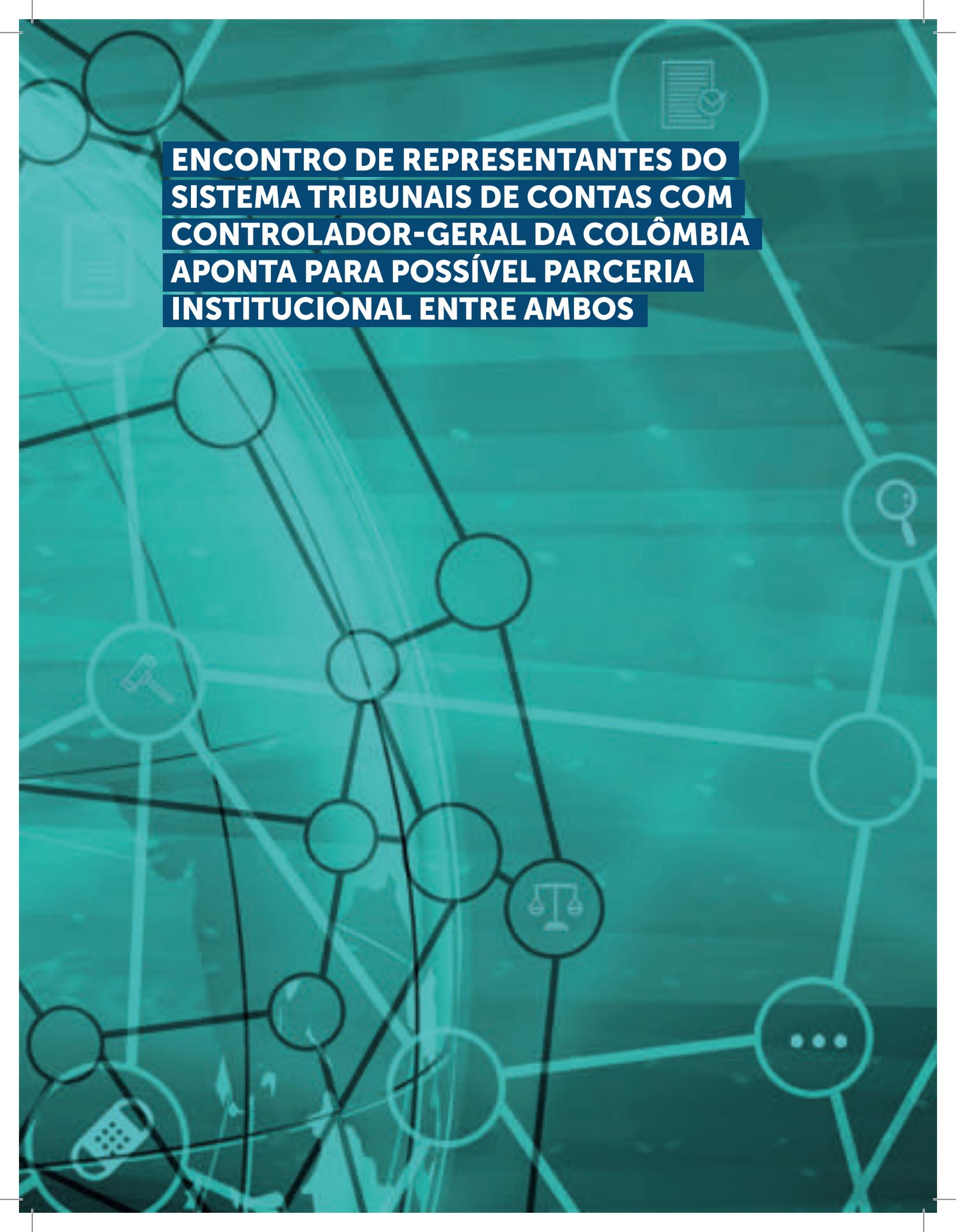
## TERCEIRO E ÚLTIMO DIA DE SESSÕES

A 30ª Assembleia da Olacefs encerrou com uma Sessão Administrativa e uma palestra de Humberto Sierra Porto, juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre “O papel das ISC na proteção dos direitos humanos” e, ainda, o painel “Política de Igualdade de Gênero e Não Discriminação e apresentação de curso sobre o tema”, conduzido María Noel Vaeza, Diretora Regional da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe; e Nelly Salvo Ilabel, secretária-geral da Controladoria-Geral da República do Chile.

No final foi assinada e publicada a Declaração de Cartagena, com propostas práticas para serem seguidas por todos os órgãos de controle das Américas e Caribe.

Encontro - Membros do Sistema Tribunais de Contas do Brasil, integrantes da representação brasileira na 30ª Assembleia Ordinária da Organização Latino-Americana e do Caribe das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), que acontece em Cartagena das Índias, na Colômbia, foram recebidos pelo presidente daquele país, Iván Duque Márquez. Aparecem na foto os conselheiros: Fábio Nogueira (presidente da Atricon); Mario de Mello (presidente do TCE-AM); Estilac Xavier (presidente do TCE-RS); Adircélio de Moraes (presidente do TCE-SC) e Marco Peixoto (presidente da ASUR).

Ridismar Moraes (Ascom Atricon) com colaboração de Elvis Chaves (Dicom TCE-AM)



**ENCONTRO DE REPRESENTANTES DO  
SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS COM  
CONTROLADOR-GERAL DA COLÔMBIA  
APONTA PARA POSSÍVEL PARCERIA  
INSTITUCIONAL ENTRE AMBOS**

O presidente Fábio Nogueira participou de encontro institucional com o Controlador Geral da Colômbia, Carlos Felipe Córdoba Larrarte, na sede do IRB, em Brasília, nesta quarta-feira (19/02). Durante o encontro, foram discutidas possibilidades de intercâmbio com os Tribunais de Contas do Brasil para a ampliação da capacidade de qualificação da gestão pública, em ambos os países, além do compartilhamento de boas práticas de Controle Externo.

O Instituto Rui Barbosa, braço pedagógico dos Tribunais de Contas brasileiros, foi responsável pelo agendamento do encontro institucional. Os entendimentos preliminares foram conduzidos pelo atual presidente, conselheiro Ivan Bonilha, e futuro presidente do IRB conselheiro Edilberto Pontes.



O presidente do CNPTC e próximo presidente da ABRACOM, conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, também participou. Ainda esteve presente a Dra. Tânia Hernández Guzmán, Diretora do Centro de Estudos Fiscais da Controladoria colombiana.

Em sua explanação sobre a estrutura organizacional dos Tribunais de Contas, o presidente Fábio Nogueira salientou a capacidade que possuem para o propósito pedagógico. “As Escolas de Contas estão integradas às 33 Cortes brasileiras. Cada uma delas se dedica a capacitar, dentro das especificidades regionais, gestores e agentes públicos para o melhor exercício da governança”.

A título de exemplificação, Fábio Nogueira citou o exercício anterior ao estado de pandemia - que provocou uma alteração do calendário -, foram ministrados em torno de 5000 mil cursos, com atendimento a cerca de 600 mil pessoas.

O presidente da Atricon lembrou, ainda, que o próprio quadro técnico dos Tribunais de Contas passa por constantes treinamentos, nas próprias Escolas de Contas, para absorver novas técnicas e fundamentos de utilização da ciência de dados nas auditorias. “A inteligência artificial, que se renova em grande velocidade, está cada dia mais presente para auxiliar na fiscalização”, salientou.

Por fim, Fábio Nogueira salientou a importância do compartilhamento de boas práticas e que, se confirmando a parceria entre os TCs do Brasil e a Controladoria da Colômbia, os dois países sairão fortalecidos.

# ENTIDADES PARCEIRAS, ABRACOM E AUDICON, RENOVARAM DIRETORIA EM 2021

## ABRACOM ELEGE NOVA DIRETORIA COM JOAQUIM DE CASTRO (TCM-GO) NA PRESIDÊNCIA



**E**m assembleia realizada no dia 4 de novembro de 2021, por videoconferência, foi eleita para o biênio 2022/2023 a nova diretoria da Associação Brasileiras dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM). O conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto (TCMGO) é o novo presidente, os conselheiros Francisco de Souza Andrade Netto (TCMBA), Luiz Antônio Chrispim Guaraná (TCMRJ), Plínio Carneiro da Silva Filho (TCMBA) e conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares (TCMPA), vice-presidentes regionais. Os conselheiros Sérgio Belich de Souza Leão (TCMPA), Valcenôr Braz de Queiroz (TCMGO) e o conselheiro aposentado Thiers Vianna Montebello (TCMRJ), que deixou a presidência, integram o conselho fiscal.

Em Assembleia Geral virtual, realizada no dia 9 de dezembro de 2021, foi eleita a nova diretoria da Audicon.



## Quem compõe a nova diretoria:

### Presidente:

Marcos Bemquerer Costa – TCU

### Vice-Presidente:

Weder de Oliveira – TCU

### Secretário-Geral:

Jaqueline Maria Jacobsen Marques – TCE/MT

### Vice-Presidente Financeiro e de Gestão

Alípio Reis Firmo Filho – TCE/AM

### Diretor:

Marcos Antônio Rios da Nóbrega – TCE/PE

### Vice-Presidente de Prerrogativas e Assuntos Corporativos

Paulo César de Souza – TCE/CE

### Diretor:

Jaylson Fabianh Lopes Campelo – TCE/PI

### Diretor:

Gerson dos Santos Sicca – TCE/SC

### Vice-Presidente Jurídico Institucional:

Milene Dias Cunha – TCE/PA

### Diretor:

Francisco Júnior Ferreira da Silva – TCE/RO

### Diretor

Andrea Siqueira Martins – TCE/RJ

### Vice-Presidente Controle Externo:

Luiz Henrique Lima – TCE/MT

### Diretor

Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho – TCE/GO

### Diretor:

Daniela Zago Gonçalves da Cunda – TCE/RS

### Conselho Fiscal

Maria de Jesus Carvalho de Souza – TCE/AC

Alberto Pires Alves de Abreu – TCE/AL

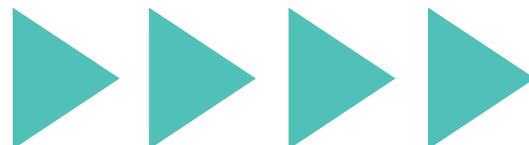
Itacir Todero – TCE/CE

### Suplentes do Conselho Fiscal:

Edvaldo Fernandes de Souza – TCE/PA

Telmo de Moura Passareli – TCE/MG

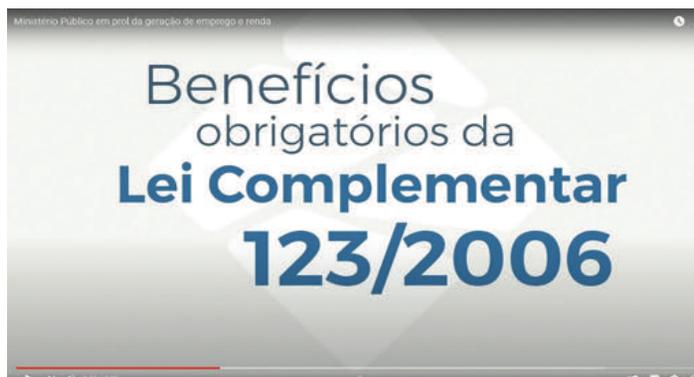
Patrícia Sarmento dos Santos – TCE/MS.



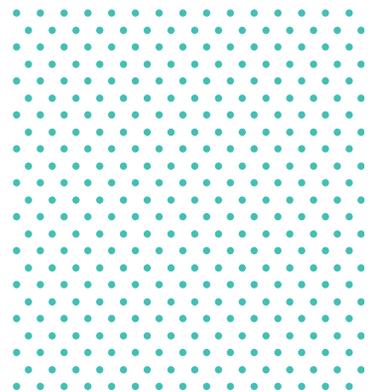
# ATRICON E SEBRAE: PARCERIAS QUE CONTRIBUEM PARA O FOMENTO DA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS

**AO LONGO DOS ANOS, A ATRICON  
CELEBRA PARCERIAS COM O  
SEBRAE E CONVÊNIOS SE ESTENDEM  
AOS TRIBUNAIS DE CONTAS.**

**U**ma das ações, instituídas por meio da Resolução nº 09/2014, a intenção é fortalecer e impulsionar os comércios locais, com orientações ao gestor para que seja dada preferência – nas aquisições de bens e serviços pelos poderes públicos – às microempresas e empresas de pequeno porte.



A Resolução Atricon nº 09/2014 foi editada em consonância com a Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao tratamento diferenciado dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. O objetivo institucional é idêntico: “fomentar o desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa e do microempreendedor individual, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia”.



A Resolução Atricon nº 09/2014 foi editada em consonância com a Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao tratamento diferenciado dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. O objetivo institucional é idêntico: “fomentar o desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa e do microempreendedor individual, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia”.



Bruno Quick  
Diretor técnico Sebrae

Para Bruno Quick, diretor técnico do Sebrae, a valorização das micro e pequenas empresas locais e regionais, por meio dos instrumentos legais disponíveis, aquece as economias e estimula o desenvolvimento. Ele observa que “o pequeno negócio tem papel central na inclusão e no desenvolvimento econômico, dinamizando a economia e colaborando também com as médias e grandes empresas”.

O diretor ressalta que, no campo das políticas públicas, com as alterações Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, com determinação para que a Administração Pública (Direta e Indireta) realize, licitações com benefícios às

microempresas e empresas de pequeno porte, a participação dos Tribunais de Contas contribui, inclusive para dar mais segurança à adoção dessa prática na rotina da gestão municipal.

### **O Guia do Candidato Empreendedor, lançado pelo Sebrae em setembro de 2020, também contou com o apoio da Atricon**



Sempre atual, o Guia do Candidato Empreendedor do Sebrae reforça a importância dos pequenos negócios na agenda das eleições. O documento traz uma série de propostas para incentivar o empreendedorismo nas gestões municipais.

A iniciativa do Sebrae para incentivar o desenvolvimento econômico sustentável e a geração de empregos, fomentando o empreendedorismo e os negócios nas cidades brasileiras, antes, durante e após as eleições.



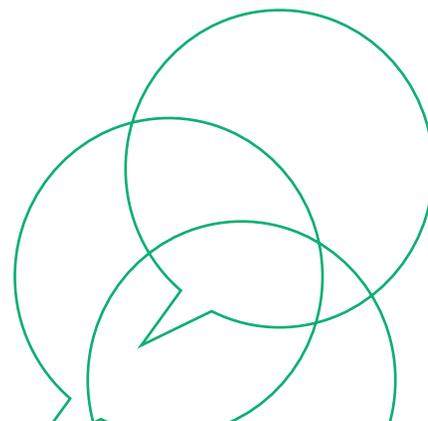
Fábio Nogueira  
Presidente Atricon

O presidente Fábio Nogueira participou do lançamento

da campanha e observou que a economia sofre uma retração considerável por conta da pandemia e que o papel do Sebrae é preponderante para o desenvolvimento do país. “Estimular uma gestão pública inovadora, ousada e eficiente merece todo nosso apoio e aplausos”, completou.

Na ocasião, o presidente apresentou sugestão para que o Sebrae, no 2º turno das eleições municipais de 2020, leve aos postulantes a proposta de um documento, por meio do qual o futuro gestor assumiria compromisso com o projeto Prefeito Empreendedor. “Seria uma iniciativa estratégica, que afunilaria a relação dos candidatos com o desenvolvimento local”, completou.

O IRB também é parceiro do Sebrae e o presidente Ivan Bonilha participou do lançamento do projeto Guia do Candidato Empreendedor. Na ocasião, ele reconheceu que inovação e empreendedorismo são questões positivas para a sociedade. “Nesse momento que estamos vivendo então, a tecnologia já se mostrou essencial em nossas vidas. Tenho certeza que esse Guia será bem aceito”, afirmou.





O presidente do Sebrae, Carlos Melles, disse que a ação do Sebrae é pautada no incentivo ao empreendedorismo e chamou a atenção para a dimensão do impacto do Guia do Candidato Empreendedor, ao citar a capilaridade das instituições envolvidas.

**O lançamento do Guia do Candidato Empreendedor contou com a participação de pessoas com potencial referencial para o êxito do projeto:**

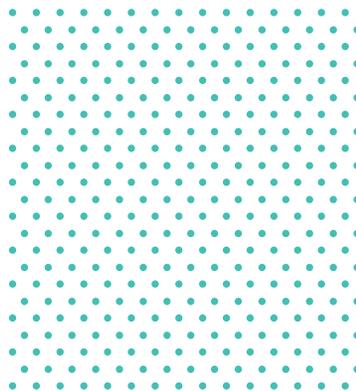
Ivan Bonilha, presidente do Instituto Rui Barbosa; José Roberto Tadros, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae; Eduardo Diogo, diretor de administração e finanças do Sebrae; Bruno Quick, diretor técnico do Sebrae; Jorginho Mello, presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa; Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Manoel Murrieta, presidente da Associação Nacional do Ministério Público, Efraim Filho, presidente da Frente Parlamentar Mista do Comércio, Serviço e Empreendedorismo; o ex-prefeito e atual deputado federal, Vinicius Farah (DEM), vencedor do prêmio Prefeito Empreendedor do Sebrae; George Pinheiro, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), e Cláudio Mendonça, presidente da Associação dos Sebrae Estaduais.

## INICIATIVAS PARA ATENUAR CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA DA POPULAÇÃO, ATRICON SE ALIA AO SEBRAE, CNM E CONAMP

**Em abril de 2020 órgãos discutiram ações de solidariedade**

Durante web conferências, a Atricon, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Sebrae e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), com a intenção é debater mecanismos de minimização dos efeitos socioeconômicos da pandemia do novo coronavírus nos municípios brasileiros e fomentar uma campanha centrada no atendimento às populações mais atingidas pela crise.

De acordo com Fábio Nogueira essa tem sido uma das principais preocupações do Sistema Tribunais de Contas que, dentre as medidas de enfrentamento à pandemia, adotou procedimentos de recomendação aos jurisdicionados para que priorizem aquisições nos comércios locais. “Temos uma longa parceria com o Sebrae nesse aspecto e a estamos reforçando nesse período de crise, a fim de atenu-



ar os desdobramentos negativos na economia local, em especial nos pequenos municípios que tendem a ser os mais prejudicados”, reforçou.

## PROJETO MUNICÍPIOS PRATO CHEIO PARA O DESENVOLVI- MENTO.



É o nome da ação que tem a intenção de mobilizar e reunir financiadores para a constituição de um fundo de combate à fome, provocada pelo Coronavírus. Os recursos deverão ser direcionados à aquisição e distribuição de cestas básicas, além de outros itens emergenciais, às famílias de baixa renda.

### Participação

além do presidente Fábio Nogueira, participaram da reunião o presidente da CNM, Glaudemir Aroldi; o diretor do Sebrae Nacional, Bruno Quick; e Manoel Murieta, presidente da CONAMP.

Em outra frente, também desencadeada em abril de 2020, a parceria entre a CONAMP, o Sebrae e a Atricon busca fortalecer a atuação do Ministério Público e dos Tribunais de Contas com o objetivo de contribuir ainda mais para a economia do país ao

aproximar os órgãos de controle da realidade dos pequenos negócios.



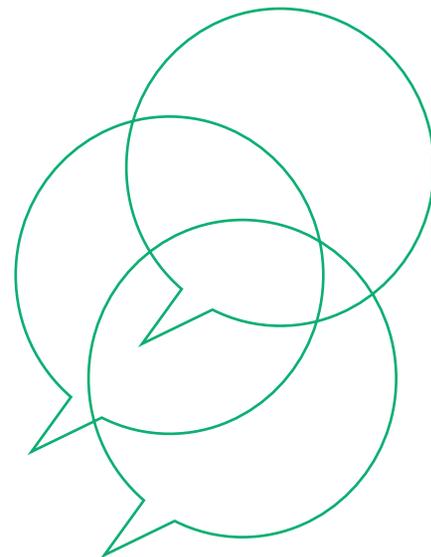
A iniciativa foi lançada durante web conferência, conduzida pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, procurador Fábio George Cruz da Nóbrega. O projeto envolve, além da Atricon e do Sebrae, Organizações Não Governamentais e órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU); a Associação Nacional do Ministério Público de Contas; o Observatório Social; a Transparência Brasil; dentre outros.

O presidente da Ampcon, Stephenson Oliveira Victor (MPC-PA), estava entre os que participaram das discussões acerca da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, as ações de fiscalização e acompanhamento dos gastos emergenciais; o fomento à transparência pública, etc.

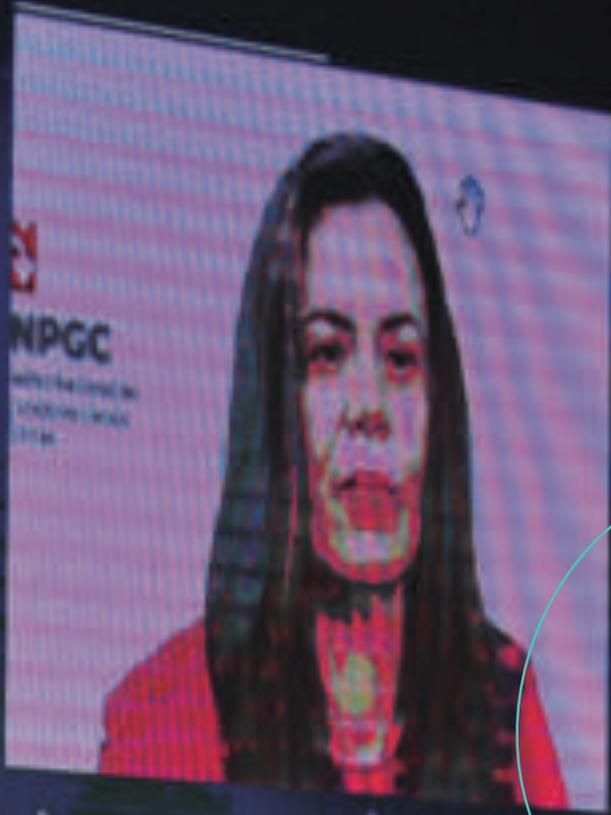
O presidente Fábio Nogueira fez uma exposição acerca das medidas adotadas pelo Sistema Tribunais de Contas, mais especificamente no que

concerne às ações relacionadas ao acompanhamento dos gastos públicos, em caráter emergencial e à transparência dos atos governamentais. Fábio Nogueira destacou que o Sistema Tribunais de Contas tem produzido inúmeras e efetivas ferramentas de controle, que têm sido muito úteis nessa fase de pandemia. “São instrumentos que, por um lado, aperfeiçoam os procedimentos de fiscalização e, por outro, favorecem o exercício do controle social”.

Para ilustrar, ele usou exemplos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba: a Turmalina, que acompanha os Portais da Transparência dos municípios paraibanos; o App Preço da Hora, que permite ao consumidor identificar o melhor preço praticado e o local de comércio mais próximo de sua residência, muito utilizado nesse período de isolamento; e o recém lançado Preço de Referência, uma plataforma que permite a cotação de preços para compras públicas, em tempo real.







**II CONGRESSO  
INTERNACIONAL DOS  
TRIBUNAIS DE CONTAS**





## 'OS TRIBUNAIS DE CONTAS E O MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO'

O II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas realizado em João Pessoa (PB), de 9 a 12 de novembro de 2021, teve formato híbrido. O II CITC resultou da junção dos dois maiores eventos do Controle Externo do Brasil: o XXXI Congresso dos Tribunais de Contas da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil da (ATRICON) e o VII Congresso Internacional de Políticas Públicas do Instituto Rui Barbosa (IRB).

O evento permitiu um amplo debate sobre a temática 'Os Tribunais de Contas e o mundo em transformação'. Renomadas autoridades de meio jurídico brasileiro, como o ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal, se juntaram a especialistas do Controle Externo de outras Nações (Portugal, Espanha, Moçambique, Colômbia, África do Sul, etc.) despertaram o interesse nas discussões.

A realização do II CITC foi compartilhada pelas entidades que representam o Sistema Tribunais de Contas - Atricon, IRB, Abracom, Audicon e CNPTC - e teve como anfitrião

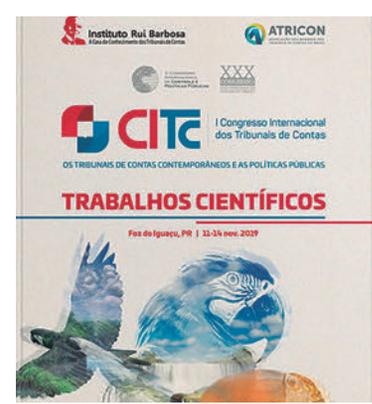
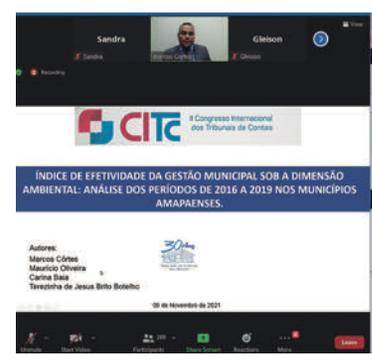
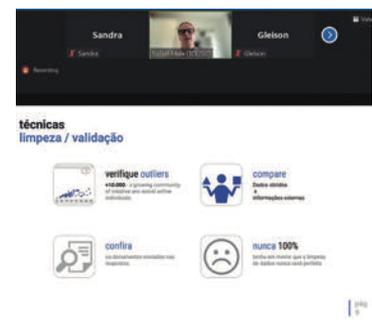
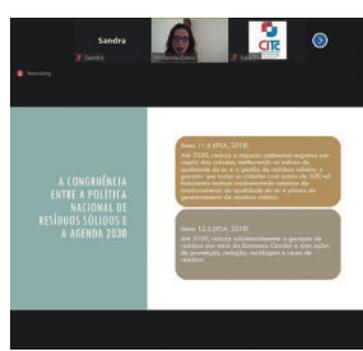
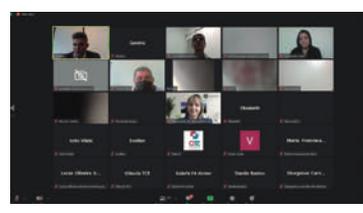


na realização o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. O evento obteve o patrocínio do Sebrae, Codata, BID, Editora Fórum, MBA PPP e Concessões e Sociologia e Política Escola de Humanidades; e contou com o apoio institucional do Governo do Estado da Paraíba e da Prefeitura de João Pessoa (PB).

O formato híbrido foi adotado para atender às medidas sanitárias de controle das infecções pelo novo coronavírus. Mas a pandemia da Covid-19 não impediu a participação massiva de membros, equipes técnicas e servidores do Sistema Tribunais de Contas. O público somou 400 pessoas, no presencial, e 1500 no acompanhamento online da programação, iniciada no dia 9 de novembro com a apresentação de trabalhos científicos.

### Dia 9, denominado Pré-Congresso, o II CITC foi dedicado à apresentação dos trabalhos científicos

No formato online ocorreram Reuniões Técnicas e Encontros dos Comitês dos Tribunais de Contas e apresentação dos Trabalhos Científicos aprovados para a composição dos Anais do Congresso.



# NO FORMATO PRESENCIAL E/ OU HÍBRIDO ACONTECERAM:



Encontro Nacional das Assessorias de Comunicação, com uma palestra de André Agra, Auditor de Controle Externo do TCE-PB (sobre A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS NOVOS PARADIGMAS DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE EXTERNO: estamos prontos para o futuro que chegou?)



Encontro Nacional das Assessorias Militares dos Tribunais de Contas



Reunião da ASUR - Associação das EFS do Mercosul



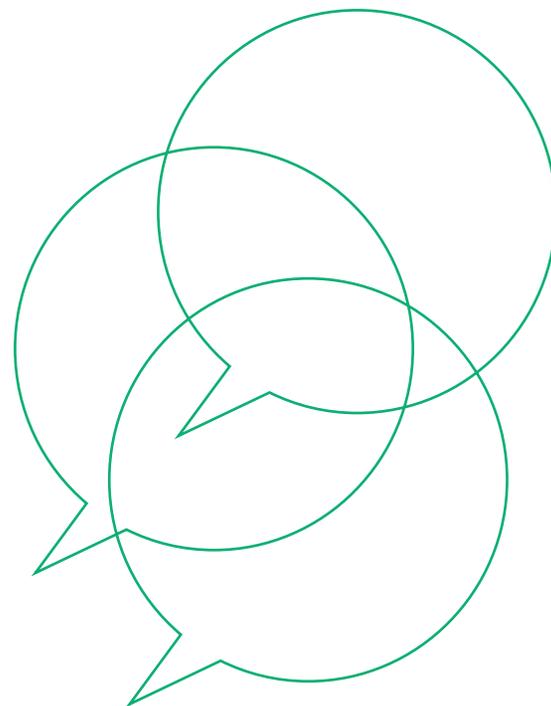
Reunião do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)



Assembleia Geral da AUDI-CON



Reunião do MMD-TC





## SISTEMA APRIMORE, NOVA FERRAMENTA DE APLICAÇÃO DO MMD-TC, FOI APRESENTADO EM REUNIÃO DO CNPTC

Como evento paralelo ao II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, que aconteceu em João Pessoa, entre 09 a 12 de novembro de 2021, a Comissão de Coordenação geral do MMD.TC reuniu-se, de forma híbrida, para validação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos desde 2020 na aplicação do Marco de Medição de Desenvolvimento dos Tribunais de Contas, ferramenta destinada à aferição do desempenho dos Tribunais de Contas brasileiros. Na ocasião o Sistema Aprimore foi apresentado aos presidentes dos TCs, durante a reunião do CNPTC (também inserida na programação preliminar do II CITC), pelos conselheiros Edilson de Sousa Silva (TCE-RO) e Sebastião Carlos Ranna (TCE-ES).

Desenvolvido pelo Tribunal de Contas de Rondônia (TCE-RO), o Sistema Aprimore, que passará a ser utilizado no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) a partir de 2022, quando ocorrerá a quinta aferição (aplicação) do levantamento nacional, foi o destaque da 4ª reunião ordinária do Conselho Nacional

de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), realizada nessa terça-feira (9/11), em João Pessoa (PB).

Parte da programação do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), a reunião do CNPTC contou com homenagens, assinatura de acordo, discussões e apresentações, entre as quais, do sistema Aprimore, realizada pelos conselheiros Edilson de Sousa Silva (TCE-RO) e Sebastião Carlos Ranna (TCE-ES).

O sistema, que passou por um ciclo-piloto em Tribunais de Contas selecionados em cada região do País, busca, além de substituir as planilhas de questionários anteriormente empregadas, aperfeiçoar a metodologia utilizada no MMD-TC.

De acordo com o conselheiro Edilson Silva, esta é uma forma de oferecer mais segurança aos gestores dos TCs, que poderão acompanhar em tempo real a medição do MMD-TC. Coordenador técnico nacional do Marco de Medição de Desempenho, ele explicou, em sua apresentação, que a metodologia vai permitir o acompanhamento dos índices de forma simultânea pela entidade.

“O sistema recebeu o nome de Aprimore justamente porque aprimora a aplicação do Marco de Medição, que tem por princípio a melhoria

do sistema. Cada um dos Tribunais selecionados recebeu a ferramenta para colaborar com o aperfeiçoamento dela. Além disso, se responsabilizam pela difusão em seus setores assim como com a implantação em suas respectivas regiões”, explicou.

O Sistema Aprimore foi concebido para elevar o grau de precisão na avaliação dos Tribunais de Contas que aderiram ao MMD-TC. Com a implementação, uma vez alimentados os dados, o sistema, de forma automatizada, fará o tratamento estatístico das informações inseridas, com a indicação dos pontos a serem destacados por cada uma delas. A partir daí, oferecerá ainda a possibilidade de socialização de boas práticas entre as Cortes de Contas.

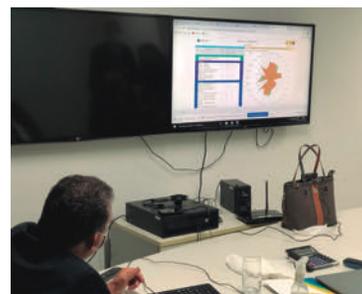
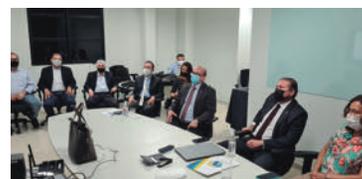
## RECONHECIMENTO

Ainda durante o evento, a Atricon, por seu presidente, conselheiro Fábio Túlio Nogueira (TCE-PB), manifestou reconhecimento ao TCE-RO pelo apoio e suporte oportunos durante o processo de construção e consolidação da nova solução tecnológica.

“O espírito solidário, que permite conquistas importantes, pede reconhecimento, exige uma manifestação de gratidão. Este é o sentimento que expresso ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Corte parceira

da Atricon no desenvolvimento do Sistema Aprimore”, disse o presidente da Atricon. O conselheiro Fábio Nogueira ainda fez questão de pontuar o denodo e a qualificação técnica demonstrados pela equipe técnica do TCE rondoniense na elaboração do sistema Aprimore, nomeando, especialmente, os servidores Alessandro da Cunha Oliveira; Alexandre de Sousa Silva; Felipe Mottin Pereira de Paula; Hugo Viana Oliveira; Igor Tadeu Ribeiro de Carvalho; Marcelo de Araújo Rech; Marcelo Silva Pamplona e Juscelino Vieira.

Com informações da Ascom do TCE-RO.



# COMO OS TRIBUNAIS DE CONTAS DEVEM LIDAR COM O 'MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO'

## PARÂMETROS DESSE DESAFIO FORAM DISCUTIDOS NO II CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. EVENTO REUNIU GRANDES EXPRESSÕES DO CONTROLE EXTERNO DO BRASIL

**P**ara discutir sobre os desafios apresentados pelo “mundo em transformação” representantes do Controle Externo de todo o país, além de autoridades convidadas, participaram do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. O evento, iniciado neste dia 9/11 no Centro Cultural Ariano Suassuna (TCE-PB), em João pessoa, se estendeu até o dia 12 de novembro de 2021.

Na cerimônia de abertura, os presidentes das entidades realizadoras do evento fizeram breves discursos em que destacaram o papel dos Tribunais de Contas no contexto dos fenômenos climáticos, dos avanços tecnológicos, da internet 5G no Brasil, da questão ambiental, da pandemia da Covid-19, que estão entre as situações sobre as quais o Controle Externo deve centrar atenção.

O presidente Fábio Nogueira (Atricon) lembrou que a temática ambiental está associada ao mundo em transformação e tem estreita relação com o surgimento, ou incremento, de demandas socioeconômicas, que afetam a qualidade de vida da sociedade. “O Controle Externo precisa se redesenhar, se mostrar diferente e apressar-se no engajamento à agenda 2030 dos Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável”.

Na avaliação de Fábio Nogueira, os Tribunais de Contas têm uma responsabilidade imensurável, sobretudo no aspecto pedagógico, para gerar a melhoria da governança pública no Brasil, a fim de que esta contemple essas urgentes transformações, pelas quais não apenas o Brasil, mas o mundo vem passando. “A tecnologia da informação, a inteligência artificial podem e devem ser importantes aliados nesse mundo de desafios”, ressaltou.

De acordo com o conselheiro Fernando Catão, presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, anfitrião do II CITC, é necessário “trabalhar pela unidade do Controle Externo brasileiro, absorvendo as oportunidades que o mundo tecnológico ofe-



rece, para exercermos nossas atividades com mais transparência, rapidez e eficiência; e para nos prepararmos para este novo mundo que surge e nos desafia a cada instante”.

O conselheiro Ivan Bonilha, presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) falou sobre as profícuas parcerias celebradas entre as entidades, que representam o Sistema Tribunais de Contas – expandidas para além dos eventos - por intermédio das quais têm-se experimentado “grandes avanços no processo de aperfeiçoamento das ações, com repercussão no fortalecimento institucional. O IRB suplanta os desafios desse mundo em transformação, graças ao apoio que recebe”.

De acordo com o presidente da Audicon, ministro-substituto, Marcos Bemquerer, o mundo em transformação é o que está sendo vivencian-

do “um contexto totalmente atípico para o Sistema de Controle, que recebe novas formas de trabalho, de abordagens e de modelos que possibilitam a obtenção da máxima eficiência, eficácia e efetividade”.

O conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, presidente do Conselho Nacional de Presidentes de Tribunais de Contas (CNPTC), atribuiu ao grande esforço de todos, sobretudo neste período de pandemia, “foi possível exercer o Controle Externo de forma responsável, contribuindo para melhorar a vida do cidadão”. Para ele, esse exercício, num esforço conjunto, fez aflorar com vigor sua função orientativa, o que deixou todas as entidades envolvidas na pesquisa e busca por informações aos jurisdicionados.

Para o ministro Benjamin Zymler, representante do

Tribunal de Contas da União – TCU, os tribunais de contas saíram fortalecidos após a pandemia, pois souberam aproveitar as ferramentas de tecnologia como instrumentos eficazes no sistema de auditoria, diante da ausência do contato físico. Pela via online, reiterando a autonomia das Corte de Contas, ele defendeu a interlocução com o Governo, induzindo as boas práticas com vista à eficiência das políticas públicas.

Wagner Rosário - O ministro da Controladoria Geral da União, representando o Poder Executivo Federal, destacou a importância de parcerias que a CGU vem fazendo com o Sistema Tribunais de Contas. De acordo com ele, foi recentemente celebrado acordo de cooperação com TCU para o aperfeiçoamento de pautas relativas a tomadas de contas especial e auditoria de atos de pessoal.

O conselheiro Thiers Montebello, presidente da Abracom, em linhas gerais, destacou a preocupação com a Agenda 2030 da ONU, afirmando que o formato híbrido do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas é um exemplo: menos deslocamentos com resultado nas emissões de carbono (redução).

Outro item, que confirma o engajamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, é a aquisição de materiais oriundos de projetos sociais, como o Castelo de Bonecas, projeto de reinserção de mulheres provadas de liberdade, coordenada pela juíza Andréa Arcoverde Cavalcanti, em parceria com a direção do presídio Julia Maranhão, com o apoio do Tribunal de Justiça do Estado.

Composição da mesa - Conselheiro Fernando Rodrigues Catão, presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; Conselheiro Fábio Tulio Filgueiras Nogueira Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; Ministro Wagner de Campos Rosário Controladoria-Geral da União (CGU), representante da Presidência da República; Conselheiro Ivan Lelis Bonilha Instituto Rui Barbosa – Presidente do IRB; Gilmar Martins, Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, representando o Governo do Estado;

Ministro Benjamim Zymler, representando o TCU (online); Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto Conselho Nacional de Presidentes do CNPT; Conselheiro Marco Peixot, presidente da Asociación de Entidades Oficiales de Control Público Del Mercosur (Asur); Conselheiro Thiers Vianna Montebello, presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios; Deputado João Gonçalves, representando a Assembleia Legislativa da Paraíba; Ministro- Substituto Marcos Bemquerer Costa, presidente da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas; Vereador Valdir José Dowsley (Dinho) Câmara Municipal de João Pessoa, prefeito em exercício da Capital; Bruno Quick, Diretor Técnico do Sebrae (online); Diretor Executivo da CNI - Confederação Nacional das Indústrias Glauco José Côrte; Vereadora Elisa Virginia, presidente em exercício da Câmara Vereadores; Procurador José Américo de Costa Júnior, presidente da AMPCON - Associação Nacional do Ministério Público de Contas Presidente; Ismar Viana, presidente da ANTC - Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil; Procuradora Cibelly Farias Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (online).

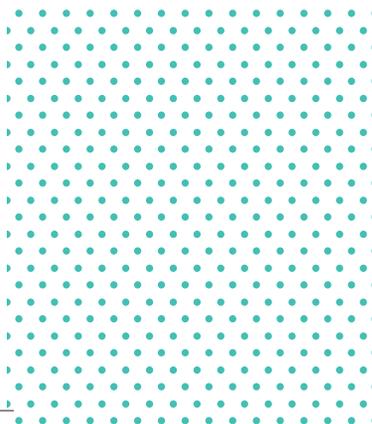
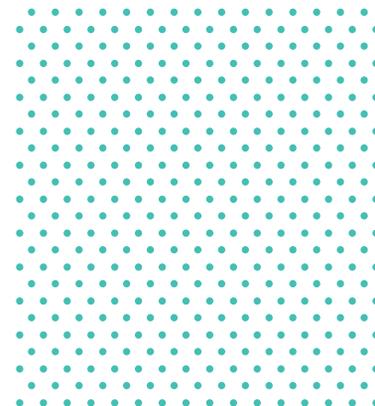


## PALESTRA MAGNA - AUDITORIA OPERACIONAL: UM ESTUDO MACRO FISCAL PARA A BOA GOVERNANÇA

A conferência magna de abertura do II CITC foi proferida por Alma Carmenza Erazo Montenegro, Auditoria Geral da República da Colômbia, ministrou a palestra magna sobre 'Auditoria operacional: um estudo macro fiscal para a boa governança'.

A palestra magna da Auditora-Geral da República da Colômbia, Alma Carmenza Erazo Montenegro, que deu início aos debates do maior evento de Controle Externo do país, enalteceu as auditorias operacionais como a melhor forma de exercer o controle das políticas públicas. Ela contou a experiência de seu país, que capacitou cerca de três mil auditores em todo o território para implementar esse tipo de fiscalização, que tem como princípios medir a eficácia, a economia, a qualidade e, principalmente, o benefício gerado para o cidadão.

"As auditorias de desempenho, ou operacionais, são ferramentas para conseguir medir a cadeia de valor público, relacionando os propósitos e objetivos das políticas públicas que são necessárias para promover, garantir, proteger e restituir os direitos de cidadania", afirmou Carmem Carmenza em seu pronunciamento no auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna, em João Pessoa.



## PAINEL 1: OS DESAFIOS À DEMOCRACIA E O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Os desafios à democracia e o papel dos Tribunais de Contas foram debatidos pelo professor Francisco Balaguer Callejon, da Universidade de Granada, na Espanha; por Amílcar Mujovo Ubisse, juiz-conselheiro de entidade fiscalizadora superior de Moçambique; e pelo conselheiro do TCE de Pernambuco, Valdecir Pascoal, trazendo as diferenças de percepção das causas do enfraquecimento da democracia, nos três continentes. Na Europa, a causa foi atribuída às grandes empresas de tecnologia, ao passo que na África o motivo é relacionado à corrupção. E, no Brasil, segundo Pascoal, as razões são relacionadas ao enfraquecimento das instituições, daí a importância do papel dos Tribunais de Contas. Ele afirma que o fortalecimento desses órgãos tem relação direta com o papel democrático do Estado. Integraram o painel Dr. Amílcar Mujovo Ubisse, Juiz Conselheiro Presidente da segunda subsecção de Contas Públicas; o Cons. Valdecir Pascoal, do TCE/PE; é virtualmente o prof. Francisco Ballaguer Callejón, Universidade de Granada, Espanha. Os debates giraram em torno do aperfeiçoamento dos pro-

cessos de julgamentos de responsabilidades nos tribunais de contas, além da atuação para contribuir com a transparência e a accountability do setor público em temas sociais relevantes. Com a pandemia, uma série de consequências jurídicas passaram a exigir reflexões e atuação dos Tribunais de Contas, principalmente nas que envolvem as contratações públicas, inclusive com a edição da NBASP/INTOSAI-P50.

## A TERCEIRA PALESTRA NESTE PAINEL FOI DO CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL

A mediação do painel ficou a cargo conselheira Lílian de Almeida Veloso Nunes Martins (TCE-PI).

Sobre democracia, Valdecir Pascoal destacou: é um jogo que se vence por pontos! Anos 30 e 40 parecem distantes, mas estão próximos. A República atual não tem mais paz, vive sempre questionada e desafiada.

O excesso de informação deixou a democracia enfraquecida e manipulada por muitos. Democracia não se resume a eleições e sim as instituições. Desta forma, a Constituição Federal fortalece muito os TCEs e a atuação digitalizada ajudou muito os órgãos.

## PAINEL 2: INDEPENDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

No intervalo do evento ocorreu a Sessão de autógrafos – do Livro: Democracia e Direitos Humanos em Tempos de Ovos de Serpente – Durval Ângelo de Andrade. O Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, TCM/GO, participou como mediador do painel 2 do “II Congresso internacional dos Tribunais de Contas”, ocorrido na quarta, 10. Além dele, também participaram do painel Rodrigo Luís Kanayama, sócio proprietário da Kanayama Advocacia e vice-coordenador do programa de pós graduação em direito da UFPR. Ainda, participaram virtualmente, Dra. Mariana Canotilho, juíza de Portugal; Dra. Tsakani Maluleke, auditora geral da África do Sul; e ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União. Nos debates, destacou-se as competências dos tribunais de contas, pressões para extinção de tribunais de contas em confronto com as diretrizes internacionais sobre independência dos tribunais (NBASP 10). Ainda foi tema, a atuação dos tribunais de contas para promover, proteger e manter um quadro constitucional, legal, ou jurídico efetivo quanto à indecência. Na Intervenção Cultural – O poeta cearense Braulio Bessa contou passagens da sua trajetória e declamou poesias.

# LANÇAMENTO DA 5ª EDIÇÃO DA RTTC PAINEL 1 VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLE E POLÍTICAS PÚBLICAS - RUMO A 2030

## NOVOS HORIZONTES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS



João Antonio media painel sobre os Tribunais de Contas e os ODS no II Congresso Internacional de Tribunais de Contas

**N**a manhã do dia 11/11, dentro da programação do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), o vice-presidente de Relações Internacionais da Atricon e presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), conselheiro João Antônio da Silva Filho, mediu o painel de lançamento da quinta edição da Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC), que teve como tema “Rumo a 2030 – Novos horizontes do desenvolvimento sustentável e a fiscalização dos Tribunais de Contas”.

O II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, que acontece entre os dias 9 e 12/11, foi realizado de forma híbrida pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). O evento é resultado da união dos dois maiores eventos do Controle Externo: VII Congresso Internacional de Políticas Públicas do Instituto Rui Barbosa – IRB e XXXI Congresso dos Tribunais de Contas da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon.

Na abertura do evento, o conselheiro corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), e vice-presidente de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Rui Barbosa (IRB), Inaldo da Paixão Santos Araújo, fez o lançamento oficial da quinta edição da RTTC. Para ele, é muito simbólico que a publicação da revista ocorra no aniversário de 48 anos do IRB. “O instituto é conhecido como a Casa do Saber, então não poderia ser diferente: comemorar esta data promovendo o conhecimento”, afirmou o conselheiro.



O conselheiro corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Inaldo da Paixão Santos Araújo, fez o lançamento oficial da quinta edição da RTTC

Os palestrantes convidados foram a doutora Ieva Lazareviciute, assessora de desenvolvimento territorial, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cooperação técnica descentralizada do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud); o doutor André Rosilho, coordenador do Observatório do Tribunal de Contas da União (TCU) da Faculdade Getúlio Vargas (FGV) Direito, de São Paulo; e o doutor Carlos Alexandre Nascimento, diretor de programas da LSE Custom Programmes.

Em seu discurso, o presidente do TCMSP destacou que as ações adotadas pela Atricon, por meio do departamento de Relações Internacionais, do qual é vice-presidente, tiveram como objetivo integrar todos os Tribunais de Contas do Brasil com entidades internacionais. “É na integração do controle externo que se fortalece as Cortes de Contas pelo país, ficando um pilar de sustentação da democracia brasileira”, enalteceu o presidente.

João Antonio afirmou, também, que uma das metas da Atricon é ampliar e aperfeiçoar a atuação dos Tribunais de Contas em consonância com os 17 ODS presentes na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Como resultado desse trabalho, o presidente do TCMSP apresentou aos participantes do congresso o hotsite criado para centralizar as diversas ações dos órgãos de controle do país alinhadas aos ODS e suas 169 metas.

A primeira panelista do dia, Ieva Lazareviciute, elogiou os esforços dos Tribunais de Contas, demonstrados pela criação do hotsite da Atricon, para que as metas estipuladas pela Agenda 2030 sejam integralmente cumpridas. “É um exemplo para todos os atores do nosso sistema de governança, mostrando que podemos mudar nossa realidade, contribuindo para um mundo melhor”, disse a especialista.



A doutora Ieva Lazareviciute elogiou os esforços dos Tribunais de Contas em acompanhar o cumprimento da Agenda 2030

De acordo com ela, muitos gestores limitam o entendimento das metas, o que a força a explicar que o desenvolvimento sustentável não se refere apenas à preservação do meio ambiente, mas também em garantir a todos os cidadãos seus direitos humanos. “A agenda 2030 tem em seu cerne três preocupações: sustentabilidade, inclusão social e desenvolvimento econômico. Elas têm a mesma importância para um futuro melhor”, complementou Ieva.

Em seguida, André Rosilho, trouxe, em suas palavras, “um olhar acadêmico colaborativo sobre a atuação dos Tribunais de Contas e o cumprimento das Políticas Públicas”. Segundo ele, seu objetivo foi o de fornecer subsídios para a reflexão sobre os desafios do trabalho realizado pelos órgãos de controle externo e suas ambivalências no que tange a fiscalização do cumprimento dos objetivos sustentáveis.

Para o palestrante, é inegável que acompanhar os cumprimentos da Agenda 2030 pelos gestores públicos é uma

tarifa de suma importância social dos Tribunais de Contas. “Quando a Constituição Federal conferiu poderes de fiscalização da Administração Pública aos Tribunais de Contas ela criou um órgão caleidoscópico – que reúne numa mesma instituição funções e competências múltiplas, por isso discutir o limite das suas atribuições é complexo”, afirmou o professor.



O segundo painalista, o doutor André

Rosillo, abordou as atribuições constitucionais dos Tribunais de Contas e os desafios de realizar o controle externo dos ODS

Último painalista, o doutor Carlos André Nascimento fez uma análise das apresentações anteriores e se sentiu provocado a unir os dois temas e relacioná-los à infraestrutura, principalmente ao que tange as Parcerias Público-Privadas (PPP) e concessões. “PPP é um tema atual, pertinente, e urgente, dentro das Políticas Públicas, mais ainda para o cumprimento das metas da Agenda 2030, seguindo os preceitos da sustentabilidade, desenvolvimento econômico e inclusão social”, ressaltou.

Segundo Nascimento, para que os ODS sejam alcançados são necessários recursos

públicos e privados. “Entre várias metas, percebemos a necessidade de unir esforços da gestão pública e de empresas privadas para cumprilas e garantir o melhor atendimento à população”, pontuou.

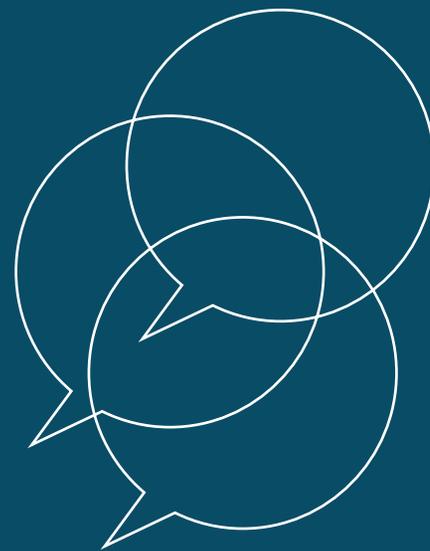


O doutor Carlos André Nascimento uniu os dois temas abordados anteriormente e relacionou-os à infraestrutura, principalmente ao que tange as Parcerias Público-Privadas (PPP) e concessões.

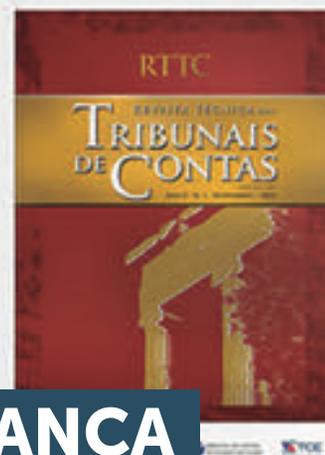


Fonte:

<https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagi->



## LANÇAMENTOS



## COLEÇÃO IRB-FÓRUM LANÇA NOVOS TÍTULOS DURANTE O II CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

**L**ançadas no dia 11 de novembro, as obras “O Tribunal de Contas e Proteção do Patrimônio Cultural”, de Izabel Vicente Izidoro da Nóbrega, auditora do TCE-PB, e “Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do Controle”, coordenada pelo vice-presidente do TCE Ceará, conselheiro Edilberto Pontes. Os livros são integrantes da Coleção IRB-Fórum.

“O Instituto Rui Barbosa [IRB] deve sempre mostrar que faz conhecimento. O tema é oportuno, e nos faz refletir sobre esse grande fenômeno que impactou a todos [pandemia] e instigou os Tribunais de Contas a fazerem uma grande revolução. Registro, aqui, esse trabalho feito com qualidade, que representa a interação profunda entre os Tribunais que, mesmo nesse momento atípico, permaneceram cumprindo o seu papel de proteção ao erário”, completou Edilberto Pontes.

“Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do Controle” é um livro formado por artigos técnicos e/ou científicos de membros, servidores de Tribunais de Contas (TCs), pesquisadores da área de administração pública, resultantes de experiências e reflexões acerca de assuntos inerentes à pandemia do coronavírus e ao futuro das instituições de controle.

## ANAIIS DO II CITC

A publicação é uma tradição dos Congressos Internacionais e, para esta edição do II CITC, doze trabalhos foram selecionados e apresentados, ampliando o conhecimento técnico nas temáticas de auditoria, obras públicas, indicadores de gestão, políticas públicas, ferramentas de fiscalização, inovação, licitações públicas, sustentabilidade e orçamento público.

Parceria - entre a Editora Fórum e o IRB permitiu o lançamento de dois produtos: o 4º volume do Livro da Coleção IRB-Fórum, com o título “Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do controle”, tendo como coordenador o vice-presidente de Auditoria do IRB e presidente do Comitê Técnico da Gestão da Informação o conselheiro do TCE-CE, Edilberto Carlos Pontes Lima; e prefácio do Presidente do IRB, conselhei-

ro Ivan Bonilha; e o livro digital “A Lei Complementar n. 173/2020 e seus desafios”, que é fruto do Ciclo de Debates sobre a Lei Complementar n. 173/2020 realizado pelo IRB e TCE-RS, tendo sido coordenado por Leandro Menezes Rodrigues, auditor do TCE-PR e assessor técnico do IRB na Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais – CTCONF; e Crislayne Cavalcante, auditora do TCE-PR e Coordenadora do IRB, prefaciado pelo presidente do IRB e apresentado pelo presidente do TCE-RS Estilac Martins Rodrigues Xavier.

A coleção IRB-Fórum, nas duas primeiras edições da coleção, dois renomados professores foram convidados a refletir o papel do Controle Externo brasileiro. Em 2019, a terceira edição da coleção trouxe a visão dos membros das cortes em relação aos “Tribunais do Século XXI”. A coleção já se consagrou como importante referência técnica sobre os Tribunais de Contas Brasileiros que, inclusive, foi citada em decisão recente do Supremo Tribunal Federal.

O 4º Volume da Coleção IRB-Fórum, com o título “Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do controle”, segundo o coordenador da obra nos leva a “Refletir sobre o futuro do controle é relevante para que as instituições possam se planejar. Uma primeira observação geral é que instituições extrativistas – que existem apenas para si mesmas, autorreferenciadas, ensimesmadas, que sugam recursos públicos e pouco contribuem para o bom funcionamento social – serão cada vez menos toleradas. Ao contrário, o que a exigente sociedade demanda é rapidez, adaptabilidade aos desafios do momento e foco nas necessidades da população”. O livro tem o objetivo de aproximar o mundo acadêmico dos tribunais de contas.

A Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC) é uma revista de caráter técnico-científico, editada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), que publica experiências e reflexões sobre assuntos inerentes ao controle externo.

Com informações do IRB.





## MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**P**articiparam: Dr. Edgar Guimarães, do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, que atuou como mediador. Foram palestrantes: conselheiro Felipe Puccioni – TCM-RJ (virtualmente); Professor. André Lino – University of Essex (Londres), virtualmente; e o Professor Ricardo Azevedo, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Discutiu-se o mundo em transformação e as readequações constantes do papel do Estado na economia e na sociedade e que os Tribunais de Contas não podem ficar alheios à necessidade de se modernizarem, sob a pena de ficarem anacrônicos.

Assim, a busca contínua pelo aperfeiçoamento institucional e adequação às melhores práticas nacionais e internacionais deve ser um objetivo permanente dos Tribunais de Contas brasileiros. A adoção das NBASP (normas brasileiras de auditoria do setor público) e a observação dos seus princípios nos trabalhos de controle externo é um passo fundamental neste sentido, mas não é o único. Por isto, todos os painéis de discussão do II CITC foram pensados para ajudar os Tribunais de Contas a analisarem este mundo em transformação e encontrarem

os melhores caminhos para o seu aperfeiçoamento.

O Conselheiro Felipe Puccioni (TCM-RJ) fez uma exposição sobre as especificidades dos tempos atuais, caracterizado pela produção incessante de informações, e os riscos trazidos para a interpretação da realidade. Ele situou o papel dos Tribunais de Contas nesse contexto.

”A quantidade de informações cresce de maneira exponencial na sociedade. É crucial que tenhamos muito cuidado com o que chega aos nossos ”ouvidos”. Se por um lado a facilidade para obter grande quantidade de dados aprimora nossa capacidade de prever o futuro e descobrir padrões ocultos com o uso, por exemplo, de machine learning, análises estatísticas realizadas sem o devido rigor podem trazer sérios problemas à interpretação da realidade.”

Puccioni acredita ser fundamental que as Cortes de Contas se debruçam não apenas sobre o uso intensivo de dados em suas auditorias, mas que desenvolvam a capacidade de avaliar causalidade com o objetivo de discutir profundamente políticas públicas.

”Um exemplo, se olharmos pela janela e vermos pessoas usando guarda-chuvas, mes-

mo que não possamos ver os pingos de chuva, vamos inferir que está chovendo. Logo, estamos supondo uma correlação entre usar guarda-chuva e chuva. Mas em nenhuma hipótese poderíamos supor que o uso do guarda-chuva gera a chuva, ou que o uso do guarda-chuva impacta se vai chover ou não. É sobre essa diferença que devemos nos atentar quando nos debruçarmos sobre análises de dados sobre políticas públicas. Correlação não é causalidade. Previsão não é causalidade. Todo cuidado é pouco quando interpretamos estudos e dados”, ensinou o conselheiro, que participou de forma virtual no II CITC, em João Pessoa.

Em seguida, André Lino e Ricardo Costa Azevedo, professores respectivamente da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de Uberlândia, apresentaram um estudo baseado em experiências e pesquisas internacionais, a partir de duas questões: o que modernizar? E como modernizar os Tribunais de Contas? Cinco pontos foram destacados: digitalização dos TCs e seus efeitos sobre as atividades de fiscalização; o necessário fomento da prática da resiliência financeira; modernização institucional; luta contra a corrupção; e trabalho em rede.

Com colaboração da ASCOM TCMRJ



## II CITC APRESENTA PAINEL SOBRE 'AÇÕES DAS ENTIDADES DE CONTROLE EXTERNO: AVANÇOS E PERSPECTIVAS'

**A**tricon, a Abracom, o CNPTC e o IRB, entidades do Sistema de Controle Externo, apresentaram no II congresso dos Tribunais de Contas as ações desenvolvidas nos últimos dois anos. A Agenda do Controle Externo foi, inicialmente, exibida em vídeos, com o panorama das atividades, a repercussão na mídia e projetos das instituições. Na segunda parte do painel, mediado pelo jornalista Marco Sabino, os participantes ouviram dos dirigentes das entidades o balanço de cada gestão e os projetos para 2022.

Participaram o presidente da Atricon, Fábio Túlio Nogueira; o presidente da Audicon, Marcos Bemquerer Costa; o vice-presidente do IRB, Sebastião Helvecio Ramos de Castro; o presidente do CNPTC, Joaquim Alves de Castro Neto; e o conselheiro Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, representando os ex-presidentes da Atricon.

O presidente Fábio Nogueira falou dos muitos avanços alcançados pelo Sistema Tribunais de Contas, configurados por intermédio de “muitos instrumentos de aprimoramento das ações”. A ferramenta que contribui substancialmente para a formatação “do Controle Externo contemporâneo”, de acordo com ele, passa, ela própria, por algumas requalificações.

Essa ferramenta, segundo ele, é o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que passou pelo crivo da Fundação Vazolini

(USP-SP) - maior certificadora ISO da América Latina - para a obtenção de uma certificação da metodologia.

Fábio Nogueira explicou que o Controle Externo contemporâneo ao qual se refere é aquele que ultrapassa a avaliação da conformidade e da legalidade dos atos da administração pública. De acordo com ele, os Tribunais de Contas têm buscado a efetividade das políticas públicas e o atendimento das demandas da sociedade.

O presidente Joaquim de Castro ressaltou: “as atividades desempenhadas pelo Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, em 2020 e 2021, só foi possível pela dedicação dos presidentes de tribunais e entidades, conselheiros, auditores, assessores e demais componentes de entidades integrantes do Sistema de Controle Externo, servidores que dedicaram seu conhecimento e tempo para que alcançássemos os nossos objetivos.”

Para ele, o CNPTC tem trabalhado com afinco para prestar aos tribunais membros um

serviço de qualidade, ao lado das entidades que integram o Sistema, ATRICON, IRB, ABRACOM, AUDICON, ANTC, AMPCON e CNPGC. “Compreendemos que a harmonia entre essas entidades é fundamental para que alcancemos o ideal de qualidade, de transparência, independência e autonomia dos nossos Tribunais”, frisou.

O Ministro Bemquerer mencionou a importância da aproximação entre a Audicon e a Atricon. “A AUDICON traçou como meta tornar os Tribunais de Contas mais conhecidos pela sociedade. Nesse sentido, a associação implementou o projeto “contas públicas são da nossa conta”, com a promoção de debates e a edição de livros técnicos sobre os TCs”.

Sebastião Helvécio (IRB) enumerou três aspectos que consolidaram a gestão de Ivan Bonilha no Instituto Rui Barbosa: formação acadêmica, projeção dos tribunais de contas como indutores da cidadania (trabalho voltado para a melhoria dos cidadãos) e valorização das auditorias. “Não se pode ter arrogância técnica. Devemos

abandonar a arrogância e dar a mão a quem precisa para melhorar a qualidade da gestão pública”, declarou.

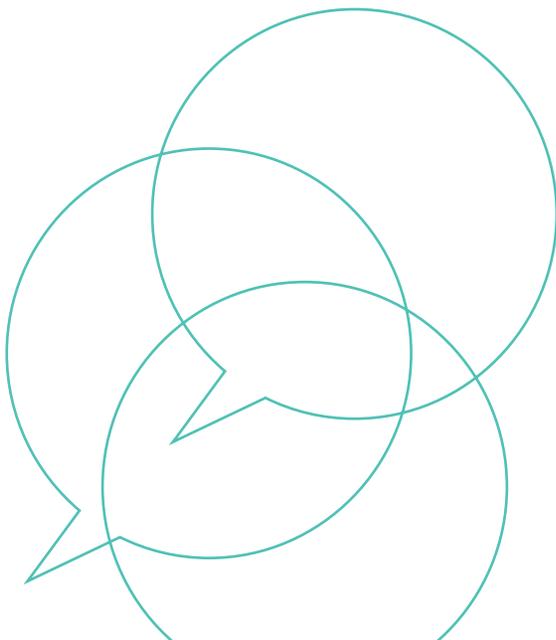
Fala inicial - Ao abrir o painel, o ex-presidente da Atricon, Conselheiro Antonio Joaquim (TCE-MT) ressaltou que os Tribunais de Contas têm o dever de ajudar os gestores na execução das políticas públicas. Evocou a simplicidade e a versatilidade como instrumentos de aproximação entre Tribunais de Contas e cidadão, priorizando o controle preventivo. Defendeu a criação de mecanismos de mediação e de consensualismo para contribuir com o gestor na execução das políticas públicas. “Todos estamos no mesmo barco: Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunais de Contas, em direção ao mesmo porto: resultado das políticas públicas para os quais todos trabalham. O cidadão quer saber de resultados de qualidade”, finalizou.

Ascom Atricon, com informações do CNPTC e TCMRJ.



# PAINEL AUDICON: O CONTROLE EXTERNO E OS ODS

O painel da Audicon contou com a participação de Luiz Henrique Lima, professor e Auditor Substituto de Conselheiro do TCE-MT; da Conselheira-substituta Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho – TCE-GO; da Conselheira-substituta Daniela Zago do TCE-RS; do Conselheiro substituto Carlos Maurício Figueiredo, licenciado do TCE-PE para servir à Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) em programas de desenvolvimento institucional para EFSs na África, como Especialista Senior em Instituições Superiores de Controle e Accountability; e da procuradora de contas Elida Graziane Pinto – MPC-SP.





## ENTREGA DE CERTIFICADOS E DE MEDALHAS DE MÉRITO RUI BARBOSA

**F**oram entregues os certificados aos vencedores do concurso de monografias promovido pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que teve como tema “50 Anos de Ação pela Sociedade”, cujo objetivo é estimular a elaboração de textos doutrinários de relevância jurídica. Vencedores - 3º lugar, dois participantes obtiveram a mesma classificação: Keylla Herculano Damião Cavalcante e Lucas Moura de Oliveira Almeida; 2º lugar, Aline Miranda de Carvalho; e em 1º Lugar Fernando José Vieira Torres.

O Conselheiro Arnóbio Alves Viana (TCE-PB), realizou a entrega dos certificados aos vencedores do concurso, ao lado da procuradora do Ministério Público de Contas Sheyla Barreto Braga de Queiroz – Subprocuradora-Geral (Segunda Câmara do TCE-PB).

### MEDALHA DE MÉRITO RUI BARBOSA



A medalha de Mérito Rui Barbosa é uma honraria con-

ferida a personalidades que atuam e contribuem significativamente para o aprimoramento das atividades dos Tribunais de contas do Brasil. Em Assembleia Geral do IRB, realizada em 22 de abril de 2021, foi deliberada a entrega desta comenda aos conselheiros que participaram da diretoria do Instituto no período de 2018-2021; aos presidentes dos Tribunais (durante reunião do CNPTC); aos presidentes das entidades representativas do Sistema Tribunais de Contas, “uma homenagem que reconhece a profícua gestão dos presidentes Fábio Nogueira (Atricon), Ivan Bonilha (IRB) e Thiers Montebello (Abracom), que encerram as respectivas gestões no início de 2022.

Foram homenageados ainda os vice-presidentes do IRB: Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro - vice-presidente de Relações Institucionais; Conselheiro Érico Desterro Xavier e Silva - vice-presidente de Desenvolvimento Institucional; Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima - vice-presidente de auditoria do IRB; Conselheiro Manoel Pires - presidente do Comitê de Jurisprudência do IRB.





## **CARTA DE JOÃO PESSOA É LIDA E APROVADA NO ENCERRAMENTO DO EVENTO II CITC**

### **DOCUMENTO ATESTA COMPROMISSOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS COM APRIMORAMENTO**

**T**rês eixos fundamentais compõem a Carta de João Pessoa, concluída no encerramento do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, realizado entre os dias 9 e 12 de novembro, na capital da Paraíba: promoção do desenvolvimento sustentável, defesa do Estado Democrático de Direito e aprimoramento institucional.

Pelo documento, os Tribunais de Contas do Brasil assumem o compromisso de se modernizar continuamente, mantendo sua independência institucional. Como resultado das discussões ocorridas no II CITC, as entidades representativas do controle externo (Atricon, IRB, Abracom, Audicon e CNPTC) elaboraram 11 diretrizes para serem seguidas nos próximos anos.

Dentre elas, destacam-se a utilização dos objetivos de desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e os direitos sociais previstos da Constituição de 1988 como referências para o planejamento estratégico das Cortes de Contas; e a defesa dos pilares que sustentam a democracia, consubstanciados na ampla participação popular nas eleições, no fortalecimento das instituições, democratização do conhecimento, e obediência à Constituição de 1988.

## CARTA DE JOÃO PESSOA

A Atricon e demais entidades do Sistema Tribunais de Contas Brasileiros, reunidas na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil, no II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, na modalidade presencial e virtual, unidas pelo desejo de fortalecimento de um Sistema de Controle Externo autônomo, atuante e efetivo, tornam pública, a seguir, a síntese das diretrizes estabelecidas nas conferências e debates realizados entre os dias 9 e 12 de novembro de 2021.

1. A repercussão da pandemia e dos avanços tecnológicos na vida dos povos: As transformações sociais, econômicas e tecnológicas dos primeiros anos do século XXI que motivaram as diretrizes da Carta de Foz do Iguaçu (I CITC, 2019) radicalizaram-se com o advento de um evento sem precedentes na história recente: a emergência da pandemia de Covid-19 a partir de março de 2020. Desde a identificação desta doença até agora, mais de 250 milhões de pessoas foram diagnosticadas com Covid-19 no mundo inteiro, das quais mais de 5 milhões vieram a óbito.

Esta doença foi especialmente grave no Brasil, que abriga pouco mais de 3% da população mundial: até o momento registrou-se um total de quase 22 milhões de casos (9% do total) e de 610 mil mortes (12% do total). Esta situação exige ações coordenadas dos entes federativos e valorização da ciência para prevenir que crises futuras não tenham consequências tão dramáticas como as experimentadas no quadro atual.

A vacinação é a principal saída para o controle de infecções virais agudas, como o caso da Covid-19. Ainda que, no âmbito mundial, uma quantidade razoável de vacinas eficazes tenha sido desenvolvida por laboratórios públicos e privados em tempo recorde e aprovadas pelas agências reguladoras nacionais a partir do final de 2020, o processo de vacinação chegou no Brasil no 1º semestre de 2021 e se acelerou a partir do 2º semestre. Com o avanço da vacinação é que a situação da pandemia melhorou consideravelmente no país, ainda sob um quadro de incerteza sobre a dinâmica da pandemia no futuro próximo.

Ao mesmo tempo, o país passou por mudanças legislativas expressivas, algumas vigentes apenas durante a pandemia, e outras de caráter permanente e com

expressiva repercussão no funcionamento dos governos e impactos significativos na sociedade, como a Nova Lei de Licitações, a Lei do Governo Digital e a introdução de regras fiscais adicionais. Além disso, muitas mudanças trazidas pela pandemia vieram para ficar, especialmente a informatização dos procedimentos e trabalhos que podem ser realizados remotamente. No entanto, suas consequências socioeconômicas negativas (como a crise econômica, o aumento do desemprego e do subemprego, déficit na aprendizagem dos alunos e desestruturação dos sistemas de saúde) ainda durarão por tempo indeterminado.

2. Crises econômica, fiscal e social: Em âmbito nacional, enfrentamos uma crise econômica prolongada desde 2014, que foi agravada pela pandemia. Após a queda de -4,2% do PIB em 2020, as projeções de crescimento do PIB<sup>[1]</sup> são de 5,2% para o ano corrente e de 1,5% para 2022 (índices inferiores às médias mundial e dos países em desenvolvimento). Este crescimento é insuficiente para promover o aumento da renda per capita nacional: estima-se que em 2022 este indicador será 5% inferior ao registrado em 2013. Ou seja, vivemos uma década perdida em termos de crescimento econômico e geração de ren-

da. Inclusive, a renda pessoal está sendo corroída pela aceleração do processo inflacionário em 2021, com alguns indicadores de inflação próximos ou ultrapassando os dois dígitos este ano[2].

Paralelamente, o Estado brasileiro vive uma crise fiscal crescente: a dívida pública geral como proporção do PIB[3] saiu de 51,5% em 2013 para 91,3% em 2021, com tendência de crescimento para os próximos anos.

Ademais, há o desafio permanente do Estado brasileiro quanto à implementação e à garantia dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988 e na Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de um processo contínuo que sempre se depara com um problema a mais além do subdesenvolvimento econômico nacional – o Brasil é um país com grandes desigualdades sociais e regionais e um contingente significativo da população vivendo em situação de pobreza e, portanto, privada ou com dificuldades de acesso aos seus direitos. A projeção para 2021 é de mais de 61 milhões de pessoas vivendo nesta situação (cerca de 30% da população brasileira), fruto da deterioração da situação econômica descrita no item anterior. Este contingente é formado majoritariamente por

mulheres, negros, moradores da periferia e da zona rural e das regiões Norte e Nordeste.

3. Crise institucional: A crise social e econômica nacional acontece em um ambiente de profunda polarização política no país. Combater a disseminação de notícias falsas, proteger a lisura do processo eleitoral e respeitar as instituições são fundamentais para proteger a democracia. Tudo isso contribuirá para promover uma tolerância maior e o respeito às diferenças e assim evitar a contaminação do processo eleitoral de 2022.

4. O papel dos Tribunais de Contas: As crises acima numeradas exigirão soluções inovadoras do Estado nas três esferas da federação para equacionar a situação fiscal e, simultaneamente, promover o desenvolvimento econômico e garantir os direitos sociais aos cidadãos previstos na Constituição de 1988 e na Agenda 2030 sob um ambiente institucional democrático.

Os Tribunais de Contas não podem ficar alheios a essa realidade e, simultaneamente, precisam se modernizar continuamente mantendo sua independência institucional. Assim, a partir deste diagnóstico e dos resultados das discussões ocorridas durante do II Congresso Internacional

dos Tribunais de Contas (II CITC), as entidades representativas do controle externo proclamam as seguintes diretrizes para a atuação dos Tribunais de Contas brasileiros para os próximos anos:

Eixo: Promoção do desenvolvimento sustentável.

Os Tribunais de Contas devem:

Diretriz 1: Utilizar os ODS da Agenda 2030 e os direitos sociais previstos da Constituição de 1988 como referências para o seu planejamento estratégico de médio prazo e seu o planejamento geral de curto prazo das ações de controle externo com a finalidade de priorizar ações nas entidades jurisdicionadas com mais dificuldades de atingir os referidos objetivos e garantir tais direitos. Neste sentido, é importante investir e capacitar membros e servidores para a construção, a utilização e análise de painéis de indicadores que possibilitem este tipo de acompanhamento, sempre com o cuidado de adaptar às realidades locais, às peculiaridades das entidades auditadas, bem como à estrutura organizacional da fiscalização. Ademais, mantendo a independência institucional, é necessário inserir as entidades fiscalizadas neste processo que, junto com o Tribunal de Contas, podem trabalhar de maneira cooperativa e dialogal.

Diretriz 2: Acompanhar a resiliência fiscal das entidades fiscalizadas, cuja crise tende a se aprofundar nos próximos anos, o que engloba as capacidades institucionais de antecipar, absorver e reagir aos choques que impactam nas finanças públicas, levando em consideração os aspectos relacionados ao controle tanto da despesa quanto da receita. Isso posto paralelamente ao regular processo de verificação do cumprimento dos dispositivos legais relacionados à responsabilidade fiscal.

Diretriz 3: Buscar um aprimoramento na fiscalização de compras públicas, o que passa pelo acolhimento das inovações da legislação aplicável e o incremento dos resultados da fiscalização, bem como pela necessidade de se fazer uma ligação entre estas compras públicas e o regular funcionamento da máquina pública como meio para atingir os objetivos da Agenda 2030 e garantir os direitos previstos na Constituição de 1988.

Eixo: Defesa do Estado Democrático de Direito.

Diretriz 4: Os Tribunais de Contas, respeitando os limites de suas competências constitucionais, são parte de um modelo de Estado Democrático de Direito estabelecido no pacto constitucional

de 1988. Portanto, têm compromisso com a defesa dos pilares que sustentam a democracia. E entendem a democracia como instrumento de composição das diferenças, aquelas inerentes à sociedade humana. Portanto, estas instituições devem zelar pela:

a) Defesa da legitimidade popular através do sufrágio universal e de todos os mecanismos previstos no nosso ordenamento jurídico, que garantam a ampla participação cidadã nas decisões políticas e institucionais;

b) Defesa e fortalecimento das instituições de Estado, entre elas os órgãos de controle, como mecanismos de freios e contrapesos na busca do equilíbrio estável da democracia brasileira;

c) Defesa da Constituição de 1988 como fiadora dos direitos fundamentais, protetores das garantias individuais e coletivas. É o conteúdo da Carta Maior que dá substância à Unidade da Nação, nos termos do Art. 3 da Constituição Federal;

d) Democratização do conhecimento, através do ensino público e gratuito, como forma de qualificação da participação cidadã nas decisões políticas da Nação.

Diretriz 5: Os Tribunais de Contas devem defender permanentemente a sua

independência institucional consagrada desde a Declaração de Lima (NBASP/INTOSAI-P 1) e a preservação das suas prerrogativas e competências conferidas pela Constituição de 1988, buscando contribuir para a integração e a unidade do controle externo, sempre com atuação articulada com os Poderes Legislativo e Judiciário.

Diretriz 6: Os Tribunais de Contas devem adequar continuamente os seus processos internos de trabalho (que envolvem as atividades de fiscalização e as atividades jurisdicionais) de modo que estes atendam aos princípios e requisitos constantes nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), oriundas da Estrutura de Pronunciamentos Profissionais da INTOSAI (IFPP), bem como aos dispositivos legais aplicáveis que garantem o devido processo legal (especialmente a Constituição de 1988, o Código de Processo Civil, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a legislação que regula os processos administrativos).

Eixo: Aprimoramento institucional.

Os Tribunais de Contas devem:

Diretriz 7: Adotar as Normas Brasileiras de Auditoria

do Setor Público (NBASP), incorporando os seus princípios e requisitos no desenho dos seus processos de trabalho, sempre atentando à necessidade de se realizar adaptações de forma e de contexto para cada processo concreto de trabalho existente (parecer prévio de contas de governo, julgamento de contas de gestão, registro de atos de pessoal, análise de transferências voluntárias, auditorias e inspeções por iniciativa própria, entre outras). Ademais, como forma de fortalecer a posição que a EFS brasileira assumirá internacionalmente com a presidência da INTOSAI a partir de 2023, apoiar a tradução para o português de todos os pronunciamentos profissionais constantes no IFPP e incorporá-los às NBASP.

Diretriz 8: Promover a capacitação contínua dos seus membros e servidores por meio de suas Escolas de Contas levando em consideração as diretrizes desta Carta e as emitidas pelas entidades representativas do controle externo brasileiro, bem como aquelas oriundas da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Diretriz 9: Fazer o melhor uso da combinação das diversas modalidades de trabalho (presencial, remoto e misto) para promover uma cultura

organizacional que valorize a qualidade e alta produtividade do trabalho e a saúde e o bem-estar dos seus membros e servidores.

Diretriz 10: Buscar o aprimoramento constante das ferramentas de tecnologia da informação e de análise de dados disponíveis de modo a promover a qualidade e a alta produtividade dos seus trabalhos.

Diretriz 11: Buscar permanentemente a integração dos trabalhos dos Tribunais de Contas, especialmente em questões que demandam ações conjuntas das três esferas da federação. Para isso, é importante participar dos fóruns e grupos de trabalho nacionais conduzidos pelas entidades representativas do controle externo brasileiro.

5. Considerações finais: As entidades reunidas no II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas reafirmam a unidade como mecanismo de fortalecimento do Controle Externo Brasileiro exercido pelos Tribunais de Contas. É na integração e na ação conjunta, respeitadas as especificidades dos entes federados, que as Cortes de Contas do nosso país podem cumprir sua missão constitucional no sentido de aperfeiçoar sua atuação, prestando um bom serviço àqueles que

mais necessitam do Estado Brasileiro.

Nesse sentido, é fundamental impedir retrocessos nas competências dos Tribunais de Contas estabelecidas na Constituição de 1988, fortalecendo a autonomia do controle externo exercido pelas Cortes de Contas no Brasil, de forma a assegurar à sociedade brasileira a proteção do erário, o cumprimento das leis que regem a administração pública e um alto padrão de governança e transparência.

João Pessoa, 12 de novembro de 2021.

FÁBIO TÚLIO  
FILGUEIRAS NOGUEIRA  
Presidente da Atricon

IVAN LELIS BONILHA  
Presidente do IRB

THIERS VIANNA  
MONTEBELLO  
Presidente da Abracom

MARCOS BEMQUERER  
COSTA  
Presidente da Audicon

JOAQUIM ALVES DE  
CASTRO NETO  
Presidente do CNPTC





## **MINISTRO LUIZ FUX DEFENDE AUTONOMIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DURANTE PALESTRA PROFERIDA NO ENCERRAMENTO DO II CITC**

O ministro Luiz Fux defendeu a autonomia dos Tribunais de Contas do Brasil e destacou que decisões das Cortes subsidiam sentenças do Judiciário. O presidente do Supremo Tribunal Federal proferiu a palestra de encerramento do II CITC, que aconteceu em João Pessoa (PB), no período de 9 a dia 12 de novembro de 2021.

O ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), proferiu a palestra magna de encerramento do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, quando reconheceu a independência dos TCs: “é um poder independente e totalmente separado dos Poderes da República”. Em sua manifestação disse que as Cortes de Contas têm prerrogativas e garantias similares ao judiciário e que a atuação destas têm ultrapassado o exame da conformidade para adentrar na efetividade das políticas públicas.

Para Luiz Fux os Tribunais de Contas são instituições que existem para combater ilicitudes e, também, para melhorar a qualidade de vida do cidadão. De acordo com ele, essas Cortes têm poder para gerar a inelegibilidade mas, também, sensibilidade para promover “uma justiça caridosa e uma caridade justa” para, na ausência de ilicitude, ao invés de imputar medidas punitivas severas, atuar de maneira pedagógica junto ao gestor para a correção de eventuais inconformidades. Citando a professora Susan Rose-Ackerman e o jurista Raymundo Faoro, o presidente do STF declarou que o Estado de Direito, em uma democracia, está associado ao controle do dinheiro público, exercido pelo Tribunal de Contas controla. “Só se pode considerar que é um Estado de Direito, que há controle dos gastos públicos, se o país contempla na sua inteireza organizacional um Tribunal de Contas

autônomo e, acima de tudo, independente. Então, temos aqui essa simbiose muito importante desses dois poderes: o do Tribunal de Contas e o do Poder Judiciário.”

Quanto aos processos, o ministro Luiz Fux falou de uma necessária simplificação “para que sejam ágeis e que o Sistema tenha meios e alternativas



de decisão judicial”, referindo-se à aplicação do direito administrativo, não só no âmbito do Judiciário, mas também do Tribunal de Contas, cuja atuação contempla essa modalidade. Para o presidente do STF, é necessário, inclusive, a observância do sentimento social: “sentir quais são as expectativas legítimas do cidadão”.

Outro aspecto abordado pelo ministro refere-se à questão dos precedentes. Fux disse que o sistema de Direito precisa de jurisprudência pacífica. “Hoje essa faz prática, faz parte da estratégia”, reforçou, lembrando que é importante. “Estabelecer precedentes íntegros e observar critérios como “a duração razoável dos processos”.

Falando sobre o combate à corrupção, o ministro lembrou que “cada ato de corrupção é um hospital sem leito, uma criança sem educação...” e, ao encerrar a palestra, no

ministro lembrou que “no dinheiro público, o segredo não é a alma do negócio”.

Reconhecimento - O presidente Fábio Nogueira registrou a honra de encerrar o II CITC com “uma brilhante palestra” e pelo registro que o ministro Luiz Fux deixou de maneira reiterada de que os “Tribunais de Contas são instituições independentes; só se pode considerar a existência do Estado de Direito com o controle dos gastos públicos; e de que “não existe Estado de Direito sem instituições fortes”.

Fábio Nogueira enalteceu a pluralidade de opiniões e dos debates – “inclusive com visões críticas ao Sistema – empreendidos durante o II CITC. Declarou que o “sentimento do dever cumprido”, inclusive pela massiva partici-



pação (foram computadas 400 inscrições presenciais e 1500 no formato online). E, ainda, reafirmou o compromisso com o aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas. Editora Fórum - Fábio Nogueira agradeceu ao presidente e editor da Fórum, Luís Cláudio Ferreira Rodrigues, pela intervenção, que assegurou da participação do ministro Luiz Fux no II CITC. A editora está no mercado há 20 anos; dedicada ao direito pú-

blico é responsável pela publicação dos livros de autoria do ministro, que integra o STF há 10 anos.



Luís Cláudio Ferreira Rodrigues – O presidente salientou que a Editora Fórum é um canal de debate e multiplicação do conhecimento, de produção para o meio jurídico e “dedicada à publicação de livros que auxiliam ao exercício do Controle Externo e do Controle Social”. Na condição de patrocinadora intermediou a participação do ministro Luiz Fux.

O conselheiro Fernando Caetano, presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – Corte anfitriã do II CITC – acompanhou de perto todos os instantes do evento, sempre atento em oferecer a melhor infraestrutura possível aos participantes do evento. No encerramento, ele também manifestou o sentimento do “dever cumprido” e de que o Congresso reforçou com compromisso com o fortalecimento do Controle Externo no Brasil.





**ATRICON E IRB ELEGEM  
DIRETORIA PARA O  
BIÊNIO 2022-2023**



A comissão que conduziu o processo eleitoral, presidida pelo conselheiro André Carlo Torres Pontes do TCE-PB, anunciou o resultado do pleito que elegeu os conselheiros Cezar Miola (TCE-RS) e Edilberto Pontes (TCE-CE) para presidir, respectivamente, a Atricon e o IRB



## O CONSELHEIRO EDILBERTO PONTES, MEMBRO DO TCE-CE, VAI PRESIDIR O INSTITUTO RUI BARBOSA NO BIÊNIO 2022-2023

**P**or unanimidade de 33 votos, foi eleita por aclamação, nesta sexta-feira (12/11), a nova diretoria do Instituto Rui Barbosa (IRB), para o biênio 2022-2023. Nesse sentido, o vice-presidente do TCE Ceará, conselheiro Edilberto Pontes, é o presidente eleito do Instituto Rui Barbosa para o período. O anúncio aconteceu durante o 4º dia do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, realizado em João Pessoa, na Paraíba.

Conheça os integrantes da nova diretoria do IRB:

Presidente  
Edilberto Carlos Pontes Lima (TCE Ceará)

Vice-Presidente de Relações Institucionais  
Ivan Lelis Bonilha (TCE-PR)

Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional  
Mario Manoel Coelho de Mello (TCE-AM)

Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Sebastião Helvecio Ramos de Castro (TCE-MG)

Vice-Presidente de Auditoria  
Inaldo da Paixão Santos Araújo (TCE-BA)

Vice-Presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas  
Cristiana de Castro Moraes (TCE-SP)

Primeiro Secretário  
Algir Lorenzon (TCE-RS)

Segundo Secretário  
Fabrício Macedo Motta (TCM-GO)  
Tesoureiro  
Severiano José Costandrade de Aguiar (TCE-TO)

Suplentes  
Domingos Augusto Taufner (TCE-ES)  
Naluh Maria Lima Gouveia (TCE-AC)  
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (TCE-PI);  
Felipe Galvão Puccioni (TCM-RJ); e  
Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes (TCE-PA).

Após anúncio da eleição, o conselheiro Edilberto Pontes, agradeceu a confiança de todos e destacou que esse “é um projeto conjunto, de várias equipes reunidas. Ao conversar com os presidentes dos Tribunais de Contas, recebi sugestões e boas ideias. Temos um grande trabalho pela frente, que é contribuir cada vez mais com a casa faz conhecimento, que produz conhecimento”, reforçou Edilberto.



(A medalha foi entregue pelo conselheiro Sebastião Helvecio de Lima)

Durante a programação, Edilberto Pontes foi condecorado com a Medalha de Mérito Rui Barbosa. A honraria é concedida pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) a pessoas com atuações significativas nos Tribunais de Contas do país.

Os documentos apresentados no requerimento pela chapa foram considerados regulares pela Comissão Eleitoral e em conformidade com as regras da Portaria nº 18/2021-IRB e o Estatuto Social do Instituto. Em votação online, todos os associados, com o direito a voto, expressaram a sua vontade unânime, com respostas obtidas de todos os Tribunais de Contas associados.



## CEZAR MIOLA É ELEITO PRESIDENTE DA ATRICON

### O CONSELHEIRO DO TCE-RS DIRIGIRÁ A ENTIDADE NO BIÊNIO 2022-2023

O conselheiro do Tribunal de Contas Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Cezar Miola, foi eleito presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon para o biênio 2022-2023. Ele substituirá o conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira (TCE-PB), que ocupa o cargo por duas gestões consecutivas.

A eleição ocorreu na manhã no dia 11 de novembro, durante o II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, realizado em João Pessoa (PB). A vice-presidência executiva será ocupada pelo conselheiro do TC de Rondônia, Edilson de Souza Silva. A entidade, criada em 1992, atua na representação e na integração do Sistema de Controle Externo do país.

Cezar Miola destacou que a Atricon é uma entidade com intensa atuação no âmbito nacional, comprometida com o regime democrático e com o princípio republicano. “Nossa intenção, no próximo biênio, é dar seguimento ao trabalho tão bem conduzido pelo presidente Fábio Nogueira e sua Diretoria, e por todos os que o antecederam nessa missão. Continuaremos a agir na defesa das prerrogativas dos membros dos Tribunais de Contas, no fortalecimento institucional e na valorização dos seus quadros técnicos. Entendemos que o controle externo pode desempenhar um papel indutor substancial para a boa e correta gestão governamental, contribuindo decisivamente para a melhoria da vida das pessoas, a partir da aplicação eficiente e eficaz dos recursos públicos”, disse o novo presidente da entidade.

O presidente Fábio Nogueira (TCE-PB) ressaltou que a Atricon elegeu o aprimoramento e tem se empenhado em alcançá-lo, além de escolher a união

como pilar indispensável à consolidação dessa meta. “Os avanços indicam: o caminho está certo. Os percalços, os desafios existem, mas, também nos fortalecem. Confio, absolutamente, na resiliência do conselheiro Cezar Miola; acredito na sua capacidade de trabalho; confio no seu espírito conciliatório e estou convicto de que tem o perfil ideal para conduzir a entidade nesses tempos de transformação, que exigirão, cada vez mais, um controle externo efetivo. Cezar Miola formou uma excelente Diretoria, um grupo que reúne imensa competência para empreender novos passos nesse projeto inexaurível de aperfeiçoamento.”

Cezar Miola é conselheiro do TCE-RS desde 2008. Atualmente ocupa a presidência do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e a vice-presidência de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos da Atricon. Entre 2003 e 2004, ocupou o cargo de presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON).

A comissão eleitoral foi integrada pelos conselheiros André Carlo Torres Pontes (TCE-PB), Estilac Martins Rodrigues Xavier (TCE-RS) e Joaquim Kennedy Nogueira Barros (TCE-PI).

### Conheça a composição da nova diretoria da Atricon:

Presidente:

Cezar Miola (TCE-RS)

Vice-Presidente Executivo:

Edilson de Sousa Silva (TCE-RO)

Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais:

Joaquim Alves de Castro Neto (TCM-GO)

Diretores de Relações Político-Institucionais:

Luiz Antônio Chrispim Guaraná (TCM-RJ)

Manoel Pires dos Santos (TCE-TO)

Marcos Coelho Loreto (TCE-PE)

Michel Houat Harb (TCE-AP)

Renato Martins Costa (TCE-SP)

Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais

Milene Dias da Cunha (TCE-PA)

Diretores de Relações Jurídico-Institucionais

Cláudio Couto Terrão (TCE-MG)

Gonçalo Domingos de Campos Neto (TCE-MT)

José de Ribamar Caldas Furtado (TCEMA)

Odilon Inácio Teixeira (TCE-PA)

Rafael Souza Fonsêca (TCE-SE)

Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle Externo:

Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES)

Diretores de Desenvolvimento do Controle Externo

Carlos da Costa Pinto Neves Filho (TCE-PE)

Fabício Macedo Motta (TCM-GO)

Felipe Galvão Puccioni (TCM-RJ)

Jaylson Fabianh Lopes Campelo (TCE-PI)

Soraia Thomaz Dias Victor (TCE-CE)

Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos:

João Antônio da Silva Filho (TCM-SP)

Diretores de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos

Antonio Gilberto de Oliveira Jales (TCERN)

Humberto Bosco Lustosa Barreira (TCEGO)

Naluh Maria Lima Gouveia (TCE-AC)

Roberto Debacco Loureiro (TCE-RS)

Sebastião Cezar Leão Colares (TCM-PA)

Vice-Presidente de Relações Internacionais:  
Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (TCE-SC)

Diretores de Relações Internacionais  
Fernando Rodrigues Catão (TCE-PB)  
Marco Antônio Lopes Peixoto (TCE-RS)  
Marcus Vinícius de Barros Presídio (TCE-BA)  
Otávio Lessa de Geraldo Santos (TCE-AL)  
Wanderley Geraldo de Ávila (TCE-MG)

Conselho Fiscal (titulares)  
Susana Maria Fontes Azevedo Freitas (TCE-SE)  
Mario Manoel Coelho de Mello (TCE-AM)  
Plínio Carneiro da Silva Filho (TCM-BA)

Conselho Fiscal (suplentes)  
Francisco Júnior Ferreira da Silva (TCERO)  
Manoel Dantas Dias (TCE-RR)  
Telmo de Moura Passareli (TCE-MG)

## O PRESIDENTE RESPONDE:

Plano de gestão, educação, atuação pedagógica e aprimoramento das ações dos Tribunais de Contas: são temáticas sobre as quais o presidente eleito da Atricon, conselheiro Cezar Miola (TCE-RS), oferece uma rápida abordagem.

### 1. Conselheiro Cezar Miola, qual será a base do Plano de Gestão na Atricon sob a sua presidência?

Tenho presente que há inúmeros desafios a serem enfrentados nesses próximos dois anos, com ênfase na defesa das prerrogativas dos membros – voltadas a preservar o pleno exercício das nossas atribuições e do devido processo legal, no fortalecimento institucional e na valorização dos quadros técnicos dos órgãos de controle. Ao mesmo tempo, é substancial zelar pelas competências constitucionais dos Tribunais de Contas, em prol de uma administração pública proba, transparente, eficiente, eficaz e efetiva. Haveremos de fazer dessa agenda uma das nossas prioridades, buscando o apoio de todas as forças do próprio sistema, dialogando com as instituições e acompanhando todos os temas de interesse no Congresso Nacional. Isso porque identifico na nossa pluralidade uma das valências no cumprimento da missão que nos é re-

servada. Além disso, pretendemos dar curso a todos os projetos estruturantes e estratégicos para o sistema e os Tribunais de Contas definidos conjuntamente por seus membros. Tomo como exemplo, o Marco de Medição de Desempenho, o processo de planejamento estratégico e o conjunto de resoluções e notas técnicas editadas ao longo dos anos, nortes consistentes aos quais seguiremos dando consequência. Precisamos continuar divulgando o trabalho dos nossos Tribunais e as boas práticas, no controle e na gestão pública – trata-se de providência com grande efeito pedagógico e de impacto na consolidação da legitimidade no próprio tecido social. Enfim, podemos e devemos liderar e inspirar pelo exemplo.

### 2. A educação brasileira tem sido uma das suas principais preocupações, em que linha o senhor considera que os Tribunais de Contas podem contribuir para a solução das deficiências educacionais, que o Brasil enfrenta e que foram agravadas nesses tempos de pandemia?

Os Tribunais de Contas cumprem um importante papel no controle da qualidade dos gastos governamentais, o que permite avaliar os resultados e o impacto de programas e de políticas públicas na melhoria dos serviços prestados à população, principalmente

aqueles que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas. O acompanhamento e a fiscalização dos diversos temas ligados à educação é um exemplo desse trabalho. Durante a pandemia, os TCs atuaram fortemente para garantir o direito ao acesso à educação, ao transporte e à alimentação escolar, entre outras ações. O Instituto Rui Barbosa, por meio do seu Comitê Técnico da Educação, e a Atricon, com o apoio do CNPTC e da Abracom, além de outras entidades do sistema de controle externo, procuraram orientar os Tribunais de Contas e também os gestores públicos sobre temas centrais nesse cenário por meio de notas técnicas, informes e manifestações.

**3. Com base na sua experiência e nesse zelo com a educação, até que ponto o Senhor considera que a atuação pedagógica pode refletir na gestão pública?**

Acredito que atuação pedagógica tem um forte caráter preventivo. É por meio de atividades de capacitação e de orientação que os Tribunais de Contas procuram qualificar os servidores e gestores públicos como agentes essenciais em defesa da probidade e da qualidade, mas sempre com o olhar no aperfeiçoamento da administração e da governança, já que o controle não constitui um fim em si mesmo. Assim, é dever dos

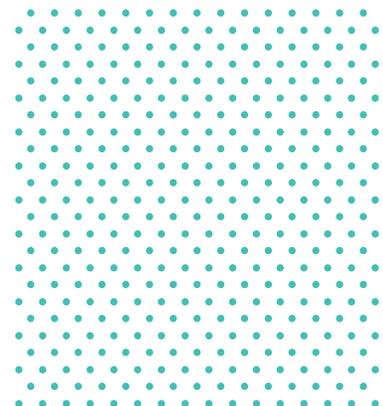
mesmos atuar aliando às práticas de fiscalização uma proativa colaboração, a fim de que os objetivos fundamentais da República sejam concretizados.

**4. O sistema Tribunais de Contas tem experimentado significativos avanços conduzidos pelas ações de aprimoramento da Atricon. Na sua opinião, até que ponto esses avanços têm sido úteis para a tempestividade das respostas à sociedade?**

A Atricon é um agente indutor da adoção de boas práticas de controle, contribuindo no aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e de governança e na redução do desperdício e da corrupção, embora esses temas continuem desafiando o país. O sistema segue se aperfeiçoando notadamente no que tange à atuação preventiva, incluindo orientações aos gestores, medidas cautelares e, principalmente, o uso intensivo da inteligência artificial nos processos de fiscalização. Essas ferramentas permitem ampliar a capacidade de monitoramento e consequente atuação concomitante pelos órgãos de controle. É uma realidade que precisa ser ainda mais explorada.

**5. Como o Senhor pretende conduzir a relação interinstitucional que a Atricon estreitou nesses últimos tempos?**

Desde logo, é necessário reconhecer o trabalho realizado por todos aqueles que, ao longo dessas quase três décadas da entidade, se dedicaram com tanto esmero à defesa dos interesses associativos e ao controle externo brasileiro. Para os próximos anos, vamos trabalhar com a perspectiva de melhoria contínua. Nossa intenção é dar seguimento ao trabalho tão bem conduzido pelo presidente Fábio Nogueira e sua Diretoria. Entendemos que os Tribunais de Contas podem desempenhar um papel indutor substancial para a boa e correta gestão governamental, contribuindo decisivamente para a melhoria da vida das pessoas, a partir da aplicação eficiente e eficaz dos recursos públicos.



# ATRICON INFORMATIVO

## CONTABIL E FINANCEIRO

Demonstrativo referente à movimentação bancária da Atricon nos últimos quatro (4) anos. Em 01/02/2018 (cinco dias anteriores à posse da gestão 2018-2019) o saldo total em bancos e aplicações era de R\$ 1.026.393,37 (Um milhão vinte e seis mil trezentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos). No dia 31 de janeiro de 2022, o montante correspondia a R\$ 2.901.645,53 (dois milhões novecentos e um mil seiscientos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) totalizando um aumento de R\$ 1.875.252,16 (um milhão oitocentos e setenta e cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos).

CONTA CORRENTE BANCARIA - MOVIMENTO	01/02/2018	31/01/2022	Evolução Patrimonial
CEF C/C 0630/41400-0	R\$ 33.488,06	R\$ 38.885,00	R\$ -
CEF C/C 0904/4695-6	R\$ -	R\$ 130,62	R\$ -
CEF C/C 0904/4694-8	R\$ -	R\$ 21.289,55	R\$ -
CEF C/C 0904/4691-3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SICREDI C/C 33560-6	R\$ -	R\$ 4.818,17	R\$ -
CEF C/C 0648/2481-1	R\$ 5.899,03	R\$ -	R\$ -
	<b>R\$ 39.387,09</b>	<b>R\$ 65.123,34</b>	<b>R\$ 25.736,25</b>
CONTA CORRENTE BANCARIA - APLICAÇÃO	01/02/2018	31/01/2022	
CEF FIC RUBI RF REF DI LP - C/C 4691-3	R\$ -	R\$ 239.695,14	R\$ -
CEF FIC GIRO EMPRESAS RF REF DI L - C/C 4691-3	R\$ -	R\$ 1.127.547,62	R\$ -
CEF FIC GIRO EMPRESAS RF REF DI L - C/C 4695-6	R\$ -	R\$ 197,82	R\$ -
CEF FIC GIRO MPE RF REF DI LP - C/C 41400-0	R\$ -	R\$ 208.716,45	R\$ -
CEF FIC GIRO EMPRESAS REF DI L - C/C 4694-8	R\$ -	R\$ 417.685,80	R\$ -
SICREDI 33560-6	R\$ -	R\$ 842.679,36	R\$ -
CEF CDB 0648/2481-1	R\$ 933.652,85	R\$ -	R\$ -
CEF FIC GDI 0648/2529-0	R\$ 205,64	R\$ -	R\$ -
CEF POUP 0428/340193-5	R\$ 53.147,79	R\$ -	R\$ -
	<b>R\$ 987.006,28</b>	<b>R\$ 2.836.522,19</b>	<b>R\$ 1.849.515,91</b>

Em relação aos bens móveis e imóveis da ATRICON: foi adquirida uma sala na cidade de Brasília – DF, além de mobiliário, máquinas e equipamentos de informática, conforme valores descritos na tabela a seguir. Foi adquirido, também, um veículo FORD FUSION - comprado com recursos próprios da entidade, sem se desfazer dos bens móveis e imóveis, já integrados ao patrimônio em período anterior a fevereiro de 2018.

BENS MÓVEIS/IMÓVEIS	01/02/2018	31/01/2022	Evolução Patrimonial
Móveis e Utensílios	R\$ 27.037,64	R\$ 95.467,60	R\$ 68.429,96
Máquinas e Equipamentos	R\$ 4.000,55	R\$ 7.738,45	R\$ 3.737,90
Equipamentos de Informática	R\$ 29.095,99	R\$ 40.533,28	R\$ 11.437,29
Veículos	R\$ 80.990,00	R\$ 189.985,00	R\$ 108.905,00
Sala Edifício Íon	R\$ 0,00	R\$ 613.910,00	R\$ 613.910,00
	<b>R\$ 141.124,18</b>	<b>R\$ 947.544,33</b>	<b>R\$ 806.420,15</b>

## EQUIPE DE GESTÃO

Gerencia Executiva

**José Aguinaldo Ramos de Brito**

Assessoria de Comunicação

**Francisca Ridismar Moraes**

Assessoria Técnica

**Leonardo Rodrigues da Silveira**

Assessoria Jurídica

**Luciano Costa Nova**

Assessoria de Planejamento e Gestão

**José Luciano Sousa de Andrade**

Sub-gerente administrativa/financeira

**Leila Maria Mota Meira**

Sub-gerência Sede Brasília

**João Lopes Conde**

Agente Condutor de Veículo

**Joaquim Freire da Silva**



## REVISTA ATRICON 2

Projeto editorial

**Juca Pontes**

Projeto gráfico

**Paulo Gustavo**

Designer

**Flaybson Oliveira**

Redação

**Ridismar Moraes**

Fotografia

**Acervo Atricon**

Acompanhamento

**José Aginaldo Ramos de Brito**

**Leonardo Rodrigues da Silveira**

Pré Impressão

**Luciano Cavalcanti**

Montagem Eletronica

**Jefferson Ricardo**

Supervisão editorial

**Luiz Sérgio Baptista**

Supervisão gráfica

**Alex Cristiano Xavier**

Impressão e acabamento

**Gráfica JB**





**SEBRAE**

*Parceiro dos brasileiros*





ASSOCIAÇÃO DOS  
MEMBROS DOS TRIBUNAIS  
DE CONTAS DO BRASIL

[www.atricon.org.br](http://www.atricon.org.br)